



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E CAPITAL IMOBILIÁRIO
NO ESPAÇO AGRÁRIO DA COLÔNIA TREZE-LAGARTO/SE

José Edson Oliveira Siqueira

São Cristóvão – Sergipe – Brasil
Agosto de 2016.



Universidade Federal de Sergipe
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E CAPITAL IMOBILIÁRIO
NO ESPAÇO AGRÁRIO DA COLÔNIA TREZE-LAGARTO/SE

José Edson Oliveira Siqueira

São Cristóvão – Sergipe – Brasil
Agosto de 2016.



Universidade Federal de Sergipe
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E CAPITAL IMOBILIÁRIO NO ESPAÇO AGRÁRIO DA COLÔNIA TREZE-LAGARTO/SE

Discente: José Edson Oliveira Siqueira
Orientador (a): Prof.^a. Dra. Josefa de Lisboa Santos
Co-orientador (a): Prof.^a. Dra. Núbia Dias dos Santos

São Cristóvão/SE, Agosto de 2016.

José Edson Oliveira Siqueira



Universidade Federal de Sergipe
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E CAPITAL IMOBILIÁRIO NO ESPAÇO AGRÁRIO DA COLÔNIA TREZE-LAGARTO/SE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestre em geografia, sob a orientação da Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

São Cristóvão – Sergipe- Brasil

Agosto de 2016.



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Sergipe
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



José Edson Oliveira Siqueira

**FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E CAPITAL IMOBILIÁRIO
NO ESPAÇO AGRÁRIO DA COLÔNIA TREZE-LAGARTO/SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Prof^a. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

BANCA EXAMINADORA:

**Prof.^a. Dra. Josefa de Lisboa Santos (PPGeo/UFS)
Orientadora**

**Profa. Dra. Núbia Dias dos Santos (DGE/UFS)
Co-orientadora**

**Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes (PPGeo/UFS)
Examinadora**

**Prof. Dr. Ajibola Isau Badiru (UNIT)
Examinador**

Mestrando: José Edson Oliveira Siqueira

São Cristóvão-Sergipe-Brasil
Agosto de 2016.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S618f Siqueira, José Edson Oliveira
Financeirização da economia e capital imobiliário no espaço
agrário da Colônia Treze-Lagarto/SE / José Edson Oliveira
Siqueira ; orientadora Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão,
2016.
160 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2016.

1. Geografia humana. 2. Assentamentos humanos. 3.
Capitalismo. 4. Política habitacional. 5. Solo rural – Uso – Lagarto
(SE). I. Santos, Josefa de Lisboa, orient. II. Título.

CDU 911.373(813.7)

Dedico esta dissertação e o que ela representa para mim:

A toda a minha família que nos momentos de alegria e
dificuldades estiveram sempre presentes, confiando e
torcendo pelo meu sucesso.

As Professoras Josefa e Núbia que acreditaram na minha
capacidade de seguir trilhando os caminhos da vida
acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Cansaço, desânimo... Nada comparado à alegria de estar conquistando mais um degrau na escalada da vida. E melhor ainda, ter a certeza de que a cada dia, a cada esforço, a construção do conhecimento se faz. Nada acabado, nada finalizado, mas em pleno movimento para a edificação que não tem fim. Mas que se concretiza a cada instante diante das conquistas, não só do ser profissional, mas também do ser, ser humano.

São dez anos de um sonho que antes parecia impossível. Chegar à universidade parecia algo tão distante da minha realidade. Pensar, sonhar em estar no espaço da vida acadêmica fugia a minha realidade. Um ser desprovido de forças, de vida simples no campo, mas que um dia resolveu lutar contra as adversidades e buscou compreender que os obstáculos serviriam como base de fortalecimento para a edificação de uma vida pelo sentir e sentir-se vivo, a busca pela vida a partir do respeito, da simplicidade, da humildade, da compreensão – um ser em construção.

Dessa maneira, agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, por me fazer sentir que é preciso buscar a cada momento sentir a vida fluir no mais simples fenômeno da natureza, desde o alvorecer ao pôr do sol; do simples sopro do vento ao silenciar do fim de tarde. Para assim entender que devemos nos fortalecer e reviver a cada dia para a busca da realização dos nossos sonhos.

Aos meus pais, Dinalva e José Posthomo, que sempre vibram pelas minhas conquistas. Muitas das vezes não falam, mas expressam através olhar, com seus jeitos simples de ser, a alegria pelo alcance de novos patamares dos seus seis filhos.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Josefa Lisboa por ter acreditado em mim e colocado toda confiança nessa minha caminhada para a/ na construção do conhecimento. Sempre com palavras de confiança, perseverança, otimismo e acolhimento. Dos “puxões de orelha”, ah!! Esses só me ajudaram a crescer, e digo isso não só na parte acadêmica, mas também pessoal. Meu muito obrigado de coração.

À Profa. Dra. Núbia que durante esses dez anos de vida universitária foi mais do que uma professora para mim. Não tenho palavras para agradecer a essa pessoa que desde sempre

acreditou que eu poderia melhorar, não somente enquanto acadêmico mas também como pessoa, no meu íntimo, na minha espiritualidade. A aquela mão dada no início da minha vida acadêmica se perpetuou e se tornou um laço fraterno, uma amizade familiar cheia de respeito, carinho e compartilhamento de momentos de conversar, de troca de experiências acadêmicas e da vida. Foi através de Núbia que conheci o Prof. Dr. Ajibola que só veio para acrescentar coisas boas, com suas orientações e conselhos. Muito obrigado aos dois!!

Aos meus irmãos Junior, Nadson, Nenê, Evania e Elaine pela força, brigas e cumplicidade.

À minha avó Josefa Amélia que com sua experiência de vida, aos 91 anos, me ensinou os princípios básicos para se viver com respeito, honestidade, sinceridade e simplicidade. Uma guerreira na arte de amar, de forma incondicional. Nas nossas conversas, ela me faz viajar no tempo, percorrer sua história de vida junto à da Colônia Treze. Ela que viu o alvorecer do Treze e da Coopertreze sabe como ninguém o que é viver e vê as transformações que podem ocorrer no espaço, no seu lugar – suas raízes.

Aos amigos que fiz na graduação e na pós-graduação, em especial, Vanilza, Joseane, Genivânia, Edésio que sempre me fortalecera com palavras de incentivo e otimismo.

A todos os professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal, mesmo aqueles que não foram meus professores, mas que nos corredores conseguimos firmar uma amizade verdadeira e sadia. A todos meu muito obrigado pelo estímulo, confiança e carinho.

A Profa. Dra. Alexandrina Luz pela participação na qualificação. Professora ímpar na arte do saber. Uma pessoa verdadeira, humana e com um amor a docência que contagia a todos.

Ao professor Antônio Carlos Campos, que pacientemente tem me ajudado a manusear os programas Quantum GIS e Arc Gis para a elaboração dos mapas. Sempre presente e amigo. Tenho grande gratidão e afeto.

Aos amigos que na UFS conquistei e que foram fiéis àquilo que a vida nos coloca como companheirismo, sinceridade e fraternidade: Elizabeth (Beth Blue), Rejane Donato, Felipe Souza, Gládisson Garcia, Adriano Ramos, Amanda Matos, Natércia Medrado, Carlos, Marta, Rosângela Souza, Profa. Maria Augusta, Profa. Ana Claudia, Marlemberg, Profa.

Neilza, Elis Regina, Shiziele, entre outros. Pessoas que estiveram sempre me apoiando e me fortalecendo nos bons e nos momentos de dificuldades.

Taise Marques, Salete Silva, Monalisa e minha irmã Evânia que me ajudaram na aplicação de questionários. Pessoas amadas que sempre estão a disposição para ajudar no que der e vier. Amo-lhes de coração.

Aos todos os funcionários do PPGE0 nas pessoas de Everton, France e Mateus por serem muito atenciosos e solícitos.

À Coordenação do PPGE0 pelo trabalho sério que tem desenvolvido na busca da melhoria do Programa, buscando assim oferecer aos professores e alunos um curso de qualidade e respeito.

A Profa. Vanessa que em tão pouco tempo me conquistou com seu jeito humano e simples de ser me ajudou com orientações riquíssimas para meu trabalho.

Aos entrevistados que responderam os questionários.

A todos muito obrigado!

O capital é de longe o mais poderoso regulador espontâneo da produção conhecido pela humanidade até o presente e não pode ser substituído por um vácuo socioeconômico. A dominação do capital sobre a sociedade só pode ser superada por uma ordem reprodutiva materialmente sensata e humanamente gratificante que assuma todas as funções metabólicas vitais deste modo de controle sem suas contradições.

(Mészáros, 2011)

RESUMO

As crises porque passa o capitalismo contemporâneo revela sua face contraditória que se faz em meio a sua própria condição de existência como sistema que se reproduz através da acumulação de riqueza. Pensar em crise advinda da superacumulação ou do excedente de capital é compreender que existem contradições fortemente enraizadas no seio do próprio modelo de estrutura por ele criado. A crise econômica ocorrida nos Estados Unidos no ano de 2008 afetou o setor imobiliário, suscitando novos interesses entre os distintos agentes do capital na era da financeirização da economia - capital financeiro. Consta-se a partir de então que a política habitacional assume papel importante na captação de novos espaços e, consequentemente, de lucro para sanar os impactos da crise. Nesse contexto o meio rural do Povoado Colônia Treze, situado no município de Lagarto, estado de Sergipe, tem recebido projetos habitacionais para beneficiar a população de baixa renda pelo Programa de Arrendamento Residencial através da ação do Estado. O uso social da terra tem recebido novos contornos, o que influi no uso social da terra agrícola e no seu valor de troca. Tem-se a configuração de novos arranjos espaciais na região a partir da supressão dos hábitos rurais e a entrada de equipamentos urbanos, como necessidade dos órgãos supranacionais com a chamada financeirização da economia. A estrutura fundiária e o uso da terra no Brasil tem se pautado como componentes estruturais da desigual distinção de classes sociais e configura os interesses dos proprietários dos meios de produção como instrumento de controle socioterritorial e manutenção do sistema econômico, tendo como aporte a máquina estatal. Atualmente as investidas do capital aproximam campo e cidade, como forma de garantir sua reprodução ampliada a partir da metamorfose nos espaços rurais, síntese da mudança no uso do solo. A presente investigação pretende refletir sobre os impactos da crise de 2008, através das atuais políticas públicas de habitação; analisar como tais políticas remodelam o espaço da referida Colônia e como afetam o uso social da terra. Para o cumprimento desses e de outros objetivos foram realizadas leitura da literatura especializada sobre o estado da arte, associados à leitura crítica da realidade empírica do município de Lagarto; entrevistas; registro fotográfico da/na área de estudo. A coleta de dados quantitativos fez-se junto ao IBGE, Ministério do Trabalho e Ministério da Agricultura, na Secretaria Municipal de Saúde e na Coopertreze (Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze). Percebe-se que a política habitacional, símbolo do capital financeiro em meio a crise, tem causado mudanças na estrutura organizacional do lugar: mudança na legislação municipal – criação da área de expansão urbana - para atendimento aos ditames do capital fictício imobiliário; valorização fundiária; maior poder de atuação dos órgãos financiadores - bancos; alteração no perfil do trabalho, menor ligação com a terra agrícola e maior dependência do setor secundário e terciário.

Palavras-chave: crise do capitalismo, financeirização da economia, política habitacional, meio rural, uso social do solo.

ABSTRACT

The crises which contemporary capitalism goes by reveal its contradictory face that is made in the midst of its own condition of existence as a system that reproduces itself through the accumulation of wealth. To think of crisis emerged from overaccumulation or capital surplus is to understand that there are contradictions that are deeply rooted in the very model of structure that it creates. The economic crisis in the United States in 2008 affected the real estate sector, raising new interests among the different agents of capital in the era of financialization of the economy - financial capital. It can be seen from then on that housing policy assumes an important role in capturing new spaces and, consequently, profit in order to remedy the impacts of the crisis. In this context, the rural environment of Colony Treze Village, located in the municipality of Lagarto, Sergipe state, has received housing projects to benefit the low income population through the Residential Lease Program through state action. The social use of land has received new contours, which influences the social use of agricultural land and its exchange value. We have the configuration of new spatial rearrangements in the region through the suppression of the rural habits and the entrance of urban equipment, once that the supranational organs need these rearrangements for the so called financialization of the economy. The land structure and land use in Brazil have been demonstrated as structural components of the unequal distribution of social classes and configures the interests of the owners of the means of production as an instrument of socio-territorial control and maintenance of the economic system, supported by the contribution of the state machinery. Nowadays, the investments of the capital approach the countryside and the city, as a way to guarantee its amplified reproduction with the metamorphosis of the rural spaces, synthesis of the change in the use of the soil. The present research intends to reflect on the impacts of the 2008 crisis, through the current public housing policies; To analyze how these policies remodel the space of the referred Colony and how they affect the social use of the land. In order to fulfill these and other objectives, the specialized literature on the state of the art was read, associated to the critical reading of the empirical reality of the municipality of Lagarto; interviews; Photographic record of the study area. The collection of quantitative data was made at IBGE, at Ministry of Labor and Ministry of Agriculture, at the Municipal Health Secretariat and at Coopertreze (Mixed Cooperative Farmers of Treze Ltda). It can be seen that the housing policy, symbol of the financial capital in the midst of the crisis, has caused changes in the organizational structure of the place: change in the municipal legislation - creation of the area of urban expansion - to attend to the dictates of the real estate capital; Land valuation; Greater power of action of the financing bodies - banks; Change in work profile, less linkage to agricultural land and greater dependence on the secondary and tertiary sectors.

Keywords: capitalism crisis, financialization of the economy, housing policy, rural environment, social use of the soil.

LISTA DE SIGLAS

ADEMA - Administração Estadual de Meio Ambiente.
AEU - Área de Expansão Urbana.
AR - Área Rural
BM - Banco Mundial.
BNH - Banco Nacional de Habitação
CEF - Caixa Econômica Federal
CEHOP - Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas
CERCOS - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro-Sul de Sergipe Ltda.
CMN - Conselho Monetário Nacional
COHAB - Companhia de Habitação
CONDESE - Conselho de Desenvolvimento de Sergipe
Coopertreze - Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze Ltda.
EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe.
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI - Fundo Monetário Internacional.
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
LII - Lei das Incorporações Imobiliárias
OMC - Organização Mundial do Comércio.
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PLNHP - Plano Nacional de Habitação Popular
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PSF - Programa da Saúde da Família
SEMAR/SRH - Secretaria de Recursos Hídricos.
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SESC - Serviço Social do Comércio.
SESI - Serviço Social da Indústria.

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SIAB - Sistema de Informações da Atenção Básica

SMOTMAU - Secretaria Municipal de Obras Terrestres e Meio Ambiente Urbano.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

	ÍNDICE DE FIGURAS	Página
Figura 01	Localização do município de Lagarto no estado de Sergipe e sua posição em relação ao município de Aracaju capital do estado.	23
Figura 02	Conjunto Leonor Barreto Franco na Colônia Treze-Lagarto/SE, 2014.	76
Figura 03	Conjunto Santa Luzia na Colônia Treze - Lagarto/SE, 2016.	77
Figura 04	Construção de um novo conjunto Habitacional (PAR) no Povoado Colônia Treze, no Município de Lagarto/SE. 2011	78
Figura 05	Desmonte de sítio (laranjais) para implantação de conjunto habitacional – 2015	79
Figura 06	Conjunto Habitacional Leonor Barreto Franco do PAR construído no Povoado Colônia Treze, Município de Lagarto/SE. 2009.	83
Figura 07	Construção de um novo conjunto Habitacional (PAR) no Povoado Colônia Treze, no Município de Lagarto/SE. 2011	84
Figura 08	Via de Acesso ao Município de Lagarto-Sergipe, a partir da cidade de Aracaju.	87
Figura 09	Lagarto/SE - uso do solo, 2010	94
Figura 10	Localização do Povoado Colônia Treze no Município de Lagarto-Sergipe.	97
Figura 11	Colônia Treze – COOPERTREZE: área de abrangência em 1990.	99
Figura 12	Aspecto da Colônia Treze na década de 1970.	101
Figura 13	Plantação de Fumo na Colônia Treze, no Município de Lagarto – Sergipe, em 2016.	102
Figura 14	Plantação de Mandioca na Colônia Treze, no Município de Lagarto-Sergipe, em 2015.	102
Figura 15	– Plantação de Laranja na Colônia Treze, no Município de Lagarto-Sergipe, em 2016.	103
Figura 16	Primeira Sede da COOPERTREZE, 1962.	104
Figura 17	Primeira Etapa das Instalações do Prédio da Sede definitiva da Coopertreze.	104
Figura 18	Segunda Etapa das Instalações da Sede Definitiva da Coopertreze.	105
Figura 19	Terreno comprado pela Associação Educacionais de Esporte e Judô Comunitário para alocação de um novo conjunto habitacional – 2016.	134
Figura 20	Terreno comprado pela Associação Educacionais de Esporte e Judô Comunitário para alocação de um novo conjunto habitacional (Terraplanagem) – 2016.	134
Figura 21	Área destinada ao Loteamento João e Maria na Pista do Cemitério – Colônia Treze – Lagarto/SE, 2016.	136
Figura 22	Modelo padrão de casa para o loteamento João e Maria na Colônia Treze, 2016.	136
Figura 23	Projeto do Arco-Íris Condomínio Residencial (fechado) na Colônia Treze, 2016.	138
Figura 24	Planta baixa do Arco-Íris Condomínio Residencial (fechado) na Colônia Treze, 2016.	138
Figura 25	Sítio no Povoado Treze vendido para loteamento urbano - 2014.	144
Figura 26	Vista parcial da Avenida Antônio Martins de Menezes na Colônia Treze	144

	– Lagarto-Sergipe – 2016	
Figura 27	Vista parcial área central e da Praça da Colônia Treze – Lagarto/Sergipe – 2016	145
Figura 28	Aspectos da Expansão da Malha Urbana sem infraestrutura na Colônia Treze em Lagarto/Sergipe. 2016.	145
Figura 29	Aspecto da Colônia Treze – Município de Lagarto/SE, 2016.	147
Figura 30	Aspectos da Feira Livre no entorno do antigo prédio da Coopertreze, no Povoado da Colônia Treze no Município de Lagarto/Sergipe. 2014.	147
Figura 31	- Avenida Antônio Martins de Menezes no Povoado Colônia Treze – Município de Lagarto/Sergipe, em 2014.	148
Figura 32	Avenida Antônio Martins de Menezes no Povoado Colônia Treze – Município de Lagarto/Sergipe, em 2014.	148

ÍNDICE DE QUADRO

Quadro 01	Demonstrativo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinado à moradia (2006 a 2014)	65
Quadro 02	Município de Lagarto – Sergipe - População residente, taxa de crescimento, taxa de urbanização e densidade demográfica - 1970 – 2010.	88
Quadro 03	Município de Lagarto - Sergipe –Pecuária/Principais Rebanhos, 2011.	90
Quadro 04	Município de Lagarto - Sergipe – Lavoura Permanente e Temporária/Principais Produtos, 2011.	91
Quadro 05	Município de Lagarto - Sergipe – Número de Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total 2006.	92
Quadro 06	Estado de Sergipe – Número de Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total - 2006.	93
Quadro 07	Comparação entre a População do Povoado Colônia Treze e a População de 19 Municípios Sergipanos – 2011.	100
Quadro 08	Comparativo da Produção de Laranja em Sergipe e em Lagarto (toneladas), 2010-2014.	143

SUMÁRIO

Página

DEDICATÓRIA	
AGRADECIMENTOS	
EPÍGRAFE	
RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE SIGLAS	
ÍNDICE DE FIGURAS	
ÍNDICE DE QUADRO	
SUMÁRIO	
1 INTRODUÇÃO	20
1.1 O Recorte Espacial	30
1.2 Percorrendo o método da pesquisa	33
Capítulo 1	41
2 O setor imobiliário como aporte às novas investidas do Capital	41
2.1 A Discussão da Financeirização como Resposta para a Crise, apresentando os conceitos de finanças e financeirização.	42
2.2 A crise do capitalismo e o setor imobiliário: os caminhos e descaminhos do capital fictício.	55
2.3 Estado e Capital Imobiliário: entrelaçamentos entre dinâmica imobiliária e apropriação da terra.	62
2.4 Do mercado financeiro ao valor da terra - urbana e/ou rural: o valor agregado ao solo.	68
2.5 Espaço Agrário e política habitacional.	77
Capítulo 2	85
3 Produção Socioespacial do Município de Lagarto	85
3.1 Configuração do município de Lagarto/SE: a Colônia Treze em questão.	85
3.2 A decadência do modelo cooperativista em Lagarto/SE a partir das novas relações entre o Mercado e o Estado.	113
3.3 A crise capitalista do século XXI e o desenvolvimento local enquanto escala de reprodução territorial do capital	120
Capítulo 3	130
4 Capital Financeiro: rebatimentos da Política Habitacional na Colônia Treze – Lagarto/SE.	130
4.1 Conjuntos Habitacionais na Colônia Treze: (re) organização sócioespacial	130
4.2 As novas condições no espaço da Colônia Treze a partir da imposição do capital financeiro.	142
Considerações Finais	149
Referências Bibliográficas	153
Apêndice	158
Anexos	161

1. Introdução

O contato do homem com a natureza, segundo Moraes e Costa (1987), é um processo pelo qual o trabalho humano é categoria central e revela a busca pela apropriação da natureza. O autor ainda parafraseia Marx e diz que o próprio trabalho é desde logo definido como “um processo de que participam o homem e a natureza”. Na captação dos objetos na natureza para suprir sua vida/necessidade, o homem constrói mentalmente o objeto que busca obter, diferenciando-se, assim, dos animais, os quais podem ter atividade, mas só o homem realiza trabalho, uma vez que este prediz/implica pré-ideação, ou seja, consciência da ação. Nesse caso a essência da relação do homem com o mundo natural se dá a partir da apropriação, transformação e da submissão.

Com o surgimento dos impérios e depois dos Estados, a apropriação do espaço se dá por bases mais sólidas, cuja relação do homem com a natureza se dá a partir de fronteiras que delimitam o espaço e suas bases fundamentais para o relacionamento entre os povos no espaço. Nesse sentido, a questão da fixação é crucial, dando um novo olhar sobre a relação entre a sociedade e a natureza. Tal fixação se torna central na discussão do relacionamento entre os povos.

O espaço (o território), nesse sentido, constituído de elementos naturais e humanos passa a ser o ponto de discussão e de intriga dos diversos povos que buscam expandir suas áreas de influência a partir da apropriação e da dominação de povos. Algo bastante vivenciado com a constituição dos Impérios (MORAES e COSTA, 1987). Vemos, assim, na constituição dos impérios uma relação de sociedade-espaço centrada na apropriação territorial e não na valorização territorial.

Percebe-se que por detrás das discussões de relações da sociedade-natureza está intrínseca a questão da terra que promove disputas e conflitos na sociedade, seja qual for o período histórico: sociedades primitiva, feudal e/ou capitalista. Um exemplo é quando tem fim o sistema feudal e se consolida o comércio. O trato com a terra passa por mudanças, uma nova roupagem é imposta a esta, acentuando o processo de divisão de terras e a afirmação do campesinato com o cercamento das terras comunais.

Antes desse momento a sociedade estava organizada para produzir valores de uso para consumo próprio. Com a expansão do comércio passou-se à organização da produção para os valores de troca e os produtos se transformaram em mercadorias. Nesse certame, buscar-se-á discutir, ao longo da pesquisa, a questão do seu valor de uso e seu valor de troca. As relações estabelecidas com a expansão capitalista e as condições de trato com o solo serão tratadas a partir da visão de como a produção do espaço é estruturada pelo capital.

É com o comércio, com o capitalismo mercantil e as grandes navegações no século XV, que o mundo vai conhecer um processo intenso de valorização territorial a partir da ocupação de espaços.

Com a mercantilização, aponta Moraes e Costa (1987), a propriedade do solo passa a ser expressão maior do processo histórico de separação entre os homens e “seu” espaço. Claro que com o processo de globalização relativizam-se as fronteiras territoriais e os espaços singulares de produção e vivência. A sociabilidade expande-se, adquirindo limites que fazem parte do espaço global.

A crise do capitalismo e sua repercussão em 2008 nos Estados Unidos provocaram novos rearranjos em todo o mundo, uma vez que impunha aos Estados nacionais a responsabilidade de acionar a sociedade para ser base de sustentação dos ímpetus do desfalque de sua estrutura em crise. Coloca-se o setor imobiliário e os setores a ele agregados – indústria de cimento, de elétrica, de tubulação, cerâmica, as empreiteiras, entre outras -, como aporte à saída da crise. E a sociedade, diante da sua necessidade por moradia, é colocada como parte do organismo fundamental para a concretização do ciclo de reprodução do capital.

A política habitacional, implantada pelo Governo Federal, através do Programa de Arredamento Residencial (PAR), que em 2009 passou a ser denominada de Programa Minha Casa Minha Vida, como forma de sanar os impactos da crise se espalhou pelo mundo de forma a criar uma atmosfera de captação de crédito junto aos bancos. A estratégia parece ser a de eliminar a carência de habitação como também de diminuir as taxas de desemprego. O meio rural também é incluído nesse novo levante capitalista, com a criação de políticas de arrendamento residencial.

Nesse contexto, a região oriental do município de Lagarto (figura 1), localizado no estado de Sergipe, se constitui, desde a sua origem, em marco referencial para a produção de gêneros agrícolas – fumo, laranja, maracujá, acerola, mandioca -, levando em consideração que a área caracteriza-se pela policultura desenvolvida nas pequenas propriedades agrícolas, base da economia local. Na área está localizado o maior povoado do município, a Colônia 13, um dos maiores do estado em população, e destaca-se no município de Lagarto por concentrar em seu entorno pequenas propriedades agrícolas policultoras, uma vez que a pecuária ocupa grande parte das terras do município, nos últimos anos a área tem recebido projetos de implantação pelo governo federal, em uma parceria com os governos estaduais e municipais, de conjuntos habitacionais – Mártires dos Carajás, Santa Luzia, Joao e Maria -, para pessoas de média e baixa renda, o que tem influído no uso social da terra, enquanto espaço de produção agrícola.

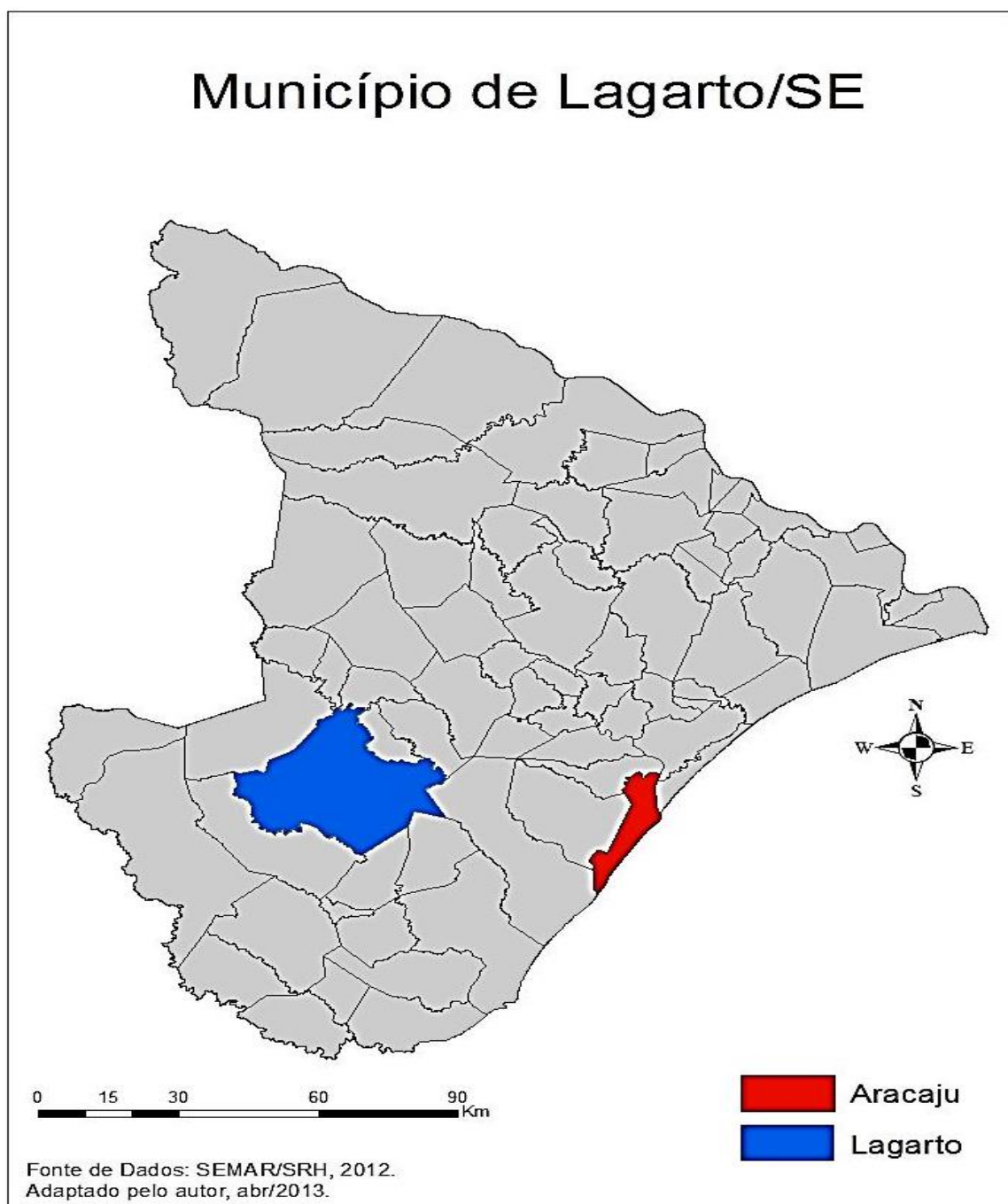


Figura 01 – Localização do município de Lagarto no estado de Sergipe e sua posição em relação ao município de Aracaju, capital do estado.

A própria valorização dos terrenos tem gerado a especulação dos lotes estimulando a venda/comercialização a partir de loteamentos, aliás, mais até que em conjuntos habitacionais. Na Colônia 13, por exemplo, existem o “João e Maria”, “João Maratá”, “Pôr do Sol”, “Santa Bárbara” e outros. Estes loteamentos, os dentre os primeiros a serem comercializados, tiveram menos burocracia na aquisição do terreno, pois foram comprados

com recibo de compra e venda e não com escrituras, por isso não são realizados via financiamento bancário. Para o entrevistado 01, a Colônia Treze acompanha uma tendência do mundo moderno, cujo setor imobiliário se expandiu e ganhou notoriedade a partir da ajuda do governo (Trabalho de campo, 2016).

Quando meu irmão e eu resolvemos comprar o terreno pra lotear fizemos a partir da perspectiva de que o negócio era bom e daria lucro. Vimos que o setor imobiliário estava no auge, cada vez mais crescendo. E foi aí que, nosso pai, pela idade, já não mais trabalhava na terra, resolvemos vender o terreno e comprar um outro na área mais perto do centro do Treze para lotear. Aí compramos e começamos a vender os lotes e com o dinheiro compramos outro terreno, investimos na construção de um ponto comercial e... foi bom naquele momento, já que quem loteava ainda não tinha a fiscalização para cobrar a infraestrutura, então não tivemos gastos. O dinheiro que ganhamos foi para investir em outras coisas. Mas hoje tá mais difícil, tem que cumprir toda uma burocracia... mas eu acho válido, se não o Treze iria crescer desordenado, cheio de problemas. E ia crescendo e depois ficaria difícil resolver os problemas... depois que já fosse uma cidade. (Trabalho de campo, 2016)

Assim, a forma aleatória com a qual estavam se expandindo na Colônia Treze (sem infraestrutura mínima de calçamento, iluminação e sistema de esgoto e calçadas) fez com que houvesse intervenção do Ministério Público. Muitos loteamentos hoje estão embargados na justiça. Os novos loteamentos devem ter agora uma infraestrutura mínima, atendida de acordo com as leis municipais.

As transformações que vem ocorrendo no espaço, dessa forma, requer a compreensão dos processos que envolvem os fatos e os agentes modificadores: Estado, agentes privados e sociedade civil, que agem na conformação de um determinado território. Tais agentes atuam de forma a cumprir, em cada momento histórico, o seu papel de construtor e transformador do espaço, atendendo a uma lógica capitalista em constante transformação.

Nesse enredo, o Estado, historicamente, o agente principal da dinâmica espacial, principalmente em virtude do seu papel de planejador na alocação das políticas públicas, nessa direção, tem buscado atender demandas ligadas ao mercado, muitas vezes burlando os interesses de todos para angariar e expandir a área de atuação do mercado.

No Brasil as políticas públicas ganham feições de acordo com o modelo de Estado instaurado – Estado Desenvolvimentista e Neoliberal. O comportamento que o Estado

assume em cada estágio prediz uma maior ou menor adequação de ações governamentais para a sociedade.

Por outro lado, a globalização infere a lógica do desenvolvimento. Assim, cada lugar carrega em si o movimento global, mas guarda em si a singularidade do espaço vivido e experimentado. Essa relação entre o local e o global se completa na constituição de cada lugar específico.

A pesquisa teve como objetivo elucidar as mudanças no uso do solo do povoado Colônia município de Lagarto/SE a partir de sua relação com a territorialização de políticas públicas de habitação, através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), nas últimas décadas e, conseqüentemente, da criação das áreas de expansão urbana no espaço agrário do município, principalmente, no que se refere à dinâmica do povoado rural da Colônia Treze.

Ao mesmo tempo, a pesquisa visa explicar para onde se encaminham os trabalhadores e as atividades antes desenvolvidas nesses espaços apropriados pela política pública, agora tornados territórios a serem consumidos pela política habitacional, parafraseando Milton Santos, quando esse autor chama atenção para o conceito de território e os usos que se faz do espaço. É importante lembrar que Santos (2008) e Harvey (2005), nas suas obras, chamam a atenção para o papel destacado do Estado como agente da transformação do espaço e, conseqüentemente, da sociedade.

As relações estabelecidas no lugar, com o desenvolvimento capitalista, trazem à tona discussões que passam pelo uso social da terra e as políticas públicas de habitação, evidenciando um remodelamento do arranjo espacial preexistente. Esse quadro impõe uma reflexão sobre as mudanças no uso da terra, tema caro às ciências humanas, que ganham contornos críticos, quando a Geografia o associa ao fecundo debate da questão agrária brasileira, e que, nessa pesquisa torna-se relevante para explicar a mudança no uso do solo no município de Lagarto.

Outrossim, são as relações estabelecidas com a financeirização da economia que dão suporte para o entendimento e explicação dos fenômenos que ocorrem no local, a partir da conjuntura da dinâmica global capitalista. Nesse contexto, o capital fictício é um dos fatores que está agregado à nova fase do sistema mundo que busca a todo custo

continuar dominando e agregando valor aos distintos espaços e setores que possam ser capazes de disponibilizar lucro.

Brunhoff (2010), destacando Karl Marx, vai dizer que a finança é definida como “sistema de crédito” (incluindo bancos e bolsas), tornando-se a lei geral do capital e da concorrência entre capitais. Existe, entretanto, um contraste entre a finança e o setor produtivo, uma vez que o capital financeiro reúne empregados assalariados mais e mais numerosos com salários baixos, mas que não produzem serviços de valor real e, nesse cenário, contrastam com o trabalho operário, uma vez que a finança se dá pelas cartas de créditos para algo que ainda não existe, o capital fictício, que não é produto de uma criação real de valor econômico.

Na história do capitalismo em que o capital financeiro esteve dominando temos o final do século XIX até 1914, entremeado pelo imperialismo e defesa dos mercados conquistados pelos países industrializados que necessitavam de divisas para investir no comércio e, o segundo momento se deu depois da Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1970, com o financiamento das atividades de investimentos e das despesas públicas e privadas.

David Ricardo *apud* Brunhoff (2010) enfatiza que a grande quantidade de títulos de créditos emitidos pelos bancos deprecia a moeda e suscita a inflação dos preços. Nesse ciclo, o aumento da arrecadação se dará com o aumento do produto final. Ou seja, a alta dos preços é transferida do setor produtivo e dos fornecedores para os preços de venda de seus produtos, na busca pela acumulação da riqueza. Tal fato só será possível de três fontes fundamentais: a terra, cujo rendimento é a renda da terra; o capital real (de onde provem o lucro); e o trabalho remunerado dos assalariados. Sendo que lucro e salário são rendas antagônicas, e o trabalho a base para a criação do valor.

Brunhoff (2010) entendendo Ricardo destaca que a finança está relacionada com o financiamento da produção e a distribuição das rendas, entre renda da terra, salário do trabalho e lucro do capital. Destaca ainda que Marx diz que existe um paradoxo, mediante a finança que tem um papel imprescindível no funcionamento do capitalismo, mas que é difícil de mensurar sua condição econômica em relação ao capital de produção que está ligado ao trabalho assalariado.

Assim, a valorização do setor imobiliário, dentro do capital fictício, surge não como uma peça isolada do sistema, mas como uma engrenagem que articula e movimenta outras partes. E com isso, prediz também novos olhares sobre o uso e apropriação da terra e seu valor comercial, como forma de acumulação de riqueza, a partir da constituição e apropriação da terra urbana ou que se torna urbana.

A relação campo-cidade nessa direção se torna ainda mais tênue. O campo e a cidade nesse contexto nunca estiveram tão próximos. As relações estabelecidas sinalizam uma interação cada vez mais forte, intensificadas com os projetos de habitação no meio rural. As características e transformações, cada vez mais interligam os agentes urbanos e rurais, dentro do modo de produção capitalista.

Tomamos como referência temporal o período entre 1990 e 2015, de forma a mediar a análise do espaço em questão. A década de 1990 por ser o momento de transição em que o Estado se desconfigura e se reconfigura dentro do modelo imposto pelo neoliberalismo. Momento este que a organização do espaço mundial se faz mediante a mundialização do capital e no Brasil se deu a lógica das privatizações, cujo Estado deixa de dar suporte ao desenvolvimento territorial rural, esfacelando-se a produção agrícola e, principalmente, desencadeando a crise da citricultura na região centro-sul do estado de Sergipe.

Dentro desse contexto pressupõe-se que as mudanças advindas das novas políticas públicas sintetizam a (re) organização desse espaço norteando novas relações do uso social da terra, circunscritas a nova face do capital, o financeiro. Direcionamento este que demonstra as novas relações de trabalho e geração de renda das pessoas da região, surgidas com a convivência entre as velhas atividades rurais e as novas que se articulam com os equipamentos do urbano.

Dessa forma a paisagem é estruturada mediante os arranjos impostos pelo tempo, com adaptações que se verificam nos níveis regional e local, congregando fatos do passado e do presente. Assim, mediante as mudanças no espaço, é imprescindível a análise de categorias que melhor retratem a dinâmica espacial – forma, função, estrutura e processo.

A dinâmica espacial expressa nas categorias acima expostas é válida, enquanto conceituação resguardada por Santos (2008). Esse autor considera a *forma* como o aspecto

visível de uma coisa ou objeto. São os objetos e arranjos de objetos que formam o espaço, como por exemplo, casas, escolas, avenidas etc. Os objetos são gerados historicamente, retratando o presente e projetando o futuro.

A *função* tem ligação direta com a forma, pois esta, a depender de seu objetivo, pode ter mais de uma função. A função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Ela é a atividade desempenhada pela forma; dá sentido à forma visto que todo objeto no espaço é carregado de sentido, de significado, de função.

Ainda na exposição de Santos (2008), a forma, como fator social, é algo criado para designar uma função. A forma, uma vez criada e usada na execução da função, fica aguardando o movimento da sociedade, até ser chamada a cumprir uma nova função. Só que o movimento da sociedade, impondo mudanças às formas preexistentes, não pode acabar, de uma vez, com a totalidade dos objetos (formas) existentes. O que ocorrerá será a mistura de formas novas e velhas, de estruturas criando novas formas mais adequadas para cumprirem novas funções, ou para se adequarem às formas velhas.

...sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas. (SANTOS, 2008, p. 67)

A *estrutura* subentende-se como a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção a qual está montada uma sociedade. Já o *processo* tem ligação direta com o movimento da sociedade dentro da história, ou melhor, é algo contínuo, carregado de agentes e objetos que se declinam nos termos tempo (movimento, continuidade) e mudança.

...o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função e estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado no presente. Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente. O tempo vai passando, mas a forma continua a existir. (SANTOS, 2008, p. 73)

É dentro desse arranjo categórico que se insere a análise acerca da Colônia Treze, cuja estrutura social, cunhada no desenvolvimento econômico e social do país, favoreceu o surgimento de um cenário calcado no processo de colonização e desenvolvimento rural. A

forma – lotes agrícolas – tem uma função social - a terra como local de trabalho; da produção agrícola; do viver em coletividade.

Essa estrutura perdurou até o início da década de 1990, quando a falta de investimentos para a agricultura camponesa, com a crise da dívida dos anos 1980, sinalizou ainda menos investimentos para esse setor, condição que se alastrou até sobremodo segunda metade dos anos 1990. Esse quadro ajudou a desarticular o modo de viver da/na terra, enquanto meio de sobrevivência do agricultor. Sendo que até aquele momento a base de sustentação econômica do homem do campo na área era a cultura da laranja, por falta de assistência técnica e de acesso ao mercado, os pequenos produtores se viram diante da baixa na produtividade e de seus rendimentos, ocasionando a crise da citricultura. Situação que foi seguida pela desvalorização do preço de outros produtos agrícola, pela queda na produtividade, pela falta de incentivo, e pela decadência da Coopertreze, uma vez que o Estado deixa de dar suporte à instituição, deixando o pequeno produtor a mercê do mercado.

Desde seu surgimento na década de 1950, a Colônia Treze segue uma linha histórica de intensos acontecimentos, de forma a conviver desde logo com perspectivas da lógica capitalista. Com base em tal realidade, observamos que esta lógica contribui para alterar sua estrutura, pois a forma – a terra -, vem passando por mudanças que desvirtua a função primordial de seu uso para fins agrícolas. A terra, lugar de trabalho, da vida em ação, da coletivização, passa a agregar novos contornos dentro de um processo de mercantilização das relações do homem com a terra. Esta que apresentava a combinação primordialmente da simbiose do lugar de trabalho e moradia está sendo direcionada e modelada como apenas terra/local de morada.

A Coopertreze (Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze LTDA), surgida em 1962, trouxe consigo a introdução de novas práticas agrícolas, tanto para atender a interesses dos pequenos produtores, como também para imprimir a lógica capitalista no espaço rural, cujo empenho circundava aos esforços da captação do lucro no meio rural, por meio da exploração da renda da terra pelos mecanismos da territorialização do capital.

O espaço rural, com a investida do capital, passa a adquirir equipamentos urbanos que aos poucos introduz na sociedade local costumes e práticas antes estranhas e/ou desconhecidas dos indivíduos que são moradores deste espaço.

A percepção do lugar por parte dos colonos parece adquirir novo olhar, ou seja, outro sentido. Isso considerando que desde o surgimento da Colônia Treze, a Coopertreze esteve “guiando” os limiares da vida da comunidade. Pode-se considerar que a percepção desse lugar se dava segundo LISBOA (1999, p.100), pela participação e cooperação das pessoas, num sentimento de pertencimento. O lugar concebido no sentido do espaço das decisões, o lugar da tomada de decisões, ou seja, o lugar como o ambiente carregado de subjetividade, de símbolos, sentidos e significados. O lugar centrado na lógica do sistema cooperativista.

1.1. O Recorte Espacial

Localizado no Município de Lagarto, na porção centro-sul do Estado de Sergipe, o Povoado Colônia Treze se constitui, desde a sua origem em marco referencial levando em consideração três distintos aspectos: o primeiro relacionado à percepção do que se convencionou como espaço rural; o segundo pela atuação direta do Estado na implantação e consolidação do referido povoado a partir do cooperativismo e o terceiro pelo fato das suas atividades econômicas estarem vinculadas a ação da COOPERTREZE, uma experiência singular no Estado de Sergipe. Veementemente, a instituição foi criada dentro de um projeto político de Estado desenvolvimentista, cujas feições do lugar se colocavam como favoráveis à captação de renda a partir de sua produção. Assim, seu papel durante décadas foi de, juntamente apoiada pelo Estado, dar suporte técnico e financeiro ao desenvolvimento agrícola dos cooperados.

Diante desse contexto, a Colônia Treze, criada nos idos dos anos de 1950 é resultado da combinação da ação do Estado pelo viés da política de colonização – política de reestruturação fundiária, combinada em seguida, com a política de modernização da agricultura¹ sergipana. Modernização essa entendida como processo de produção de cultivos (especialmente do fumo e depois da laranja) destinados ao mercado externo e interno.

¹Com base em RODRIGUES e FERREIRA (2011), entende-se como modernização da agricultura o processo de adequação de meios tecnológicos à produção agrícola, com o intuito de obter o máximo de produtividade da terra. Só que a modernização da agricultura apresenta-se parcial e conservadora, pois mantém as desigualdades na estrutura agrária brasileira e, é parcial por privilegiar apenas os grandes produtores.

É com base em tais premissas que a história das famílias de colonos – inicialmente compostas por 10, na década de 1950, somam 90 famílias na década de 1960 e na atualidade o Povoado agrega mais de oito (8) mil habitantes, superando em população 19 municípios do Estado de Sergipe (SIAB/DAB/DATASUS e IBGE, 2010) –, encontra-se associada aos cultivos comerciais de fumo e da laranja, inicialmente, somado aos cultivos da acerola, mandioca, pimenta e maracujá, posteriormente.

Assim, a história do Povoado Colônia Treze, alia a conjunção de interesses do Estado e do Mercado, coligada com a criação da COOPERTREZE como entidade jurídica mediadora entre os colonos, o Estado e o mercado.

Pelo viés da cooperativa, os colonos se unem. Cria-se no imaginário uma realidade permeada pela combinação de interesses e mais do que isso, cria-se uma cultura permeada pela identidade do pequeno agricultor. Fator este que se materializava, inclusive, com a arquitetura das residências, símbolo do jeito de ser camponês e da feição de homogeneidade e de igualdade entre os sujeitos sociais.

Dessa maneira, a colônia Treze abriga na atualidade 25% da população do Município de Lagarto, segundo dados da CERCOS (2016), e se encontra inserida na porção do Município responsável pela produção dos cultivos agrícolas. Essa realidade, no entanto, encontra-se em fase de alteração. O Estado altera sua política de atuação na área, agora direcionada para a instalação de conjuntos habitacionais na Colônia Treze, destinadas à população de baixa renda, a partir do PAR (Programa de Arrendamento Residencial).

Desta ação do Estado resulta a nova configuração do uso da terra no Povoado, pois esta para fins urbanos se sobressai ao uso da terra advinda das atividades agropecuárias. Combinada com esta questão, os colonos vivem ainda, na atualidade, uma nova experiência, pois com a desativação da COOPERTREZE, eles deixam de ter o suporte dos seus dois principais pilares - o Estado e a Cooperativa -, que se esfacela a partir da lógica do Estado Neoliberal, cuja ação se dá a atender as regras do sistema mundial.

Uma vez perdido o suporte da máquina estatal, a cooperativa perde força e a localidade é colocada a mercê da ação das empresas privadas, capitaneando lucro a partir da sujeição do homem do campo ao setor industrial (alimentícia, por exemplo). A mudança na postura da produção na região se iniciou já nos anos de 1980, quando o Estado se atermia mais a resolver as questões da crise da dívida e do esgotamento dos recursos públicos, situação que só se complicou nos anos de 1990.

Associada a essa realidade, como o Município de Lagarto possui nas atividades agropecuárias a sua principal base econômica, a contração da área de cultivos para a instalação dos conjuntos habitacionais, principalmente nos anos 2000, leva-nos a questionar se esse processo não vai interferir na própria dinâmica do município, numa realidade contraditória, pautado: no crescimento urbano versus diminuição das áreas destinadas ao plantio; em novos desmatamentos; na geração de dividendos agrícolas para a movimentação do capital no município; e nas novas demandas urbanas e rurais.

Diante do contexto socioespacial vivenciado pelos colonos do Povoado Colônia Treze, e das transformações em curso, questionamos se a mudança no uso do solo do Povoado Colônia Treze, para a construção dos conjuntos habitacionais, com a expansão do capital financeiro através do setor imobiliário, implica na transformação do Povoado de terra de moradia e trabalho, em apenas local de moradia? Para tanto temos como objetivo principal refletir sobre as mudanças no espaço agrícola do Povoado Colônia Treze, no município de Lagarto/SE, a partir das políticas públicas de habitação e consequente criação de áreas de expansão urbana.

A pesquisa tem como objetivos específicos:

1. Analisar as mudanças no uso do solo do povoado Colônia Treze;
2. Discutir como a nova delimitação de área urbana no espaço rural afeta o uso do solo nesse povoado mais populoso do estado de Sergipe;
3. Correlacionar os aspectos da dinâmica global, financeirização da economia e crise econômica, com as transformações oriundas das políticas de arrendamento residencial e seus rebatimentos no espaço regional/local;

4. Estudar as transformações no espaço rural e seus rebatimentos na vida dos agricultores que venderam suas terras, fomentando novas relações de trabalho nas áreas apropriadas para o arrendamento residencial;

1.2 Percorrendo o método da pesquisa

Esta pesquisa parte do princípio da negação da neutralidade científica e da afirmação do método enquanto caminho direcionador e revelador dos resultados da mesma. Envolveu então desde a escolha do tema (o material do levantamento bibliográfico de livros, periódicos, dissertações de mestrado e doutorado), leituras de artigos, matérias de jornais, além de documentos técnicos, associados a uma leitura da realidade empírica do povoado Colônia Treze, no município de Lagarto, e por fim pesquisa de campo no contato direto com os sujeitos envolvidos.

Para esse trabalho consideraremos os fatos concretos, adquirindo conhecimento destes a partir de fundamentos advindos da experiência. Gil (1999, p. 26) observa que o método é o “caminho para se chegar a determinado fim, é como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Para Moraes e Costa (1987), o conhecimento científico se estabelece a partir de uma produção histórica às determinações do desenvolvimento social de cada época. Não implica um determinismo histórico, com redução sociológica. Funde-se da relação do cientista com o meio e o tempo social no qual está inserido, ou seja, uma relação entre seu posicionamento social e sua produção está alicerçada entre uma escala crescente das ciências da natureza e as ciências humanas. Dessa forma, os postulados científicos são dinâmicos, resultantes do movimento das mudanças sociais e históricas. O movimento das ciências se dá pelos questionamentos que surgem com o novo, o desconhecido, princípio base de todo conhecimento. Deixa-se de lado a premissa de que toda ciência é tradicional, carregada do que foi estabelecida anteriormente. Não que ela se desfaça totalmente do que foi descoberto ou estabelecido antes, mas deve-se levar em conta o processo evolutivo e a descoberta de novos procedimentos técnicos. Nesse contexto o método se coloca como o elemento de relação entre os vários campos científicos com a filosofia, que também pode passar por transformações.

A concepção de dialética enquanto método foi norteadora da pesquisa. A dialética, segundo Lefebvre (1991), se firma na interlocução/na mediação entre a forma e o conteúdo. Dentro de um princípio contraditório e conflituoso das relações estabelecidas dentro da sociedade que se movimenta e se faz com base na produção – a produção e reprodução da sociedade que se faz nas bases econômicas, sociais e políticas. As contradições que se firmam na dialética se fazem dentro de uma coerência lógica. Forma e conteúdo se firmam em bases sólidas, dentro da contradição. Tem-se, nesse sentido, o método dialético que não deve desdenhar a lógica formal, mas retomá-la. O método é a consciência da forma e do conteúdo. É o “próprio conteúdo”, o movimento dialético que este tem em si, que o impele para frente, incluído a forma.

No que concerne à lógica formal há redução do conteúdo, colocando a forma de maneira estática, isolando-o. Já na lógica dialética o conteúdo é eliminado momentaneamente, o que levará às suas qualidades em sua totalidade. E por não se ater ao conteúdo, a lógica formal se torna abstrata, reduzindo o conhecimento da forma em partes, uma vez que não aceita a contradição e a imperfeição. A lógica formal é estática, ignora os fenômenos que fazem parte do movimento dinâmico e que traz transformações.

Como a dialética permite decifrar o enigma contraditório de se congregar forma e conteúdo, a partir de uma análise conjugada em que a constituição da forma é montada em bases contraditórias de seu próprio conteúdo, ela foi pressuposto ao entendimento que as mudanças no espaço fazem parte de um processo contínuo que passa pela capitalização dos meios de produção, em que as novas políticas de arrendamento residencial surgem como resultado das novas relações capitalistas estabelecidas no campo.

A pesquisa teve assim caráter predominante qualitativo, conduzida na unidade do método (enquanto visão de mundo) articulado aos procedimentos operacionais. Estes envolveram uma interface entre o observado em campo e as leituras das referências que serão utilizadas. Para a interação entre o concreto e os conteúdos, teoria e prática, alguns instrumentos foram utilizados, como por exemplo, entrevistas, questionários e registro fotográfico da/na área de estudo. Além dos depoimentos presentes em documentos técnicos, análise de textos de jornais impressos e entrevistas realizadas por agentes dessa política, junto às emissoras de rádio do município.

Nessa interlocução, procurou-se a discussão entre o objeto de estudo e seus impactos na área em questão, envolvendo os fatos e processos que o cercam na concretude de sua forma e das funções que guiam os arranjos locacionais. Com as informações obtidas em campo, o passo seguinte foi a tabulação e a análise dos dados. Dessa forma, foi possível correlacionar os pressupostos teóricos acerca da dinâmica do objeto de estudo e a realidade concreta² que o envolve.

A busca por dados também envolveu a coleta na Secretaria Municipal de Saúde, através do cadastro do PSF (Programa da Saúde da Família), com o intuito de caracterizar a área em relação à produção agropecuária, à população camponesa, à população geral, tanto quantitativa como qualitativamente; nas escolas; na Coopertreze (Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze); no comércio local, em sites (como por exemplo: do IBGE, Ministério do Trabalho, Ministério da Agricultura, entre outros), e por fim foi elaborado um mapa da região, mostrando os aspectos gerais e as mudanças ocorridas no espaço.

Nesse sentido, o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental e a busca de dados constituíram-se a base de dados secundários. E os dados primários foram colhidos através de questionário aberto, junto aos pequenos produtores e com pessoas de faixa etária diversificada, envolvendo desde questões relevantes para a constatação das novas práticas de geração de renda e seus impactos nas mudanças no espaço, bem como da interpretação relativa às novas relações de trabalho dos indivíduos no lugar.

O trabalho de pesquisa foi realizado de forma, principalmente, de tipo qualitativo, numa interface das relações estabelecidas com a atuação do Estado durante todo o processo histórico da formação da referida Colônia Agrícola. A busca por dados se pautou, principalmente, na literatura que proporcionasse suporte teórico para o entendimento de como se deu o papel do Estado nas diversas fases de (re) arranjo espacial da área. Desde a sua origem com o processo de colonização, seu auge com o cooperativismo, até o esfacelamento da terra agrícola como base para a produção e reprodução do pequeno produtor. Posteriormente, situam-se as novas relações estabelecidas no lugar, através da

²LEFEBVRE (1991) coloca que o concreto real é a consolidação/concretização das etapas previamente estabelecidas pela abstração. Através do abstrativo é que conseguimos chegar a analisar e determinar o concreto. Assim, captado o que é verdadeiro-racional conseguimos chegar ao real (o concreto) – conhecimento do real. Sendo que não podemos nos desfazer do abstrato, uma vez que é preciso passar pela abstração para se chegar ao concreto. “Penetrar no real, portanto, é atingir pelo pensamento um conjunto cada vez mais amplo de relações, de detalhes, de elementos, de particularidades, captadas numa totalidade” (LEFEBVRE, 1991, p. 112).

análise das novas relações estabelecidas com as políticas de habitação e a financeirização da economia.

Para tanto, alguns instrumentos foram utilizados:

- ✓ Entrevistas com loteadores dos terrenos;
- ✓ Entrevistas com representante da Caixa Econômica Federal e dirigentes de Associações, concernentes às condições da política habitacional;
- ✓ Catalogação das informações através das fichas do Programa Saúde da Família/Sistema de Informações da Atenção Básica (PSF/SIAB), que dispõem do perfil da população do Povoado;
- ✓ A realização de *conversas informais* com os colonos mais idosos foi realizada como caminhos para resgate da percepção histórica de como os mesmos conseguem inferir a realidade vivida e a atual;
- ✓ Aplicação de questionários junto aos beneficiados com as casas;
- ✓ O *registro fotográfico* da área de estudo. Utilizado como recurso para visualizar as transformações no espaço vivido, pelas mudanças na paisagem e no uso do solo.

Com as informações obtidas em campo, o passo seguinte foi a tabulação e a análise dos dados. Dessa forma, foi possível inter-relacionar os pressupostos teóricos acerca da dinâmica do objeto de estudo e as práticas que o envolvem.

A aplicação dos questionários foi realizada junto aos responsáveis pelas associações que pleitearam a construção dos conjuntos habitacionais na Colônia Treze, bem como com os beneficiados com as casas do PAR, no conjunto Santa Luzia, na Pista da Granja. As perguntas diretas e objetivas tiveram como objetivo conhecer como se deu o processo de cadastro para a aquisição das casas, bem como caracterizar a infraestrutura e adequação das residências e das pessoas envolvidas.

Outrossim, realizamos a coleta de dados junto aos moradores do Conjunto Leonor Barreto Franco, do Loteamento Santa Bárbara e da rua Jerônimo Reis. A seleção desta área ocorreu pelo fato da mesma compor a região da área de expansão urbana da Colônia Treze, como resultado das ações do PAR, e pelo fato da mesma integrar a área de atuação do

Agente de Saúde da Família, o que nos possibilitou o acesso às fichas cadastrais dessas famílias.

A coleta das informações foi realizada de forma indireta com base nas fichas catalogadas dos agentes de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, através do cadastro do SIAB/PSF (Sistema de Informações da Atenção Básica do Programa da Saúde da Família). O referido levantamento de dados teve como objetivo caracterizar a área com base principalmente nos dados populacionais.

Nesse sentido observou-se que essa área de abrangência do SIAB/PSF comporta 293 famílias, totalizando 795 habitantes, dos quais 152 famílias são atendidas com o Programa Bolsa Família. Chamou-nos a atenção o fato de que mesmo os moradores não realizando atividades agrícolas, 474 moradores (59,6%) se identificam como agricultores.

A área comporta 237 estudantes (29,8%) da população; 63 aposentados (7,9% + 0,2% pensionistas) e os outros 2,5% distribuídos em atividades econômicas variadas como: carteiro, comerciante; militar; operário; professores e agente comunitário de saúde.

Na Coopertreze (Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze) foram selecionados registros de fotografias antigas que permitiram a comparação visual entre os objetos geográficos antigos, com os objetos recentes obtidos nos trabalhos de campo, a partir do registro fotográfico da área de estudo nos anos de 2009 a 2013.

A Coleta de Dados junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foi realizada para averiguar a dinâmica populacional do Município de Lagarto, com base no Censo Demográfico. No Censo Demográfico foi possível coletar as informações sobre o domicílio da população lagartense, da década de 1970 a 2010. Foram coletadas informações sobre a população total, urbana e rural e a taxa de urbanização. Neste sentido ficou evidente que a urbanização do Município de Lagarto ocorre a partir do Censo de 2010.

Com base nos dados do IBGE, também foi realizada coleta de informações sobre a estrutura fundiária tanto em nível do Município de Lagarto, quanto do estado de Sergipe a partir do Censo Agropecuário de 2006. Com base nessas informações foi possível correlacionar e comparar a estrutura fundiária de Lagarto com a realidade da malha

fundiária de Sergipe. As informações da Produção Agrícola Municipal também foram coletadas no IBGE, quando se constatou a importância da produção agropecuária para a dinâmica econômica do Município de Lagarto.

A coleta de informações na SEMAR/SRH (Secretaria de Recursos Hídricos) possibilitou a elaboração de mapas temáticos – localização, acessibilidade, uso da terra e expansão da malha urbana do povoado. Para tanto foi utilizado os programas ArcGis (10) e Quantum Gis (1.8.0).

Nesse sentido, o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental e a busca de dados municipal e estadual constituíram a base de dados secundários. E os dados primários foram colhidos através de questionário aberto, junto às pessoas da comunidade de faixa etária diversificada, considerando também três categorias de público da área: os colonos originais, os filhos dos colonos e os moradores dos conjuntos habitacionais, como forma de perceber como está a percepção dos indivíduos diante das novas relações e mudanças que ocorrem na área. Assim, o objeto de estudo se pautou nas mudanças no meio rural da Colônia Treze, mediante ação do Estado, dentro de um processo de esfacelamento das pequenas propriedades rurais e a mudança no uso do solo pela expansão da malha urbana.

A dissertação estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo - *O setor imobiliário como aporte às novas investidas do Capital* - destacamos a política habitacional, como desdobramento da finança capitalista, que tem como função buscar subsídios para sanar os efeitos da crise do capital. Trata-se de um contexto em que a financeirização da economia foi o aporte da expansão do capitalismo, principalmente nas décadas de 1990 e 2000. Observamos como dentro desse contexto o Povoado Treze é projetado dentro do cenário estadual, nacional e mundial e como os acontecimentos estiveram entrelaçados com os assuntos de ordem mundial. A dinâmica locacional está diretamente ligada ao processo mundial de captação de lucro através da sua expansão, na era da globalização. Processo este que se concretiza, nos últimos tempos, com a economia financeira e, mais especificamente, com o chamado capital fictício.

Com as novas inferências do mercado e os novos modos de atuação do Estado no formato Neoliberal, é que entenderemos os fatos que levaram a mudança da atuação do Estado na área, que antes se portava como agente articulador e mantenedor do desenvolvimento agrícola da região. Concomitantemente a esse contexto, tem-se a

decadência da Cooperativa, fato que ocorre associado aos acontecimentos e que levaram a tal desarticulação, a nível nacional e internacional, como a crise do petróleo na década de 1970 e a instauração do Estado Neoliberal que se acentua e se fortalece na década de 1990 com a globalização. Veementemente, a crise de 2008, associado à política habitacional, tem colocado o capital financeiro como aporte ao sistema mundo, congregando desde o capital produtivo, o capital comercial e o capital financeiro.

Desse modo, discutiu-se a atuação do capital financeiro como agente modelador na estrutura socioespacial a partir da mudança da renda da terra com a implantação da política habitacional. A discussão passa pelas novas projeções mediante a dinâmica emanada pelo capital fictício como condição de permanência e continuação do processo de acumulação de riqueza pelo capital, mesmo que esse lucro esteja projetado numa perspectiva futura – investimento a partir de empréstimo em algo que ainda não foi produzido são as linhas de crédito em uma visão de rendimento futuro.

No segundo capítulo - *Produção Socioespacial do Município de Lagarto* - analisamos a produção socioespacial do município de Lagarto. Para tanto foi realizado um breve resgate histórico e apresentada a localização do Município no Estado de Sergipe; a distribuição espacial do uso da terra; a estrutura fundiária e a caracterização demográfica. Em seguida dissertamos sobre a organização sócioespacial da Colônia Treze, com a caracterização e sua posição em nível municipal e estadual.

No capítulo três - *Capital Financeiro: rebatimentos da Política Habitacional na Colônia Treze – Lagarto/SE* - o último capítulo, a discussão se faz acerca dos novos arranjos espaciais da área, dentro de uma linha de reordenamento territorial, suscitando novas feições que vão desde a valorização da terra, mudança na legislação para adequação e atendimento aos interesses do capital, especulação imobiliária e as mudanças nas relações capital trabalho, uma vez que os descendentes dos pequenos agricultores despossuídos da terra constituirão o exército de reserva para o setor industrial. As relações de trabalho se dão em meio à dependência dos trabalhadores em adquirir um trabalho assalariado junto ao grupo Maratá, visto ser este o campo de maior oferta de trabalho no município de Lagarto.

Assim, a tese é que o capital financeiro, sustentado pelo setor imobiliário, tem sido aporte as investidas no meio rural da Colônia Treze para a expropriação do homem do

campo e sua alienação ao mercado, principalmente, a disponibilidade da sua mão-de-obra a indústria.

CAPÍTULO 1

2 O setor imobiliário como aporte às novas investidas do Capital

Neste capítulo trataremos das discussões acerca das políticas de habitação como desdobramento da ação do capital financeiro em busca por soluções para sanar os efeitos da crise latente da economia. Aqui também apresentamos os conceitos do capital fictício, seus efeitos e consequências.

A resposta à crise dos anos 1960-1970 se faz com a abertura dos mercados financeiros - desregulamentados. O sistema econômico mundial abre um novo leque reestruturado a partir dos mercados, cuja base para o desenvolvimento ficou a cargo das grandes empresas transnacionais, ancoradas no capital financeiro administrado e gerido pelas corporações bancárias.

A lógica da financeirização se dá com o capital fictício o qual se inscreve na base de sustentação do capital contemporâneo cujos títulos de crédito promovem a garantia do valor, ou melhor, do lucro em cima de algo que ainda não foi produzido.

Consubstanciado por essa lógica, as políticas de habitação, concretizadas a partir das linhas de financiamento, dão conta desse processo. É na crise econômica ocorrida nos Estados Unidos no ano de 2008 a qual envolve o setor imobiliário que se suscita novos interesses entre os distintos agentes do capital. Assim, a política habitacional assume papel importante na captação de novos espaços e, conseqüentemente, de lucro para sanar os impactos da crise e promoção das vias de desenvolvimento do capital, a partir de então, nos países periféricos.

E nos últimos anos o capital fictício se inscreve como a condição mestra para a manutenção e permanência do sistema mundo, diante das crises porque tem passado, colocando o setor imobiliário como carro-chefe dessa lógica. A política habitacional passou, assim, a ser discutida e promovida pelas grandes corporações financeiras, sustentada pelo Banco Mundial como forma de captação de lucro. Processo este que forja a acumulação de capital através de títulos de ações para um rendimento futuro.

2.1 A Discussão da Financeirização como Resposta para a Crise, apresentando os conceitos de finanças e financeirização.

Após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos estiveram à frente do mundo capitalista, cujo crescimento econômico se deu por forte poder de consumo das pessoas e baixa inflação. Isso foi possível através do regime de acumulação baseado na organização e no rígido controle sobre o trabalho industrial, período conhecido de Bem Estar Social.

Se por um lado os Estados Unidos cresciam apoiado pelo seu poder de investimentos nas economias de outros países, a dizer, principalmente, da Europa que buscavam se reerguer e reestruturar suas economias, por outro os países periféricos tinham conquistado certo destaque econômico com o apoio norte americano na base do setor industrial, este que apoiou as ditaduras militares em virtude do medo da expansão do comunismo pelo mundo. Era o chamado mundo bipolar que angariou condições para o processo de industrialização dos países latinos americanos, com as investidas do líder capitalista.

O período de prosperidade econômica perdurou até a década de 1970, quando o modelo fordista entra em decadência, consociado com a crise do petróleo e da regulação econômica a partir dos planos estatais. Assim, dentre os fatores que levaram ao declínio do modelo fordista e à busca pelo investimento e estudos em novas tecnologias a partir desse período estão, como destaca Brunhoff (2010), a luta dos Estados Unidos contra a Guerra do Vietnã; a explosão da rebelião estudantil, coroada pelo Maio de 1968 (França); o avanço das greves e reivindicações salariais dos trabalhadores na Itália; a elevação do preço do barril de petróleo; a constante elevação da inflação nos países capitalistas avançados e o declínio do comércio internacional.

Diante do fracasso do Estado de Bem Estar Social, tivemos a subida de governos neoliberais entre as décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos e na Inglaterra, caracterizando nova etapa do desenvolvimento capitalista, tendo como principal mudança a reestruturação do mercado mundial. Isso ajudado com as novas tecnologias, desenvolvidas após a crise de 1970, a de informação e transportes, principalmente, o que condicionou a integração dos mercados a partir de uma cadeia global de circulação de mercadorias e divisas. A investidura em novas tecnologias foi uma resposta à condição de produção

fordista, com dependência na indústria e, principalmente, no petróleo, enquanto primordial, até o momento, para o desenvolvimento capitalista.

A partir da década de 1980, o capital chamado de financeiro ganha ênfase, tornando-se base de sustentação para a nova era do sistema capitalista. Nesse contexto, investidores institucionais dispõem de fundos de pensão (fundos de aposentadorias) e passam à gestão de carteiras de títulos, desenvolvendo, assim, a indústria de seguros. Não uma indústria no sentido restrito da palavra e conceito, no qual se materializa objetos a partir da disposição de uma força de trabalho. Mas refina-se a partir dos novos moldes de captação de lucro promovidos pela interação entre capital de títulos (crédito), capital industrial e capital comercial. A finança, neste caso, se coloca como um personagem capaz de sanar as crises por que vem passando o sistema mundo, e nessa linha de raciocínio é importante sua conceituação a partir do entendimento de Chesnais (2010), que são

as instituições especializadas na centralização do dinheiro “inativo” em busca de colocação em empréstimos ou em títulos, isto é, os fundos de pensão e de aplicação coletiva ou mutual fundos, as grandes empresas de seguro e os maiores bancos, e as estruturas institucionais. Na primeira linha encontram-se os mercados de títulos, garantindo a “liquidez” das aplicações que permitem valorizar o dinheiro que se tornou capital sob forma de juros, de dividendos e de ganhos na Bolsa. A finança assim compreendida é a forma do “capital portador de juro” tomada na fase atual do capitalismo, estudada por Marx em um estágio inicial de sua centralização – aquele que ele diz que está em situação “de exterioridade em relação à produção” (CHESNAIS, 2010, p. 100).

O contexto da financeirização da economia das décadas de 1980 e 1990 se fortalece com a mundialização do capital que se coloca a favor da dominação das grandes empresas e sua expansão a nível mundial para a captação de lucro. Esse processo se dá a partir do fortalecimento da concretização/materialização da formação de um mercado mundial, nas bases sólidas da liberalização e desregulamentação da economia, amparado pelos investimentos estrangeiros, pelas relações comerciais de mercadorias e fluxos de capital e de pessoas. Isso se faz mediante o fortalecimento do fenômeno da financeirização da economia. Essa nova era do capital corresponde a um processo de recuperação da capacidade do sistema de escolher, com total liberdade, os países, os grupos sociais e os tipos de negócios que mais lhe garanta acumulação de riqueza.

A mundialização do capital se dá com a liberdade da economia de mercado de circular livremente a partir da década de 1990. O cenário mundial passou a se configurar

mediante a economia de mercado, sem intervenção de autoridades políticas e as grandes empresas sobrepujando a questão nacional, surgindo as chamadas transnacionais, que se colocam como as empresas sem fronteiras.

Assim, nas décadas de 1980 e 1990 houve a ascensão da fração financeira cujo poder dos proprietários de ações se sobressaiu, reestruturando os grandes grupos corporativos transnacionais por meio da produção informatizada; do incremento das empresas às novas tecnologias e com a formação de empresas em rede (BRUNHOFF, 2010). Com isso o capital entrou numa nova era, montada na financeirização, cujo cenário se deslança nos acontecimentos das décadas de 1990 e 2000.

Chesnais (2010) esclarece que a finança se refere às instituições especializadas na concentração de dinheiro inativo com o intuito de emprestar, em forma de títulos e dividendos, oriundos dos fundos de pensão, para angariar lucros futuros. E essa certeza pelo lucro se dá a partir das taxas de juros, possível de rendimento.

a finança assim compreendida é a forma do “capital portador de juro” tomada na fase atual do capitalismo, estudada por Marx em um estágio inicial de sua centralização – aquele que ele diz que está em situação “de exterioridade em relação à produção”. (CHESNAIS, 2010, p. 100)

Destaca ainda que

a finança é a primeira beneficiária da liberalização e da desregulamentação, não somente dos fluxos financeiros, mas do conjunto dos fluxos ligados ao ciclo completo de valorização do capital. Ela obteve a criação de condições de mobilidade planetária completa dos fluxos financeiros necessários para a valorização do capital de empréstimos e de liberdade de investimento, de (des) investimento e de transferência de lucros dos grupos industriais. (CHESNAIS, 2010, p. 100)

Ao mesmo tempo, ela pode impor às empresas as normas a serem respeitadas em matéria de rentabilidade e, então, o grau de exploração da força de trabalho vivo que elas devem atingir. Tudo em nome do processo de acumulação de riqueza, que nesse caso se dará com a conversão de dinheiro em capital – este portador de juros-, em uma valorização externa ao setor produtivo e a apropriação da mais-valia na produção.

A finança é consolidada pelo capital originado do dinheiro que se conserva e que cresce através do empréstimo, dentro de um processo de aplicação financeira. Esse capital de empréstimo se forma através da centralização que se faz pela acumulação de capital-

dinheiro, apoiado à produção enquanto aguarda a circulação (venda). Consta-se, assim, o capital especulativo, portador de juros (CHESNAIS, 2010).

E as empresas passam a se organizarem em rede cuja lucratividade está montada na flexibilidade do trabalho. É a mundialização do capital, com sua nova forma de produzir, com a abertura das economias nacionais às transações internacionais e ao desenvolvimento das trocas de bens e serviços. Mas que em seguida engloba outro nível de captação de lucro, a mundialização financeira que se dá com a mobilidade internacional de capitais.

E uma característica do desdobramento dessa mundialização do capital é a degradação da relação capital-trabalho. O trabalho se transformou no principal instrumento de ajuste, assimilado ao capital humano, com a intensificação da mão-de-obra ao circuito de acumulação do capital associado às grandes corporações, os mercados financeiros globais, que condiciona a intensificação da exploração dos assalariados associada às demissões massivas e ao rebaixamento do nível salarial, ocasionando a precarização e a terceirização da força de trabalho (Brunhoff, 2010).

Assim, nas décadas de 1990 e 2000, para manter o fluxo de renda sempre crescente, as corporações transnacionais precisavam conservar e ampliar o controle estratégico das principais cadeias de produção de valor. Nesse sentido, subverter a condição da lucratividade apenas para o setor financeiro é surreal, uma vez que sua autonomia é relativa, visto que os capitais que são remetidos à esfera financeira nasceram e continuam a nascer no setor produtivo.

Brunhoff (2010) enfatiza que a acentuada financeirização, como estratégia de lucro, confere às grandes corporações um caráter ambíguo: elas se transformam em organizações ligadas cada vez mais aos interesses das instituições financeiras e por outro lado mantém relações estreitas com o capital industrial, ou seja, mantém atividades valorizadas pelo capital produtivo. Ou melhor, o capital financeiro se faz dependente do capital produtivo, sua base se dá, então, pelo movimento e desenvolvimento do setor produtivo, ou pelo menos se espera que os investimentos no setor de produção lhe tragam lucro. O mundo da globalização e do mercado financeiro global é o mundo conhecido, com o encurtamento das distancias através de suas tecnologias, mas também é o mundo dos lugares desiguais, escolhidos para serem centro e periferia do sistema, agregando valor a uma minoria e a subalternidade a milhares. A então condição contraditória, necessária para o

desenvolvimento do capitalismo, na busca pela dominação do mundo, se faz de forma a promover e fortalecer ainda mais as desigualdades socioespaciais (*ibidem*).

Entendendo que,

A finança é um agente, ou, se preferir, um agente, tanto econômico como político, em ação na história do capitalismo. É um objeto social que reúne dois elementos: (1) uma fração da classe capitalista, (2) um conjunto de instituições (os bancos e, incluídos no capitalismo moderno, o banco central e instituições não bancárias, nacionais e internacionais como o Fundo Monetário Internacional, os fundos etc) (DUMENIL e LEVY, 2010, p. 187).

E acrescenta ainda que

A finança não é um conjunto de instituições que domina o capitalismo contemporâneo fora das relações sociais: esta formulação omite a relação de classe; a finança não é uma classe, pois a referência à fração superior da classe capitalista basta para descrever a relação de classe que ela subentende. É no processo de sua própria constituição em classe pra si que esta fração de classe se articula estruturalmente às instituições financeiras, ela se molda na finança, esta entidade que a constitui enquanto ator social (DUMENIL e LEVY, 2010, p. 188).

Os autores, Dumenil e Levy (2010), ainda enfatizam que não existe capital financeiro de um lado e capital industrial ou comercial de outro. E que na finança capitalista o que há é uma hierarquia sobrepujante dos setores da economia, cujo financeiro se sobressai, ou melhor, se coloca como fração superior de classe, mas que possui o conjunto das ramificações da economia, a dizer: transnacional, financeira e não financeira.

Nesse contexto, o Estado continua a fortalecer as ações do capital financeiro, ele não se define, pois continua forte para atender as classes que ele representa no real sentido dos interesses. Os Estados não se opõem ao mercado. Eles agem de acordo com as normas do mercado global, atuando em determinados campos de acordo com os interesses do capital.

A formação do Estado tem sido parte integrante do desenvolvimento capitalista. Mas os detalhes deste processo não são fáceis de analisar. Para começar, o projeto de territorializar arranjos institucionais e administrativos não é determinado por suas relações com todas as esferas de atividade. Ele exibe uma relativa autonomia, tanto no que diz respeito às esferas quanto à circulação do capital. Mas os Estados são produzidos fora das relações sociais e por meio de tecnologias de governança (HARVEY, 2011, p. 160).

Dessa maneira,

O sucesso de um determinado Estado (nacional ou local) frequentemente é medido pelo grau em que capta os fluxos de capital, cria as condições favoráveis à acumulação do capital dentro de suas fronteiras e garante uma elevada qualidade de vida diária a seus habitantes. Os Estados estão inevitavelmente envolvidos em uma concorrência uns com os outros sobre como todas as outras esferas no âmbito do processo coevolutivo se reúnem em algum tipo de trabalho conjunto. Quanto mais acumulação do capital é capturada dentro de suas fronteiras, mais rico o Estado se torna. A gestão estatal do processo coevolutivo surge como uma meta de governo (HARVEY, 2011, p. 161).

A normativa para o processo de acumulação de capital se fortalece nessa articulação com o Estado e na relação capital-trabalho, que é condição mestra às ações e processos capitalistas. As condições estabelecidas dentro do capital financeiro, nesse sentido, não se dão perante as modificações das relações entre capital produtivo (industrial) e capital financeiro, mas sim a partir da elevação constante das taxas de exploração, principalmente da força de trabalho, esta que se estabelece enquanto aporte a aquisição futura de lucro, a partir dos investimentos presentes naquilo que ainda nem existe, é o chamado capital fictício. Conclui-se, assim, que as relações pela busca do lucro se esbarram na relação capital-trabalho.

O acúmulo de fundos que servirão para dar sustentação ao setor financeiro se dá a partir do valor agregado aos produtos colocados no mercado. Valor este que é adquirido a partir do seu valor de troca, incluindo também a lei da oferta e da procura o que ocasiona a concorrência no mercado. Relações estas que envolve a arrecadação de fundos, ou seja, o acúmulo de riqueza, surgindo daí os fundos de poupança em dinheiro que se torna fonte de financiamento do capital físico, mediante a aplicação em títulos de créditos ou em ações.

Falar em crédito é por conveniência salientar que a poupança enquanto forma de financiamento prediz tempo e incerteza do futuro, uma vez que os prazos/vencimentos devem seguir as condições preestabelecidas segundo as convenções/acordos iniciais. Nesse enredo pode ocorrer a inflação, quando os preços aumentam individualmente e com diferentes proporções, o que vai afetar as trocas de bens. Ou pode ocorrer a estagflação – desequilíbrio econômico a partir de recursos ociosos, como o trabalho (desemprego) e há uma redução dos salários mesmo com a alta geral dos preços monetários. Isso somado à oferta excedente de bens em relação à demanda (Brunhoff, 2010).

Para se chegar à acumulação de renda, o capital tem que se ater a moeda que é a base para a circulação das mercadorias e garantia de renda. E dessa circulação se origina o

capital-dinheiro como expressão de uma divisão do trabalho e regulado pelo comércio. Assim, socialmente, a moeda tem o objetivo de socializar os meios mercantis do trabalho individual e restringir o acesso à remuneração deste trabalho. É o poder de possuir ou não capital, suscitando, assim, o poder de possuir ou não os meios de empregar ou não trabalhadores (Brunhoff, 2010).

Entende-se, assim, que para a formação do capital de empréstimo, a partir de títulos de crédito, é necessário que o sistema consiga centralizar esse capital através da acumulação de capital-dinheiro que se dá apoiado à produção enquanto mercadoria no aguardo da circulação a partir da venda. Conclui-se que, segundo Harvey (2010), na produção capitalista o processo de acumulação se dá pela conversão do dinheiro em capital. Dinheiro este que tem um valor inicial, mas que no processo de valorização é convertido em um valor que cresce. Este fenômeno ocorre a partir da atuação dos capitalistas que tem o domínio sobre os meios de produção, extorquindo dos trabalhadores certa quantidade de trabalho não pago, sobreproduto - a mais-valia.

Nesse sentido, o capital se faz mediante as diferenças de classes, cujo possuidor dos meios de produção encontra no mercado o homem desprovido de capital e que tem apenas a sua força de trabalho, que a dispõe para o capitalista na busca por um salário. É a troca mercadológica da força de trabalho e o seu valor enquanto trabalhador, concluindo, assim, que é do trabalho que se origina o valor dentro do circuito de produção, é dela, também, que se origina o lucro capitalista.

Importante salientar que não só o trabalho assalariado é fundamental para o capital, mas também o desemprego, que se dá pela necessidade do sistema em angariar um “exército de reserva” de trabalhadores, cuja principal função é enfraquecer os direitos trabalhistas e garantir mais lucro a partir da mais-valia. O desemprego nada mais é, para a sociedade, do que uma violência econômica contra as pessoas, socialmente desvalorizadas pela ausência de um trabalho remunerado (Brunhoff, 2010).

O capital financeiro se dá pela taxação dos juros de capital emprestado, uma forma de o capital produzir ele mesmo uma renda. De forma que os títulos de crédito acabam por fortalecer as operações econômicas entre as grandes corporações que lançam no mercado, para seus clientes, condições de financiamento para a aquisição de materiais produzidos pelo capital, ou produtos que ainda serão fabricados ou construídos.

Assim, o capital financeiro, mantido nos títulos disponibilizados pelos órgãos financiadores, se coloca como um “valor em processo, uma força impessoal voltada exclusivamente para sua autovalorização e sua autorreprodução” (CHESNAIS, 2010, p. 98). Tal processo só se estabelece no denominado capital fictício. “Este termo designa os títulos que foram emitidos no momento dos empréstimos em dinheiro a entidades públicas ou a empresas ou como expressão da participação do capital de uma empresa” (CHESNAIS, 2010, p. 99).

Para tanto, destaca Brunhoff (2010), as técnicas modernas têm a finalidade de ganhar dinheiro com o menor risco possível e menor custo, sendo que a base conceitual que envolve finança e economia real, moeda e finança são difíceis de mensurar. A finança é o investimento baseado naquilo que será produzido para que, futuramente, traga ganhos reais a partir do que foi investido anteriormente. Assim, há certa complexidade em entender o valor do dinheiro, visto que este não se dá por base no trabalho dispensado para a concretização da produção. Ele está além da força de trabalho dispensada, envolve outros fatores que estão ligados mais às condições dos Estados nacionais diante do mercado internacional. E, nesse modelo de financeirização da economia mundial, a moeda de cada Estado nação está sujeita ao padrão monetário dos mercados de taxas de câmbio, conjugando a economia política cujo valor estará montado, em base, no poder de comércio cambial, atraindo ou expulsando investidores para o mercado nacional que está diretamente alicerçado às premissas do comércio internacional.

O valor monetário, na era da globalização, tem ligação com a disposição de cada Estado em emitir moeda, mas que depende da sua posição perante os mercados. Visto isso, a moeda surge como um dado social que dispõe o maior ou o menor poder de aquisição de mercadorias e/ou de poupança. E torna-se, grosso modo, uma arma de restrição de acesso aos mercados, característica peculiar do sistema capitalista que promove as diferenças de classes.

Assim, com a financeirização da economia mundial, as relações intercambiáveis entre os países se fortalecem diante da maior necessidade do uso dos recursos naturais e com isso há maior movimentação de títulos de grandes empresas que buscam garantir a dominação de certas reservas minerais. Fato este que interfere nos demais ramos do comércio mundial e setores da economia. É na busca pela dominação dos mercados que as

grandes corporações fortalecem a concorrência financeira internacional, cujas compras de ações estrangeiras se dão com o intuito de explicar seus interesses pelo globo, atingindo os diversos lugares do mundo, garantindo, assim, seu lucro.

Inter-relacionado a esse setor de crédito, a finança toma o setor imobiliário como aporte às investidas do capital, cuja dinâmica envolve o poder aquisitivo das famílias. Nesse sentido, os órgãos financiadores do setor imobiliário conseguem angariar lucro até mesmo das famílias com menor poder aquisitivo. E isso só foi possível no momento em que o Estado disponibilizou, por imposição dos órgãos supranacionais (Banco mundial), montantes de dinheiro dos fundos de pensão para as construções das moradias e ao mesmo tempo os bancos criassem cartas de crédito para o financiamento da compra dos imóveis pela população.

A especulação fundiária entra nesse contexto da financeirização imobiliária, cujo valor dos terrenos para a construção de imóveis será valorizado de acordo com os interesses dos especuladores que acentuam cada vez mais as desigualdades sociais a partir da moradia. Sendo que a moradia no espaço urbano ganha maior valor do que a do meio rural. Isso ocorre pela supervalorização dos terrenos nas cidades, lugar primaz para a reprodução do capital, onde o próprio sistema econômico define e redefine os espaços de maior valor, capitaneando, assim, os desníveis que condicionam a segregação espacial.

O valor dado a terra não se faz pelo seu valor de uso, mas pelo seu valor de troca, onde for definido pelo capital que deverá ser embutido ali maior valorização, assim o será. Para tanto, nas cidades os espaços ganham notoriedade de acordo com os interesses das classes dominantes, e há mudanças no uso e apropriação dos espaços na cidade. Com o crescimento do perímetro urbano, novas áreas são valorizadas para atender a demanda social, e levado por essa necessidade, o próprio sistema econômico se encarrega de determinar a valorização dos espaços.

Dentro dessa lógica, o meio rural tem sido captado pelo sistema financeiro mundial, principalmente após a crise de 2008, para fazer parte do centro motriz do capital, para sanar os efeitos da sua crise. Assim, com a expansão das políticas de habitação, como resultado da maior atuação dos órgãos supranacionais, através do Estado, tem provocado mudanças no campo que faz deste um espaço importante na captação de lucro.

O processo de urbanização do campo brasileiro tem favorecido a valorização fundiária desse espaço cujo desdobramento se dá com a mudança na legislação e com a criação de novas áreas urbanas, para atender aos interesses do capital na busca da valorização espacial para a captação de lucro.

É preciso entender, assim, que as finanças expressam a economia capitalista. Seja a partir da expansão de empresas que acaba por remeter divisas para seus países através das grandes corporações que estão ligadas sempre a um banco, subsidiário do crescimento e expansão das empresas; seja através da ação dos Estados Nacionais que impunham montantes de rendimentos/títulos públicos a serviço do capital, como por exemplo, a disponibilização dos fundos de pensão que dão aporte às corporações da construção civil.

Essa intensificação na materialização da formação do comércio mundial, a partir do início do século XXI, com a liberalização dos investimentos diretos no estrangeiro, de transações comerciais e de fluxos financeiros, suscita maior complexidade diante dos problemas estruturais que levam às crises do sistema, pois acaba por envolver todos os cantos do globo. A interdependência entre as nações, em suas relações comerciais, faz com que os mercados internos sejam subjugados à ordem do grande capital comercial mundial³. Existe, assim, uma nova ordem entre os mercados, perpetuado por um novo código nas/ para as transações comerciais, baseados na emissão de títulos (ações e obrigações) para a mobilidade do capital. É o capital fictício que a princípio se refere ao dinheiro emprestado a entidades e a empresas, cujo intuito é obter rendimentos futuros a partir das taxas de juros embutidos no empréstimo.

A lógica distributiva do capital nos inúmeros setores se faz mais presente no capital industrial, por ser este o que agrega maior poder, não somente de apropriação, mas também de criação de mais-valia, visto estar embutido nele a força de trabalho para a produção. Como também as outras formas de capital estão subordinadas a ele. Assim, o capital

³ Outro ponto a destacar dentro do setor financeiro da economia é a questão do “risco país”, pois envolve as relações comerciais entre os países. Este risco é a condição em que um país, a partir da sua capacidade econômica e política, têm de sanar as finanças públicas, mantendo-a estável, condicionando lucros reais aos investidores no país, que classifica os países segundo o crédito (Brunhoff, 2010). Um exemplo emblemático envolve o Brasil, que desde 2015 tem passado por uma crise na sua base econômica e política, o que tem afetado as relações intercambiais da nação com outros países no comércio mundial, freando investimentos estrangeiros. Nesse caso houve baixa na classificação do crédito do Brasil.

financeiro, mesmo apregoado à renda a partir das linhas de crédito disponibilizadas, tem forte ligação com a indústria, nesse caso pode-se destacar como exemplo a financeirização do setor imobiliário. As cartas de crédito são anteriores à construção dos imóveis, mas para a concretização do ciclo financeiro, para a geração de renda, é necessária a atuação e disposição das construtoras, estas que movimentam a indústria de vários instrumentos e objetos necessários à construção das moradias. Situação relevante na/para a aquisição de materiais e geração de emprego para a circulação e distribuição do dinheiro, indispensável para a geração de lucro e renda.

Importante salientar que, apesar da esfera financeira comandar a economia mundial, ela continua dependendo da produção de riqueza, e de mais-valia da esfera produtiva oriunda da exploração de uma diversidade de modalidades de trabalho, não apenas do setor industrial, mas também dos setores primários e terciários.

Chesnais (2010) vai dizer que o dinheiro se transforma em capital no momento em que ele se movimenta de um valor dado a um valor que cresce. Ele produz lucro. É dada certa quantia em dinheiro em cima de determinado produto para sua produção, mas seu valor final não se dá apenas pelo processo de fabricação, ou seja, pela quantidade de matéria-prima dispensada. Inclui-se ao final o valor perceptível pelo capitalista para a geração de lucro que inclui também a mais-valia, há a apropriação da força de trabalho não pago como forma de supervalorização da etapa final.

Na busca pela supervalorização para angariar lucro, o capital fictício, como forma do fetichismo do capital portador de juro ou de aplicação financeira, está subjugado ao capital produtivo para a sua realização. Sendo que os títulos de créditos surgem subjetivamente na pretensão do financiamento do setor produtivo, como se este já existisse. Esse mecanismo dá suporte aos industriais como se os ditos empréstimos já fossem capitais. Na realidade, o financiamento se torna fonte de renda a partir das taxas de juros arrecadadas após a investidura no setor produtivo, dentro de uma visão futurista (CHESNAIS, 2010).

O capital fictício tem financiado o setor imobiliário, principalmente em momentos de maior acirramento da crise do capitalismo, cuja disponibilidade dos fundos do Estado tem apregoado maior valor e segurança ao setor de construção civil para atuar, captando, assim, o lucro.

Marx *apud* Chesnais (2010) destaca que o capital bancário se compõe de dinheiro em espécie, ouro e notas; de títulos que são divididos em títulos comerciais, letras de câmbio, que circulam; e títulos públicos – títulos do Estado, bônus do tesouro, ações de toda natureza. Isso quer dizer que são os bancos a base da dinâmica da economia financeira, movimentado desde o capital concreto ao capital fictício.

É através das linhas de crédito e do desenvolvimento do setor produtivo que o capital consegue se multiplicar, com base nas ações que são os títulos oriundos do chamado capital real. Entretanto, a movimentação do valor do capital fictício independe do valor do capital real.

Para Chesnais (2010) é o próprio sistema de crédito e o caráter especulativo que carregam o germe das crises do sistema de crédito e, conseqüentemente, do capital financeiro. As crises bruscas estão associadas, assim, a queda brusca do valor fictício dos títulos e das contratações de créditos.

Para o enfrentamento das crises, o capital necessita sacrificar as mercadorias e nesse enredo acaba por envolver também o sacrifício humano para que o sistema mundo econômico continue se reproduzindo. Seja pela elevação das taxas de desemprego para o fortalecimento do exército de reserva e o enfraquecimento das leis trabalhistas, ou pela elevação do preço dos produtos para maior entesouramento.

Hilferding *apud* Chesnais (2010) compreende que o capital financeiro é a unificação entre os setores, antes distintos, do capital industrial, comercial e bancário, controlados pela alta finança, numa forma de associação. Diz ainda que existe uma soma de riqueza acumulada por pessoas e/ou empresas que não detém o controle do setor produtivo, mas que querem ver seu dinheiro crescer. Esse é o caso dos bancos que se aproximam dos capitalistas industriais, dando-lhes subsídios através da disponibilidade de dinheiro por meio de empréstimos, com o objetivo de se incluírem no processo de acumulação de riqueza, é a participação na produção.

Congregando do pensamento de Karl Marx, Chesnais (2010) destaca que o capital portador de juros é exterior à produção, ou seja, ele surge pelo lucro obtido por sua venda, através de um valor a ele atribuído – valor monetário. Sendo que ele é uma parte do lucro que foi extraído da mais-valia.

Dentro do emblemático capital financeiro, a proeminência do capital fictício se torna ponto de análise uma vez que ele requer a investidura em algo que nem foi produzido, mas que, na consciência dos investidores prediz lucro futuro. É também antagonizado devido ser este o motivo maior das crises por que tem passado o sistema mundo.

Chesnais vai dizer que

a acumulação do capital fictício, cujos títulos são objetos de transações em mercados muito particulares situados muito longe da produção, é igualmente portadores de crises financeiras, e isso de maneira quase automática. Essas reaparecem, então, com a reconstituição de tal capital. (CHESNAIS, 2010, p. 171)

Destaca ainda,

A causa primordial dessas crises se encontra na diferença entre o montante, sempre mais elevado, dos créditos sobre a produção em curso e futura e a capacidade efetiva do capital engajado na produção os honrar, mesmo com a ajuda de políticas macroeconômicas dos Estados, mesmo com crescimento sem cessar da taxa de exploração da força de trabalho. (CHESNAIS, 2010, p. 171)

O capital fictício suplanta uma condição antagônica contraditória ao sistema ao gestar grandes quantidades de dinheiro, através do crédito, com o intuito de rever investimentos e a aquisição de lucro a partir dos juros, mas que pode, em um momento posterior, acarretar no não retorno financeiro do que foi investido. Invariavelmente a dinâmica da valorização dos títulos disponíveis no mercado não consegue acompanhar o montante de crédito dispendido anteriormente.

A partir da década de 2000 percebeu-se a liberalização de grande quantidade de empréstimos para os empreendimentos imobiliários, na forma de capital fictício com elevados títulos dispostos no mercado. Isso fez com que houvesse desacordos entre o investido e o recuperado (lucro) cujos títulos não recuperados tendem a frear o crescimento do banco financiador, ficando impossibilitado de expor novos créditos no mercado.

2.2 A crise do capitalismo e o setor imobiliário: os caminhos e descaminhos do capital fictício.

Falar em crise do capitalismo é viajar por um caminho longo e sinuoso. A perspicácia da conjuntura do capital se faz a partir do entendimento da sua contradição,

partindo da premissa de que nem sempre a condição de busca pelo lucro e, consequentemente, pelo acúmulo de riqueza, contraindo o excedente, traz bons frutos.

O capitalismo é um sistema contraditório, com suas tendências e contratendências. Mesmo que em determinado momento um dos lados tenha o poder de se sobressair, a outra parte continuará existindo como forma de balancear. Nesse sentido, temos como exemplo a tendência do capital ao monopólio que é contrabalançada pela concorrência; a centralização subjugada pela fragmentação, e assim por diante (Mészáros, 2011).

Entender o poder do capital de se reproduzir, deixando de lado a questão do desenvolvimento das potencialidades produtivas humanas, é contrapor-se à condição de reprodução social, vislumbrado ao poder do capital distante das condições das necessidades humanas. Assim, com base em Mészáros (2011), pode-se entender que o discurso camuflado do sistema capitalista de que ele se reproduz com base na relação estabelecida pela produção, ciência e tecnologia, tem todo um interesse de escamotear, no seu processo de acumulação, a importância do desenvolvimento social. Esse que tem valor insignificante do lado da reprodução.

Nesse sentido, Mészáros (2011) enfatiza que, tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade só pode ser entendida a partir da separação entre valor de uso e valor de troca, sendo que este último aparece supremo. O capital, assim, só poderia chegar a concretizar seu processo de acumulação de riqueza a partir da ampliação da produção e reprodução do valor de troca.

A discursiva de que os indivíduos (sociedade) não fazem parte, ou melhor, não equalizam o processo de produção e reprodução do capital é irreal, pois a acumulação de riqueza só se realiza a partir da extração do excedente do trabalho (a mais valia) e do consumo, cujos indivíduos são levados, ideologicamente, a adquirirem produtos pela “criação” de novas necessidades. Mesmo não sendo, a grande massa da sociedade, considerada para a verdadeira finalidade da produção.

Como o capital se faz e se mantém com base na exploração do trabalho humano para concretizar sua materialização, seu excedente se dá tanto pelo acúmulo de capital, quanto da força de trabalho. Situação esta que causa o solapamento do capitalismo, visto

que com a crise não há como sustentar o crescimento a partir, apenas, da dinâmica tecnológica.

Assim, segundo Harvey (2005), é preciso compreender o processo de acumulação de capital como centro do sistema, este formado por contradições internas as quais levam a crises constantes devido às barreiras continuamente criadas pelo próprio capitalismo, como, por exemplo, a oferta de trabalho e com isso o menor poder de compra dos indivíduos.

Habitualmente, a crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem mais ser absorvido. Denomino isso de estado de superacumulação. O capital excedente e a força de trabalho excedente existem lado a lado, sem aparentemente nenhum modo de uni-los na realização das tarefas socialmente úteis. (HARVEY, 2005, p. 133)

Enfatiza Carcanholo (2008) que o atual quadro do capitalismo é a resposta que o modo de produção capitalista deu para a crise estrutural das décadas de 1960 e 1970, advinda da superprodução e superacumulação, resultando na redução da taxa de lucro - consequência do valor-capital ter sido produzido em excesso. E nesse interim a congruência de fatores, na busca por novos meios para continuar se desenvolvendo, o capital agrega novas feições através do denominado capital fictício. Nesse enxerto Royer (2009) vai destacar que

O que requer atenção é o fato de que esse capital fictício que domina as finanças mundiais atuais está cada vez mais entranhado no mundo do 'real' da cidade. Essa forma de produção do ambiente construído está ganhando cada vez mais força no desenho de um sistema de financiamento habitacional e de infraestrutura no Brasil, que seriam inicialmente destinados a dar conta das imensas necessidades do país (ROYER, 2009, p. 43).

A busca pela apropriação de novos espaços e meios de captação de lucro leva o sistema mundo a suscitar a promessa de apropriação de uma fração do lucro de algo que ainda nem foi construído ou produzido. Só que ele se faz a partir de um capital já existente, através do crédito – empréstimos financeiros.

Nesse contexto, segundo Carcanholo (2008), é que se dá o processo de liberalização (desregulamentação e abertura) dos mercados financeiros, apontados a partir dos títulos de crédito que garantem lucro naquilo que ainda será produzido. Com isso tem-se a reviravolta de condição de sistema que busca na materialização e concretização do lucro a

partir da conjunção da matéria-prima e da força de trabalho como basilares para a aquisição do lucro.

O capital fictício causa nova configuração nos moldes de aquisição de lucro, uma vez que ele não participa diretamente do processo de produção do valor. Seu crescimento, segundo Carcanholo (2008), se dá a partir de títulos daquilo que ainda não existe e sua apropriação do valor não se dá na mesma proporção.

Harvey (2005), seguindo na mesma linha de pensamento, ao discutir a nova era do processo de internacionalização do capital, a partir do processo de financeirização, calcado no capital fictício, destaca que:

O capital fictício, no entanto, é uma demanda sobre o trabalho futuro. Para a realização do seu valor, o trabalho futuro deve ser organizado de tal modo a assegurar uma taxa de retorno sobre o investimento inicial. De fato, o que acontece é que os problemas presentes são absorvidos mediante a contratação de obrigações futuras. Até o ponto em que o problema seja absorvido e não eliminado, o equilíbrio dinâmico representa deslocamento temporal contínuo por meio da formação acelerada de capital fictício. (HARVEY, 2005, p. 139).

Na década de 1990 com a desagregação da União Soviética e o enfraquecimento do regime socialista, o capitalismo ganha força como sistema econômico mundial. Nesse contexto, os organismos multilaterais de financiamento – o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) – se mostraram como os gestores capazes de direcionar o desenvolvimento dos Estados nacionais, consolidando, assim, as relações entre os governos e os mercados de capitais. O discurso para o desenvolvimento de tais instituições se dá a partir de alguns pontos, tais como: redução da pobreza, combate ao analfabetismo e gestão de políticas econômicas rentáveis e competitivas.

O enredo social dos países a partir da década de 1990 se faz mediante as injeções dos órgãos supranacionais que buscam angariar novos espaços para o desenvolvimento do capital, principalmente, para a captação de novos moldes e lugares que atendam suas necessidades em momentos de maior efervescência de sua crise estrutural. Crise esta que atinge todos os cantos e recantos do planisfério a partir do processo de globalização.

Segundo Mészáros (2011), a crise do capitalismo só ocorre quando há uma anormalidade em uma das três dimensões fundamentais do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Para esse autor (2011, p. 798) a “... crise estrutural não

se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas...”. Assim, para manter seu processo de reprodução ampliada, o capital subverte as condições primordiais de bem estar social aos seus interesses, subordinando desde a natureza, a humanidade, e as relações de trabalho às regras e normas que levem a resolução dos seus problemas.

No curso do desenvolvimento histórico real, as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/ distribuição/ realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada. (MÉSZÁROS, 2011, p. 798)

Assim,

...não pode haver qualquer crise estrutural enquanto este mecanismo vital de auto expansão (que simultaneamente é o mecanismo para transcender ou deslocar internamente as contradições) continuar funcionando. Pode haver todos os tipos de crises, de duração, frequência e severidade variadas, que afetam diretamente uma das três dimensões e indiretamente, até que o obstáculo seja removido, o sistema como um todo, sem, porém, colocar em questão os limites últimos da estrutura global. (MÉSZÁROS, 2011, p. 798)

Nesse sentido, é entendido por Mézáros (2011) que a crise estrutural do capital não advém de algo de fora do seu próprio organismo, nem tão pouco emana de alguma “região misteriosa”, ela reside dentro e provém das três dimensões internas da sua condição de/para o seu processo de reprodução – produção, consumo e circulação. São as disfunções de cada uma, consideradas separadamente, que devem ser distinguidas da crise fundamental do todo, que consiste no bloqueio sistemático das partes constituintes vitais.

Lisboa (2007) enfatiza que os organismos multilaterais de financiamento - o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) colocam-se na posição de intermediadores nas interfaces entre as relações do Estado e dos mercados de capitais e, embora se coloquem como as instituições capazes de reduzir as desigualdades no mundo, combatendo a pobreza, o analfabetismo e a promoção do desenvolvimento sustentável a partir das potencialidades locais, são na verdade, intermediadores do processo de acumulação, funcionam como legitimadoras da exploração.

É dentro desse contexto que se enquadra as políticas de habitação que são defendidas a partir da discursiva da erradicação do déficit público por moradias (Royer,

2009). E esta está ligeiramente ligada ao processo de financeirização da economia e, mais especificamente, ao capital fictício, como recurso para sanar os efeitos da crise de superacumulação e superprodução do capital.

Sobre déficit habitacional, Royer (2009) destaca que o termo se coloca como o mais apropriado para a geração de renda do capital, uma vez que seu conceito é importante dentro das políticas de habitação, pois traz no seu ensejo uma compreensão para a lógica do capital que busca angariar renda desse setor. O setor habitacional se transformou em ideologia para o sistema financeiro mundial. Entretanto, a noção de déficit prediz cada vez mais a necessidade de construção de novas moradias, e não de adequação de residências que incluiria, nesse caso, também a reestruturação das casas já existentes, além de novas construções. O termo se faz necessário para alimentar o sistema financeiro e não para sanar a carência por moradia.

Dessa forma, a financeirização, montada nas cartas de crédito para aquisição de imóveis, suscitou nova perspectiva na aquisição de lucro a partir dos juros. Só que investir em algo ainda não existente é seguir por caminhos de incertezas e controverso, uma vez que pode ocorrer, como no dizer de Carcanholo (2008), a disfuncionalidade da lógica do capital fictício para a acumulação. E foi o que aconteceu em 2008, nos EUA, quando o montante de cartas de créditos deixou de ser pago, consequência, principalmente, do aumento do desemprego nos Estados Unidos.

Em 2008, segundo Harvey (2011), o baixo crescimento na economia somado a estagnação no aumento dos salários da população ocasionou o não pagamento dos financiamentos imobiliários, o que levou a uma crescente onda de despejos nos Estados Unidos. Os órgãos financiadores que tinham como garantia as hipotecas se viram em meio a um montante de papéis sem valor algum, visto o abandono das casas por seus creditados, sem condições de pagar.

No final de 2008, todos os segmentos da economia dos EUA estavam com problemas profundos. A confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e lojas e fábricas fecharam. (HARVEY, 2011, p. 13)

Assim, a grande bolha estourada em 2008 colocou o setor imobiliário num patamar dos grandes feitos catastróficos na/para a crise do capitalismo. Tal fato que dispôs a

economia-mundo em um caminho de incertezas, dispondo-a a prerrogativas de um sistema que só consegue sanar os efeitos de suas crises com a intervenção do Estado. Mesmo com a crise do setor de imóveis nesse período, os países, principalmente os periféricos, continuaram com o avanço dos projetos de moradias, só que, agora, com a chancela e suporte da máquina estatal.

As políticas habitacionais fazem parte dos projetos implementados e arquitetados pelos órgãos mundiais, a dizer o Banco Mundial, que assumem o papel de Estado Supranacional de controle e comando do centro do capital, minimizando o poder Estatal nacional, como forma de alavancar e direcionar os ditames do capital mundial. Há, dessa forma, a busca pelo gerenciamento da máquina global, centrado nas normas de economia de mercado, a partir de regras absolutistas para controlar o grupo de países que compõem o chamado terceiro mundo. E o mercado imobiliário tem aferido condições mestras para a captação de lucro da/para a economia de mercado.

Nesse contexto do setor imobiliário, Royer (2009) entende que

...imobiliário não é mais apenas um gênero de negócio, dentre os quais se inclui o negócio da habitação. É uma nova forma de circulação e apropriação da riqueza. Nessas idas e vindas, o termo imobiliário, ligado à arquitetura de financiamento de certos bens, não veicula mais somente uma tipologia de bens financiados, designando um gênero do qual a habitação é uma espécie, mas sim um modo de ser específico da acumulação da riqueza no setor (ROYER, 2009, p. 41).

Já para o entendimento do conceito de habitação expõe que

...o conceito de “habitação”, como função do negócio imobiliário, compreende toda edificação destinada ao uso residencial e que possa ser transacionada no mercado. A possibilidade de transação do imóvel residencial no mercado é crucial para o mercado de crédito, já que as operações de financiamento costumam utilizar o próprio bem financiado como garantia (ROYER, 2009, p. 42).

Assim, a crise econômica ocorrida nos Estados Unidos no ano de 2008 trouxe novos olhares acerca do setor imobiliário e por outro lado suscitou novos interesses pelos diversos espaços e novas relações entre capital e trabalho. E são os Estados Nacionais os basilares interventores para as ações que levarão a maior captação de recursos e gerência dos tratados trabalhistas para atender a melhor forma de sanar os efeitos da crise.

Mas, contraditoriamente, nos países periféricos houve incentivos e grandes investimentos pós-2008 para o setor da construção civil, particularmente no Brasil.

O Programa Federal Habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) é considerado uma das principais ações do governo Lula em reação à crise econômica internacional de 2008, que teve início no setor imobiliário dos EUA, ao estimular a geração de empregos e renda através de investimentos no setor da indústria da construção civil. (MENDONÇA e COSTA, 2011, p. 73).

Sobre as inter-relações entre capital imobiliário, Estado e capital financeiro, Mendonça e Costa (2011) enfatizam que a entrada de capital no setor da construção de moradias acabou por produzir novas relações entre política pública habitacional e produção privada de moradias no Brasil, com a formação de um nicho de mercado bastante lucrativo. Fato este que suscita maior valorização imobiliária e o fortalecimento e aceleração da produção do espaço.

Para as autoras,

...as recentes formas de acesso a crédito habitacional, viabilizadas pela decisiva atuação do Estado por meio de programas públicos para o setor, constituem um importante elemento para a compreensão do momento atual, na medida em que tanto viabilizam a indústria da construção civil que passa a atuar em diferentes faixas de renda, como possibilita o acesso à habitação para amplos setores da sociedade até então financeiramente excluídos do chamado mercado formal. (MENDONÇA e COSTA, 2011, p. 09).

E destacam ainda que esse processo tem produzido respostas complexas com relação aos produtos imobiliários:

...são novas tipologias habitacionais ou a recriação de antigas tipologias, são novos espaços de expansão urbana que são incorporados ao tecido urbano ou metropolitano, são complexos de negócios, turismo, consumo e lazer, são novos espaços produtivos associados a tecnologias mais elaboradas, enfim, uma ampla gama de formas de crescimento e expansão urbanas nas quais variadas articulações entre Estado e capital imobiliário se fazem presentes. (MENDONÇA E COSTA, 2011, p. 09).

Dessa forma, o capital fictício substanciado pelo setor habitacional, a princípio, trouxe uma leva de investimentos pelos órgãos financiadores em todo o mundo, mas que nos últimos anos, particularmente em 2015, mostra um cenário de incertezas com relação à oferta dos títulos de crédito. Isso aconteceu devido à baixa nos pagamentos desses títulos pelos creditados, o que tem dificultado a aquisição dos financiamentos. O que tem feito

com que os governos nos seus Estados Nacionais busquem angariar rendimentos a partir da elevação dos impostos e da exploração da força de trabalho a partir da estagnação e/ou defasagem do aumento dos salários – menor investimento público e maior arrecadação tributária.

2.3 Estado e Capital Imobiliário: entrelaçamentos entre dinâmica imobiliária e apropriação da terra.

Se nos primórdios do capitalismo a terra não era vista/tida como mercadoria em si, nas últimas décadas do século XIX, a configuração, a partir das crises porque tem passado o capitalismo, fizeram com que esse elemento primordial da natureza e de reprodução da base do ser camponês se tornasse peça emblemática do capital, principalmente em momentos de maior efervescência de sua crise.

Para o capitalismo a terra era vista como um entrave ao seu desenvolvimento, uma vez que ela não gera valor em si mesma, mas somente a partir do que ela pode produzir, ou pelo menos pelo controle social de um recurso natural, mercadoria ou local para um empreendimento (para a construção de uma área de lazer, por exemplo). Assim, a partir do século XIX ela passou a ser incluída, contraditoriamente, no sistema de reprodução social capitalista, destaca Mendonça e Costa (2011). É nesse contexto que se enquadra o setor imobiliário como ensejo à valorização fundiária de/para o mercado, capaz de arrecadar e dispor de recursos para o capital.

Essa valorização do solo no Brasil se dá pelo movimento estrutural geral e conjuntural geral macroeconômica. Assim, fatores ligados às condições do mercado a nível global, na confluência da demanda efetiva, são fundamentais para a compreensão do que vem ocorrendo nas cidades brasileiras, bem como nas diversas localidades em que o sistema impõe os lineares do setor financeiro mundial (MENDONÇA e COSTA, 2011). Na década de 2000, a aquisição de imóveis se deu pelo crescimento econômico (4,4% ao ano), com altos salários, lucros e rendas e queda do desemprego, o que proporcionou maior renda das famílias e com isso a facilidade para a aquisição dos bens (imóveis) a partir das linhas de créditos (*ibidem*).

No Brasil, destaca Mendonça e Costa (2011), as políticas públicas que fortaleceram o setor imobiliário e as questões pela habitação se firma a partir de 1964 com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), juntamente a Lei das Incorporações Imobiliárias (LII) que deram suporte para a formação de um mercado que incorporasse uma estrutura para o setor imobiliário e habitacional.

Em 1965, a partir da Lei 4.864 que criou medidas de estímulo à construção civil, o Banco Central foi incumbido de autorizar as sociedades de crédito e financiamento a se transformarem em sociedades de crédito imobiliário. Até então os recursos destinados ao SFN provinha da contribuição de 1% sobre os salários. Já em 1966 foi criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que, juntamente com a Regulamentação da Caderneta de Poupança, criado em 1968, se firmaram como os principais instrumentos para o crédito habitacional e imobiliário no país. Royer (2009) enfatiza que

Os recursos iniciais destinados ao SFH e previstos na lei de criação do BNH/SFN, eram oriundos de uma contribuição de 1% incidente sobre salários, e também de subscrição compulsórias de letras imobiliárias imitadas pelo BNH por locadoras de imóveis com área superior a 160 m², por institutos de previdências, SESC, SESI, Caixas Econômicas e Promotores da construção de imóveis com valor entre 1000 e 2000 salários mínimos, além de recursos subscritos pela União. No entanto, mesmo depois de um ano de instituído o SFN os recursos ainda não haviam constituído um caixa significativo que pudesse dar um mínimo de escala na produção de unidades habitacionais e com isso fomentar a indústria da construção civil, um dos objetivos prioritários do sistema. (ROYER, 2009, p. 49)

Assim,

Foi de fato a constituição de um fundo parafiscal como o FGTS, por meio da Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966, que deu outro impulso aos recursos antes restritos com os quais operava o Banco. O FGTS é um fundo financeiro formado pela contribuição mensal de empregadores aos seus empregados mediante depósito de 8% da remuneração em conta vinculada, de natureza privada e sob gestão pública conformando uma poupança compulsória do trabalhador que o empregador recolhe na fonte. (ROYER, 2009, p. 50)

Em 1973, o BNH lança o PLNHP (Plano Nacional de Habitação Popular) para compensar o não atendimento à população carente de moradia, como previsto desde a criação do BNH (1964). Só que os primeiros resultados começaram a surgir em 1975 com as chamadas COHAB. Em 1983 inicia-se uma crise financeira no sistema de habitação, dando fim, em 1986, ao BNH, momento que coincide com a instabilidade econômica e

fiscal do governo após a crise iniciada em 1973 (crise do petróleo) e a crise do regime militar na década de 1980. O financiamento imobiliário passa para o Banco Central e para o Conselho Monetário Nacional, e o agente financeiro do SFH torna-se a Caixa Econômica Federal (ROYER, 2009).

Assim, entre 1987 e 1994 houve desaceleração da política habitacional, sendo tratada de forma clientelista e assistencialista. Após o Plano Real (1994) o governo subordinou o setor habitacional à Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, visto que o governo considerava o SFH esgotado, regressivo e insuficiente por causa da excessiva centralização da gestão dos programas alternativos (durante o BNH) e da falta de controle social. O Programa Habitar-Brasil e Pro-Moradia obtiveram menos número de contratações, isso porque houve baixa capacidade de pagamento do setor público e falta de capacitação de estados e municípios (ROYER, 2009).

Assim, a década de 1990 foi de desaceleração do setor produtivo por causa da questão macroeconômica. Somente no final da década, com o ajuste do Estado Neoliberal no Brasil, o Sistema de Finança Imobiliário começa a ganhar estabilidade a partir de uma legislação que o coloca em bases sólidas diante da instabilidade inflacionária pela qual passava a economia brasileira. Em 2003 houve a consolidação da economia e o SFH passou por mudanças, melhorando o setor habitacional, com a Resolução CMN n. 3.005, de 30 de julho de 2002 que contribuiu para a ampliação dos recursos da caderneta de poupança destinados ao financiamento imobiliário. A partir desse momento a negociação do/para o setor imobiliário teve maior liberalização dos órgãos financiadores, incorporadoras e do beneficiário, ficando o Estado limitado à resolução das regras do setor. Assim, entre 2007 e 2008 o Estado tem papel de prover a normatização para o financiamento dos empreendimentos imobiliários, o que melhorou o ambiente regulatório – maior segurança jurídica para incorporadoras, construtoras e investidores, o que resultou em maior quantidade de construções financiadas (ROYER, 2009).

No ano de 2001 o governo federal criou o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), a partir da Lei N. 10.188, para atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, cabendo a sua gestão ao Ministério das Cidades. E coube à Caixa Econômica Federal (CEF) a operacionalização para a criação de um fundo

financeiro para fins do Programa Imobiliário. Tal fundo está sujeito à fiscalização do Banco Central do Brasil, com contabilidade normatizada pelo plano contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN). A CEF fica autorizada a contratar, junto ao FGTS, operações de crédito para o provimento do PAR (BRASIL, 2001), batizado, desde 2009, de Minha Casa Minha Vida. Assim, no último decênio parte significativa do FGTS tem provido o crescimento da política de habitação no Brasil (Quadro 01).

Quadro 01: Demonstrativo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinado à moradia (2006 a 2014)				
Ano	Quantidade (moradias)	Valor (R\$ mil)	Total (FGTS) (R\$ mil)	Porcentagem (%)
2006	534.204	4.327.800	29.683.714	14,57%
2007	603.614	4.911.401	38.379.195	12,79%
2008	731.928	5.649.613	42.679.425	13,23%
2009	783.054	5.686.850	47.824.762	11,89%
2010	991.320	6.962.048	49.890.310	13,95%
2011	1.086.154	7.618.990	57.646.929	13,21%
2012	1.248.896	8.510.690	65.049.000	13,08%
2013	1.457.579	9.798.324	75.663.002	12,94%
2014	1.760.421	11.838.484	86.320.173	13,71%

Fonte: Relatório de Administração/FGTS - Exercício 2006, 2007... 2014.

Elaboração: José Edson Oliveira Siqueira, Jun./2016.

Pelos dados apresentados no quadro 01 percebe-se que de 2008 a 2014 houve um crescimento de, aproximadamente, 44,46% em investimentos do FGTS na construção de moradias. Sendo de 41,57% o aumento na quantidade de moradias construídas, o que confirma maior destinação do fundo para o setor habitacional. Vejamos que até 2007 o valor era de, aproximadamente, 4.9 milhões de reais, já em 2010 se aproximava da casa dos 7 milhões, chegando em 2014 com investimentos entorno de quase 12 milhões de reais.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) deu maior força ao setor habitacional ao direcionar maiores investimentos para a oferta financeira, estimulando o acesso à moradia, com subsídios altíssimos e valorização imobiliária, através dos incentivos financeiros à indústria da construção civil e aos capitais imobiliários em geral. Algo consolidado em 2000 com o Conselho Monetário Nacional (CMN) que estabeleceu os recursos apropriados da poupança e que tem direcionamento para as políticas públicas, que devem ser destinadas ao financiamento imobiliário, normatizada pela Resolução CMN n. 3.347.

A renda fundiária, antes como fornecedora de alimentos, passa a ser valorizada para o processo de acumulação de riqueza a partir do capital imobiliário entre as décadas de 1950 e 1960. Até então prevalecia a importância do setor industrial como único capaz de mover e prover fundos para a permanência e desenvolvimento capitalista. A partir desse período, o setor imobiliário adentra ao circuito de acumulação de renda do capital com a valorização fundiária capaz de angariar renda a partir da construção de imóveis. Este que foi agregado ao capital financeiro que emerge como aporte a sanar as crises do capital (Mendonça e Costa, 2011). E nesse contexto destaca que

... o casamento desse capital imobiliário emerge com o capital financeiro, a partir, dentre outros fatores, da abertura do capital das incorporações e do surgimento de novos e mais sofisticados mecanismos de hipoteca e financiamento, possibilitou a enorme concentração de capital do setor. Uma das decorrências dessa concentração foi que as próprias incorporadoras tornaram-se também grandes proprietárias de terrenos. A partir de então, a renda fundiária deixa de ser um entrave e transforma-se em uma fonte significativa de ganho para o capital imobiliário, cuja reprodução básica assentava-se apenas sobre a mais-valia extraída dos trabalhadores da construção civil. (MENDONÇA e COSTA, 2011, p. 20).

Destarte, a citação acima traz a condição de que a terra se tornou primaz na aquisição de riqueza, só que, de forma geral, destaca que a estrutura fundiária tem sido remodelada a partir da apropriação pelas incorporadoras imobiliárias. Contraditoriamente, no espaço agrário do município de Lagarto esse processo não condiz com a afirmação descrita na citação.

Na Colônia Treze, a implantação das políticas de habitação, a princípio, parece se mostrar abstrata, uma vez que não há a entrada de construtoras e/ou agentes do setor da especulação imobiliária atuando na tomada de novas áreas para a construção de imóveis.

Situação esta que não coloca a área, diretamente, no processo de mercantilização da terra calcado no setor imobiliário privado.

Há, sim, essa mercantilização, mas pela iniciativa, primeira, do Estado com a construção de conjuntos habitacionais e da facilitação do financiamento dos terrenos e/ou das casas através dos agentes financiadores, a dizer os bancos. Assim, a comercialização da terra se dá pela iniciativa dos próprios colonos que vendem/loteiam seus sítios na busca da renda rápida da terra. Assim, a construção de conjuntos habitacionais, mais restrita no povoado estimulou a aberturas de loteamentos, que se amplia em uma escala superior a dos conjuntos residenciais. Isso estimulou o mercado da construção civil na área, e cada vez mais expropria, a partir da venda da terra valorizada para fins da construção civil e o fetiche da renda rápida da terra, os colonos e seus descendentes do acesso à terra.

Assim temos a valorização imobiliária em detrimento à valorização fundiária para a agricultura. O setor imobiliário, através das políticas de habitação, tem destinado investimentos para áreas de diferentes faixas de renda. Até mesmo para os que vivem do setor informal. É uma nova forma de o capital envolver todos no seu processo de acumulação de riqueza.

Dentro dessa lógica imobiliária tem-se a valorização do solo urbano, maior que o solo rural ao passo que torna subalterno os trabalhadores aos ditames do capital. O capital financeiro consegue, através do endividamento para adquirir o imóvel, dominar os trabalhadores. A valorização dos terrenos nas áreas próximas aos centros urbanos dificulta as políticas públicas de habitação pelo alto valor agregado pelo interesse comercial, tendendo sua instalação em áreas periféricas, que ainda não foram supervalorizadas.

É o espaço rural a nova diretriz para ampliação e expansão do capital financeiro que se faz pela aquisição de preços baixos dos terrenos, mas que, posteriormente, buscam agregar valor com a implantação da política habitacional. É o que aconteceu com o espaço agrário do povoado Colônia Treze, cuja condição para a continuação do processo de construção de moradias só foi possível com a criação de sua área de expansão urbana, supervalorizando a terra, agora considerada urbana.

2.4 Do mercado financeiro ao valor da terra - urbana e/ou rural: o valor agregado ao solo.

O governo brasileiro, seguindo a demanda dos ditames do sistema mundo, em uma busca pela reestruturação econômica, passou a incentivar a construção civil a partir da criação de cartas de crédito junto aos bancos para pessoas que quisessem adquirir sua casa própria. Nesse sentido, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida para combater a crise e amenizar o déficit habitacional no país, bem como aquecer o mercado e a indústria de materiais destinados à construção Civil, mantendo a economia com flutuações estáveis, ou pelo menos manter um ambiente econômico favorável diante da situação de reestruturação econômica mundial.

De acordo com Josefa Lisboa:

A reestruturação econômica impõe adaptações pondo em evidência a interação entre os câmbios local e mundial, considerando que é o nível local que dispõe do ambiente propício à inovação. Os gestores públicos são convocados a estimular as iniciativas de desenvolvimento local com intervenções na reestruturação dos seus sistemas-produtivos, de modo que esta orientação do desenvolvimento possa promover a revanche ao caos causado pela globalização. (LISBOA, 2007, p. 146)

Nesse contexto, o espaço rural tem sido incluído nesse novo rearranjo espacial, em que é importante que novos espaços sejam inseridos no processo de criação de valor. Segundo Moraes e Costa (1987), a valorização do espaço em cada sociedade e em cada tempo histórico tem a sua especificidade, mesmo que esteja ligado a um modo de produção, cada período da história e seu grupo social valoriza o espaço. O modo de produção se apresenta no processo de valorização como mediador particular, cuja relação se dá no valor-espaço a partir da apropriação dos recursos em cada área e da humanização das formas destas. Entendendo, portanto que não há processos espaciais, mas sim sociais que se manifestam sobre a superfície terrestre.

Dessa maneira, diferentes grupos sociais têm sido incluídos no sistema de crédito para aquisição da casa própria, valorizando os espaços e, assim, gerando renda. Até mesmo as famílias com rendimento menores que três salários mínimos pagam uma taxa mínima ao Estado para a aquisição da casa própria. A capitalização, nesse caso, se dá com o governo estimulando as empresas privadas, ligadas à construção civil, a gerarem emprego e renda.

O meio rural ressurge nesse cenário como o lugar das grandes mudanças, principalmente com as novas investidas para promover lucros mais fáceis para os capitalistas. Nesse ponto, análises são levantadas tanto em torno dos limiares da entrada do

capitalismo no campo, como dos novos comportamentos dos camponeses, colocando em debate as suas condições de reprodução, tendo em vista os novos usos do solo.

O espaço rural enquanto espaço de produção ressurgiu como o lugar consubstanciado pela lógica de mercado, atendendo aos diversos interesses do movimento global de capital de lucro dos inúmeros lugares. A dinâmica mundial se dá a partir das políticas que territorializam o espaço. O território, segundo Milton Santos (2005), passou por nova ressignificação diante da dialética do mundo concreto, pois se antes o território era a base do Estado-nação, hoje, com a globalização, temos a transnacionalização do território, através da interdependência universal dos lugares. Tendo que, como espaço dialético, o território já que usado é humano.

O entendimento do processo de captação do lucro pelo capital em áreas rurais passa pela discussão das relações estabelecidas entre campo/cidade. O capital trata de forma contraditória a organização desses espaços, criando, destruindo, reconstruindo e até mesmo dando continuidade a feições contrárias à sua lógica capitalista de angariar espaços para sua permanência, enquanto sistema econômico global.

A compreensão da relação campo-cidade passa pelo discurso da divisão social e territorial do trabalho. E essa relação se firma a partir das relações entre dominador que mantém e controla os meios de produção e uma classe de dominados que controla apenas sua força de trabalho e que precisa vendê-la para poder sobreviver.

Em meio a essa interface, a sociedade, destaca Lima (2012), produz o espaço geográfico diante de suas necessidades a qual a leva criar artifícios para a produção e manutenção da sua existência. E nesse caso, campo e cidade constituem duas faces de uma mesma moeda diante da necessidade reprodutiva do capital no seu processo de acumulação.

Na análise das relações estabelecidas dentro do capitalismo entre campo e cidade, percebe-se que a força que a cidade vem exercendo sobre o meio rural tem modificado suas feições primordiais. Há uma subordinação cada vez maior que faz do campo um espaço de disputa territorial e lutas, dessa forma, um território que interessa à lógica do capital. Uma vez que esse espaço se constitui em local primaz na/para a produção de

gêneros alimentícios e, principalmente, no abastecimento do mercado interno a partir dos cultivos das pequenas propriedades agrícolas.

O avanço do processo de urbanização nos últimos anos, principalmente nos países subdesenvolvidos, tem colocado em xeque a condição de existência do pequeno produtor agrícola. O processo de urbanização traz como resultado das relações preestabelecidas no campo o aumento dos sujeitos “supérfluos”, Lima (2012), e com isso aumenta o exército de reserva para o capital. Percebe-se, assim, o aumento do perímetro urbano nas diversas localidades, bem como as desigualdades sociais que são acentuadas pela especulação imobiliária e fundiária.

A produção do espaço pelo capital se faz de forma a segregar cada vez mais a sociedade, aprofundando cada vez mais a divisão social e territorial do trabalho. E a cidade se firma e reafirma como o centro das decisões do capital – econômica e culturalmente. Enquanto que o campo é o sustentáculo da população que vive na cidade, como promotor e abastecedor de gêneros agrícolas.

Ao se deleitar sobre o campo, a cidade cria feições remodeladoras, sucumbindo, assim, a condição do ser camponês. A perda do meio de reprodução (a terra) pelos pequenos produtores rurais os coloca na condição de massa de reserva para o capital, uma vez que a disponibilidade de novos indivíduos, expropriados da sua condição de produtor do seu próprio meio de subsistência, fortalece o sistema mundo, enquanto condicionador da exploração da força de trabalho (LIMA, 2012).

Nesse sentido, as políticas de habitação instaladas no meio rural criam uma atmosfera que metamorfoseia as relações de produção no campo, injetando novos olhares que levarão cada vez mais à valorização do capital. Uma vez que expropria o homem do campo do seu ambiente natural de trabalho, aniquilando suas forças a partir da retirada dos seus condicionantes de reprodução, enquanto aquele que vive da terra.

As inter-relações estabelecidas entre campo e cidade se tornam, dentro da lógica capitalista, o baluarte da produção e reprodução do capital, cujos enredos que cercam, mesmo diferenciados, são as relações econômicas que mantém o sistema mundo.

Nessas condições o êxodo ressurgiu como fenômeno primordial que trará melhores condições de vida ao homem do campo que se desloca para a cidade, mas que na verdade é a condição de subordinação ao sistema. Este homem que passa a residir na cidade se torna dependente das regras de mercado, uma vez que só dispõe de sua força de trabalho para sua sobrevivência (LIMA, 2012).

O processo de modernização da agricultura no Brasil que ocorre de forma desigual inclui também a produção camponesa no seu processo de monopolização do território, uma vez que subordina a produção agrícola dos camponeses para o abastecimento do mercado interno, enquanto o agronegócio é direcionado para atender o comércio internacional. O rural, nesse sentido, é gerido através da cidade, e por não possuir as condições materiais de bloqueio e embate ao urbano, se deslancha à ideologia do urbano através dos meios de comunicação que são controlados pelos órgãos citadinos.

Como o capital subjugou os seus próprios limites, ele também articula diversos modos de produção para a captação do lucro. Assim, cada vez mais ele tem eliminado a separação entre campo e cidade, congregado em um mesmo patamar dois setores contraditórios, mas que se completam. Assim, os mesmos processos que atuam na construção da cidade são analisados também para a compreensão dos processos que atuam no campo.

A cidade deve ser entendida não somente a partir de sua materialidade, mas como um espaço formado por um conjunto de setores e órgãos que se articulam na sua forma peculiar de ser e de estar organizada. Esta é um produto da sociedade que se faz e se refaz a cada mudança imposta pelo movimento dos grupos sociais que nele coexistem, estruturando-se de forma contraditória e articulada. Já o rural não deve ser entendido como a outra face, distanciada da dinâmica do urbano; há uma relação estreita entre os dois espaços.

Nesse sentido, é preciso entender o urbano e o rural não como entes opostos que se contradizem nas suas formas estruturais, mas como setores e/ou espaços que se relacionam entre si para a concretização do movimento da totalidade social.

Entender o meio rural hoje é mergulhar em um mar de prerrogativas que nos levarão e indagar: o que é rural e o que é urbano? Quais dados ou critérios nos levam a

distinguir esses dois espaços? Muitas são as teorias e discussões acerca do assunto. É necessariamente o rural o local da produção agrícola, ou podemos caracterizá-lo por outros fatores como o modo de vida da população? A distinção estaria entre possuir maior ou menos população?

Talvez a discursiva não estivesse tanto em caracterizar o que é urbano, enquanto categoria que se relaciona a cidade. Mas nos novos moldes que descaracterizam e recaracterizam o meio rural enquanto espaço que se distingue por apresentar relações mais próximas com a terra, distantes daquelas que se fazem na cidade a partir das construções e da sua materialidade mecanicista de produção e reprodução de equipamentos “artificiais”.

Para alguns autores o espaço rural só pode ser entendido a partir do processo de modernização da agricultura, cujo enredo se dá com a maior proximidade do campo com a cidade, no chamado “Novo Rural”, que extrapola o conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais, pois esse novo traz um conjunto diversificado de atividades agrícolas e não agrícolas (BERNARDELLI, 2010).

A definição do que é cidade e campo não se faz a partir de uma variável, mas de um conjunto de condicionantes que irão caracterizar os grupos sociais em cada um desses espaços, entendendo que os conceitos não são acabados, visto a dinamicidade histórica das transformações das relações que sobrepujam a sociedade e sua organicidade. As características devem estar montadas em critérios sociais, econômicos, políticos, ideológicos e culturais, que diferencie cada área.

[...] se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é produto e nesse sentido é trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade como um todo (na cotidianidade de seu processo de trabalho), produz o espaço geográfico e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir. Assim, pensar o urbano significa também pensar a dimensão do humano. (CARLOS, 1994, p. 24 apud BERNARDELLI, 2010, p. 51).

Bernardelli (2010) diz que a urbano ultrapassa a cidade, mas esta é parte essencial de sua totalidade. O entendimento do que é campo e cidade, rural e urbano vai além de uma simples conceituação. A análise deve se pautar na compreensão da totalidade, do conjunto de fatores e aspectos que cercam cada realidade espacial.

Sobarzo (2010) destaca que a análise do par urbano/rural não é mais adequada, uma vez que o urbano indica uma sociedade em formação, e que contém em seu conjunto o rural, ou as atividades denominadas rurais. E por isso considera mais apropriado fazer a análise a partir da relação cidade/campo. Lefebvre apud Sobarzo (1999) aponta que a cidade representa a concentração, enquanto que o campo, a dispersão e o isolamento e que a diferença entre eles está em função da divisão do trabalho. Mas ao analisar a dinâmica dos espaços rurais da sociedade moderna, percebe-se uma maior proximidade com o movimento e dinamismo dos meios de produção, ou melhor, a condição de meio rural não se aplica ao isolamento e à dispersão.

Cada vez mais os espaços rurais adquirem feições que não só atingem as atividades produtivas, mas a forma de pensar e de agir dos indivíduos, resultando em uma nova organização socioespacial. Mesmo que os modelos de desenvolvimento não sejam atingidos pelas mais avançadas técnicas de produção, o meio rural é atingido ferozmente pela comunicação, ocasionando mudança de comportamento e de novos olhares sobre o espaço onde são inseridos os grupos sociais. Assim, a condição de isolamento é “quebrada” por uma nova visão de mundo, mesmo não mudando, na sua totalidade, as feições materiais no/do local.

Em Lefebvre, citado por Sobarzo (2010), o urbano não nega o rural, nem é sinônimo de cidade. Uma vez analisada as três fases da evolução da organização socioespacial, cuja divisão se dá em três eras: a agrária, onde existia uma clara divisão entre cidade e campo baseada na divisão do trabalho; a era industrial, apresentando a troca e o comércio, fazendo desaparecer os valores dos costumes e o solo se transforma em mercadoria; e a era urbana, maior poder de controle sobre as relações de produção, atraindo simultaneamente a agricultura e a realidade urbana, dentro de um processo contraditório de instituir centros de decisão com poderes desconhecidos.

Dentro dessa análise, Sobarzo (2010), destaca que Lefebvre em nenhum momento nega a existência da cidade e do campo e das suas relações mútuas. E ainda, que na era industrial continua existindo atividades agrícolas e que na urbana as atividades industriais e agrícolas também permanecem. O urbano não pode ser confundido com a cidade, uma vez que o termo é uma virtualidade que designa a constituição de uma sociedade planetária,

uma totalidade que modifica e transforma a agricultura e a indústria, mas não faz com que eles desapareçam (SOBARZO, 2010).

Segundo Sobarzo (2010), o urbano deve ser entendido como o lugar da expressão dos conflitos, dos enfrentamentos, como uma unidade das contradições. É o espaço carregado de sentido dentro da lógica capitalista de produção, tanto material quanto de ideologia. É um lugar das diversas facetas do sistema mundo, nele se criam os valores que sustentam o regime econômico mundial de captação de lucro e mais-valia. E esses valores compõem a marca registrada das relações de produção que subalternam o valor de uso ao valor de troca.

Para Lefebvre (2001) ao valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, àquilo que supre os desejos e carências humanas, em uma sintonia desvelada a existência do homem, já o valor de troca tem sentido mercadológico, uma necessidade do sistema econômico em colocar valor às coisas não por sua utilidade primeira, a atender a necessidade humana, mas por seu valor diante de outras coisas, o valor comercial. Esse valor de troca se concretiza com o valor monetário dado aos objetos, dentro de um dinamismo mundial das relações de produção.

O referido autor destaca ainda que a questão da mais-valia, em primeira instância captada do trabalhador e retida pelos empresários, é também retida pelo Estado através de impostos, empresas estatais, agindo de forma feroz na sua distribuição entre as camadas de classes da sociedade burguesa. Mas é preciso ficar claro que não é a cidade o essencial na mais-valia, mas os setores/espços de produção, o lugar da exploração, que são as fábricas, a empresa, ou seja, as unidades de produção. A cidade é o centro, por excelência, da concentração dessas unidades.

A cidade se torna o centro do capital por conseguir tornar o valor de troca uma relação natural diante das relações mercadológicas desenvolvidas nesse espaço. A sociedade citadina dá esse tom de naturalidade a essas relações de troca pela necessidade de consumo dos diversos produtos que ali já não tinha condições de se produzir. As manufaturas tomam espaço, e a carência por gêneros alimentícios faz surgir as trocas comerciais entre campo e cidade.

As forças produtivas da indústria que tende a se concentrar nas cidades agem poderosamente sobre os campos. É uma verdadeira revolução que a

grande indústria provoca na agricultura e nas relações sociais dos agentes da produção agrícola: crescimento da superfície cultivada, mas diminuição (relativa ou absoluta) da população rural, despovoamento dos campos. (LEFEBVRE, 2001, p. 144)

O campo ocupa um lugar sacralizado pela cidade a partir de sua produção. A referência espacial que caracteriza esse espaço tem sua imagem modelada e colocada dentro de uma hierarquia a partir do movimento da cidade.

A vida urbana, segundo Lefebvre (2001), se conjuga dentro de uma mediação compreendida entre a cidade, o campo e a natureza. Mediação que se dá através a compreensão entendida pela cidade a partir de seus símbolos e ideologias, algo perpetuado ao longo da história através da apropriação da terra cujo enredo se dá com a luta de classes, de acordo com o interesse de cada uma, tanto da/na cidade como no campo. Certo que o poder de decisão dos cidadãos sobressai aos desejos e anseios das classes do campo.

Lefebvre (2001) destaca que a relação cidade-campo, atualmente, metamorfoseia-se. Se antes a relação era de clara exploração, hoje, a cidade se relaciona com o campo buscando dominá-la de forma sutil, cuja cidade se torna o centro da decisão e de aparente associação. A cidade cada vez mais se expande e ataca o campo. Não quer dizer que há uma expansão organizacional, concretada da cidade, mas da forma de vida urbana que sucumbe as relações e a forma de pensar e de viver no campo.

Dentro desse arranjo, o Estado é o articular entre as facetas que se conjugam para o encadeamento das ações estabelecidas entre campo e cidade, através das políticas públicas que articulam e remodelam, quando necessário, os moldes dos setores da economia. São, assim, as políticas públicas de habitação projetadas pelos órgãos supranacionais e colocadas em práticas por cada Estado-nação em seus territórios. E estas nada mais são do que a expansão e o avanço do urbano, como forma de controlar os diversos segmentos da sociedade, o que tem produzido novos arranjos e configurações territoriais que se resumem no mais feroz mecanismo processo de controle da divisão social e territorial do trabalho, cujo Estado age de forma a criar novas feições ao espaço rural.

A máquina do Estado, que tem o poder de criar situações de reestruturação espacial, pode, segundo Correa (1989), atuar como grande industrial, aquele agente que tem a capacidade de consumo do espaço e de localizações específicas, sendo também proprietário fundiário e promotor imobiliário, enfim o Estado atua como um regulador do

uso do solo e é também alvo dos chamados movimentos sociais. Ao implantar, por exemplo, um conjunto habitacional numa área, até então rural, ele está (re) organizando o espaço, ao mesmo tempo em que interfere no uso das terras das áreas próximas, modificando sua estrutura.

A atuação do Estado se configura dentro de um contexto contraditório na medida em que o espaço onde hoje está localizada a referida área de estudo, comporta até então lotes agrícolas que aos poucos têm sido “desmontados” face à aquisição de lotes dos colonos para instalação de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, com base no Programa de Arrendamento Residencial (PAR) (Figuras 02 e 03). Fica comprometida, assim, a forma no uso do solo, calcada em pequenas propriedades rurais, às quais passam a ganhar nova função, a de solo urbano.



Figura 02: Conjunto Leonor Barreto Franco na Colônia Treze-Lagarto/SE, 2014.
Fonte: Trabalho de Campo, José Edson Oliveira Siqueira, 2014.



Figura 03: Conjunto Santa Luzia na Colônia Treze - Lagarto/SE, 2016.

Fonte: Trabalho de Campo, José Edson Oliveira Siqueira, 2016.

2.5 Espaço Agrário e Política Habitacional

O setor imobiliário surge como aporte para sanar os efeitos da crise do capital, fazendo com que este crie condições de permanência para continuar dominando, e a zona rural ressurge como espaço propício e condicional para a captação de lucro, agregando-o como condição para a comercialização imobiliária, a partir do setor financeiro.

A implantação de programas de moradias em espaços rurais tem remodelado a estrutura organizacional da agricultura em pequenas propriedades agrícolas, uma vez que cria novas funções no uso social da terra e inclui este espaço na discussão do desenvolvimento urbano, ou pelo menos tem muita das vezes escondido outras necessidades para o desenvolvimento agrário em detrimento das funções capitalistas que tem no urbano seu lugar primaz na/para a reprodução do capital. A terra agrícola perde suas características enquanto espaço de produção agrícola, e inclui nesses espaços hábitos e costumes atozes à sua realidade com a chegada de indivíduos citadinos, que veem o lugar apenas como local de morada e não como de morada e trabalho.

Dessa forma, com a implantação de conjuntos habitacionais (Figura 04) na zona rural do município de Lagarto surgiram novas feições à área, cuja dinâmica organizacional propunha aspectos de urbanidade. Só que o interesse final não é a transformação da área total em setor urbano, mas uma parcela considerável dela para atender aos interesses expansionistas do capital e eliminar os percalços da crise.



Figura 04 – Construção de um novo conjunto Habitacional (PAR) no Povoado Colônia Treze, no Município de Lagarto/SE. 2011
José Edson Oliveira Siqueira, 2011.

Dentro desse contexto, o Estado, instituição político-administrativa, assume o papel de reconstrutor e gestor capaz de eliminar e manter as bases do sistema capitalista no que se refere à concretização das políticas emanadas pelos órgãos Supranacionais – Banco Mundial. É o Estado que, a princípio, cria subsídios para a construção de casas no município de Lagarto, mas a seguir tal ação é acompanhada pelos colonos que passam a desmontar seus sítios para venda e fins especulativos para o setor imobiliário. Muitos sítios⁴ são vendidos a terceiros para o desmonte em vias de construção de casas e outros estão sendo comercializados pelos próprios donos dos terrenos. Isso afetou a caracterização

⁴ Sítio, nesse contexto, refere-se a terreno/propriedade rural ocupado por plantação agrícola.

municipal, ocasionando mudanças na legislação que passou por alterações para se adequar às novas demandas do capital na área.

Em vias de retirada da plantação em algumas propriedades agrícolas (Figura 05), chamou a atenção da promotoria pública que logo embargou a área até que se resolvesse o problema, uma vez que em áreas destinadas, legalmente, à produção agrícola não se pode haver o esfacelamento para a expansão urbana. O resultado foi que o poder público municipal aprovou a lei de criação das áreas de expansão urbana do município de Lagarto – Projeto de Lei nº 57/2013 - que, conseqüentemente, inclui os povoados onde foram construídos os conjuntos habitacionais e houve o desmonte das áreas plantadas para atender aos anseios do mercado imobiliário.



Figura 05: Desmonte de sítio (laranjais) para implantação de conjunto habitacional - 2015.
Fonte: Trabalho de Campo, SET/2015.

Assim, o cenário no meio rural do município de Lagarto, no estado de Sergipe, se dá, atualmente, com a implantação de projetos habitacionais para população de baixa renda pelo Programa de Arrendamento Residencial, bem como de condomínios fechados para a classe média. O uso social da terra tem ganhado novos contornos, o que influi no uso social da terra agrícola e no seu valor de troca. Tem-se a configuração de novos moldes à vida dos sujeitos a partir de um modelo global calcado no capital financeiro, cujo capital fictício está montado nas cartas de crédito para o setor imobiliário.

Esta política habitacional se faz mediante a ação do Estado, com base nas políticas emanadas pelos órgãos supranacionais, destaque para o Banco Mundial, mas que tem sua aplicabilidade montada nos interesses e participação do setor privado. Assim, sempre existiu a relação entre política pública habitacional e produção privada de moradias. Só que nos últimos anos esse setor ganhou novos contornos, cujos investimentos públicos são cada vez mais angariados pelo setor privado imobiliário. A partir de então a habitação social foi exposta ao mercado, com maior engajamento entre o setor imobiliário e a economia financeira, visto o aumento alarmante dos subsídios de crédito destinando ao setor.

Shimbo (2011) destaca que existe um tripé do setor habitacional no Brasil, subsidiado pelo Estado ancorado a partir das empresas construtoras, das empresas incorporadoras e do capital financeiro. Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) que seu deu início à introdução do mercado como subsidiário na/para a aquisição da habitação, o que decorre em um “novo Paradigma”, cuja base se fez mediante a descentralização da alocação de recursos federais e a criação de uma política de crédito a partir do capital financeiro.

Com o governo Lula (2002-2005), destaca Shimbo (2011), houve a intensificação e fortalecimento do sistema de Financiamento Imobiliário de FHC e do Sistema Financeiro da Habitação, criado desde os tempos do Banco Nacional de Habitação. E assim em 2007 o governo federal criou o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), tendo como uma das prioridades a habitação. Como o PAC teve problemas estruturais e financeiros, foi criado em 2009, um programa específico para a área habitacional: Minha Casa Minha Vida (MCMV).

A aproximação da política habitacional, do mercado de construção civil e do capital financeiro a partir do Sistema de Financiamento Imobiliário se deu a partir dos títulos imobiliários. Que no Brasil só foi possível essa conciliação a partir da oferta pública de ações na bolsa de valores.

A atuação de empresas construtoras e incorporadoras de capital foi potencializada a partir de 2005, bem como a ampliação de crédito pelo mercado às classes média e baixa. A integração da classe baixa se deu com o discurso de redução do déficit público de moradias, momento em que as empresas se apoderaram desse discurso para terem acesso ao volume de recursos públicos disponibilizados a essas faixas de renda (classe baixa)

tornando, assim, tais recursos em nichos de mercado. A maioria dos financiamentos era feita diretamente com as construtoras, mas a partir de 2008 os mesmos passaram a ser feitos através dos bancos. Nesse caso a Caixa Econômica Federal foi hegemônica, a princípio, nesse novo sistema de crédito (Shimbo, 2011).

Dentro desse contexto o referido autor destaca que,

Se em 2004, aproximadamente 40% dos financiamentos era realizado diretamente com a construtora, esse percentual baixou para 4% em 2008. Ao mesmo tempo, os bancos comerciais, que nada representavam em 2004, quatro anos depois, passaram a participar com quase a metade dos financiamentos para clientes. Somado ao percentual da CEF, os financiamentos bancários passaram a representar aproximadamente 90% das modalidades das vendas contratadas, em 2008. (SHIMBO, 2011, p. 49)

Seguindo esse novo cenário do financiamento habitacional, tivemos que em 2009 o Minha Casa Minha Vida acabou por fortalecer a relação entre as empresas de construção e a Caixa Econômica Federal. Sendo que a mobilidade pela valorização financeira não se dá apenas do empreendimento construído, mas também por aquilo que ainda será produzido – capital fictício. Se no início das primeiras políticas de habitação as camadas de rendimentos médios foram atendidas pelos fundos públicos, hoje, a situação é diferente, visto à nova roupagem da chamada habitação social de mercado.

Assim, a questão da moradia no Brasil está diretamente ligada às questões estruturais, cuja formação territorial e da sociedade privilegiou a poucos. Quando se fala em disponibilidade de moradias, esta tem forte ligação com a necessidade do capital em angariar fontes de renda em meio as suas crises, visto, com base em Shimbo (2011), ser o setor imobiliário o que melhor respondeu a movimentação de capital para sanar a crise, devido à mobilidade dos diversos segmentos ligados à construção civil.

A valorização imobiliária e, conseqüentemente, do solo que se torna urbano faz com que se acentuem as desigualdades sociais. A produção de moradias para pessoas de baixa renda só é possível com a intervenção do Estado que garante a moradia de baixo custo e ainda a lucratividade para o mercado de habitação. A disponibilidade de recursos públicos para a habitação instiga as construtoras, uma vez que conseguem lucratividade a partir do montante de crédito disponibilizado pelo Estado para que as pessoas consigam financiamentos junto aos bancos.

O solo, nesse processo de mercantilização da política de habitação, se coloca como primaz na/para a reprodução do capitalismo, principalmente a terra urbana, uma vez que é valorizado por ser espaço de moradia, fator essencial para o bem-estar das pessoas.

A valorização do solo urbano, ou em processo de urbanização, se dá pelas empresas ou agentes da especulação imobiliária que se apropriam e parcelam esse espaço na busca do lucro o qual irá determinar a renda da terra. Essa valorização se dá, a princípio, pela expropriação dos trabalhadores rurais e da sua subordinação ao sistema através do assalariamento.

A valorização da terra rural, destaca Campos (2011), referindo-se ao espaço de produção agrícola, se dá por sua produção e pela mais-valia dela extraída, enquanto a terra urbana a valorização se dá pela especulação imobiliária, dada em dinheiro, sendo a localização fator essencial desse valor. Assim, é a expansão capitalista que está na base da especulação fundiária. A terra em si não tem valor, mas a utilidade dada a ela, enquanto produto comercial, lhe agrega valor. Nesse certame, faz-se necessário enfatizar que os espaços rurais têm recebido investimentos da política de habitação que tem agregado maior valor fundiário, devido à criação de perímetros urbanos para a expansão desses empreendimentos. Caso emblemático é o que ocorre na Colônia Treze, onde foi criada a área de expansão urbana.

Essa valorização a partir da metamorfose da terra só é possível com a intervenção do Estado, o qual cria condições territoriais para a atuação do capital. Essa ação vai desde a criação de leis que dão suporte ao capital financeiro até a montagem de infraestruturas que garantam maior valor agregado. Nesse caso o fator localização se coloca na posição de promotor da segregação socioespacial, visto que alguns espaços receberão maiores investimentos em detrimento de outros.

Referindo-se a localização, Campos (2011) enfatiza que

...a dinâmica imobiliária voltada à produção de moradia realiza-se a partir da apropriação do grande capital, através, essencialmente, dos sobrelucros de localização. Nesse sentido, os interesses daí resultantes tendem a produzir uma mercadoria habitação adequada aos segmentos da população de renda elevada. Tendo em conta tal processo, o produto, o problema habitacional transparece plenamente, pois os segmentos de baixa renda não têm acesso à produção capitalista da moradia e necessitam buscar outras formas de produzir habitação, em especial a

autoconstrução. De fato, a valorização dos capitais no setor imobiliário “esbarra” no fato de que o valor de troca da moradia é inacessível uma enorme parcela da população brasileira. (CAMPOS, 2011, p. 65-66)

Decerto que Campos (2011) discute ainda a questão da problemática da apropriação e acesso à moradia de interesse da grande massa da população pobre, dizendo que

...o problema da habitação popular é um tema relacionado muito mais à propriedade privada da terra e ao modo de regulação pública especialmente no que diz respeito aos investimentos públicos no espaço urbano, do que a tecnologias, tempo de rotação do empreendimento e mesmo tecnologias de processo. (CAMPOS, 2011, p. 73)

Nesse processo de valorização dos espaços para o setor imobiliário, tem-se que na Colônia Treze o processo se deu com a investida da máquina administrativa estatal que abriu “caminhos” para a atuação do setor financeiro. Assim, a atuação do Estado se configura dentro de um contexto contraditório na medida em que o espaço onde hoje está localizada a referida Colônia Treze, composta até então de pequenos produtores rurais, vem aos poucos sendo “desmontada” face à aquisição de lotes dos colonos para instalação de conjuntos habitacionais (Figuras 06 e 07) destinados à população de baixa renda, com base no Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Fica comprometida, assim, a forma no uso do solo, calcada em pequenas propriedades rurais, a qual passa a ganhar nova função – solo urbano.



Figura 06 – Conjunto Habitacional Leonor Barreto Franco do PAR construído no Povoado Colônia Treze, Município de Lagarto/SE. 2009.
José Edson Siqueira Oliveira - Trabalho de campo, 2009.



Figura 07 – Construção de um novo conjunto Habitacional (PAR) no Povoado Colônia Treze, no Município de Lagarto/SE. 2011
José Edson Oliveira Siqueira, 2011.

As mudanças que se processam através da ação do Estado com a aquisição de terras na referida Colônia para implantar conjuntos habitacionais, os quais são construídos para suprir a carência de habitações das famílias que migram para a área, faz despertar no imaginário dos colonos a busca pela renda rápida da terra. O olhar sobre a terra ganha novo valor, ou melhor, incide sobre a mesma o interesse no valor de troca e não no seu valor de uso.

A dupla composição no uso do solo até então agrícola, para residencial e agrícola, motivada pelo Estado para atender aos interesses do grande capital financeiro, faz surgir novo comportamento na área e desencadeia uma tendência à urbanização. A nova função implantada à forma preexistente (a terra) insere nova organicidade ao local, cuja forma é modificada, ao passo em que novas áreas são ocupadas para fim habitacional.

CAPÍTULO 02

3. Produção Socioespacial do Município de Lagarto

O presente capítulo apresenta a caracterização socioespacial do município de Lagarto, como suporte para compreender a dinâmica espacial do Povoado Colônia Treze. Para tanto, parte-se de um breve apanhado histórico, relacionando-o aos aspectos geográficos, principalmente aqueles vinculados à estrutura fundiária. A análise partiu do particular, através de dados coletados no IBGE (2006) sobre o município, permitindo uma comparação entre a realidade vivenciada no município com os dados referentes ao estado de Sergipe. Em seguida realizamos a caracterização da Colônia Treze e sua inserção em nível municipal, através de dados que revelam sua posição na região onde está situada, bem como sua relação com a Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze Ltda – COOPERTREZE, na época do seu surgimento e desenvolvimento.

Com base nos referidos dados, para ressaltar a dinâmica populacional da Colônia Treze, realizamos uma comparação entre a população residente neste local, com a população residente em 19 municípios sergipanos. Por último destacamos a entrada da Coopertreze como símbolo de desenvolvimento econômico e social, em um dado momento e, em seguida referimo-nos às mudanças socioespaciais desencadeadas com o encerramento das atividades da referida Cooperativa.

3.1 Configuração do município de Lagarto/SE: a Colônia Treze em questão.

O município de Lagarto, localizado na região Centro-Sul do estado de Sergipe, teve seu território ocupado no século XVII com o movimento de expansão para oeste da capitania de Sergipe D' EL Rei. Naquele período as principais atividades econômicas centravam-se na criação de gado bovino e no cultivo de fumo, os quais atendiam ao mercado interno da Bahia e de Pernambuco. A carne supria parte das carências nutricionais da população inserida nos trabalhos dos engenhos de cana-de-açúcar.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Lagarto limita-se a norte com os municípios de Simão Dias e Macambira, a leste com Itaporanga da D'Ajuda e Campo do Brito, a sul com Riachão do Dantas e

Boquim e a oeste com Simão Dias. Ocupa uma área de 970 km², com uma vegetação que varia entre as formações de Mata Atlântica a de caatinga.

A sede municipal está a uma altitude de 160 metros. Situa-se a uma latitude de 10⁰ 55' 02" Sul e uma longitude 37⁰ 55' 00" Oeste. O acesso a partir de Aracaju é feito através das rodovias pavimentadas, BR-235, BR-101 e SE-270, num percurso de aproximadamente 75 km (Figura 08). Faz-se necessário frisar que a localização da Colônia Treze, às margens da Rodovia SE 270, a coloca como local de forte atração populacional e, conseqüentemente, de povoamento, visto ser rota de acesso para vários municípios do Centro-sul sergipano. Somado a sua posição geográfica tem-se a grande disponibilidade de linhas de transportes público intermunicipal.

Lagarto/SE - Acessibilidade

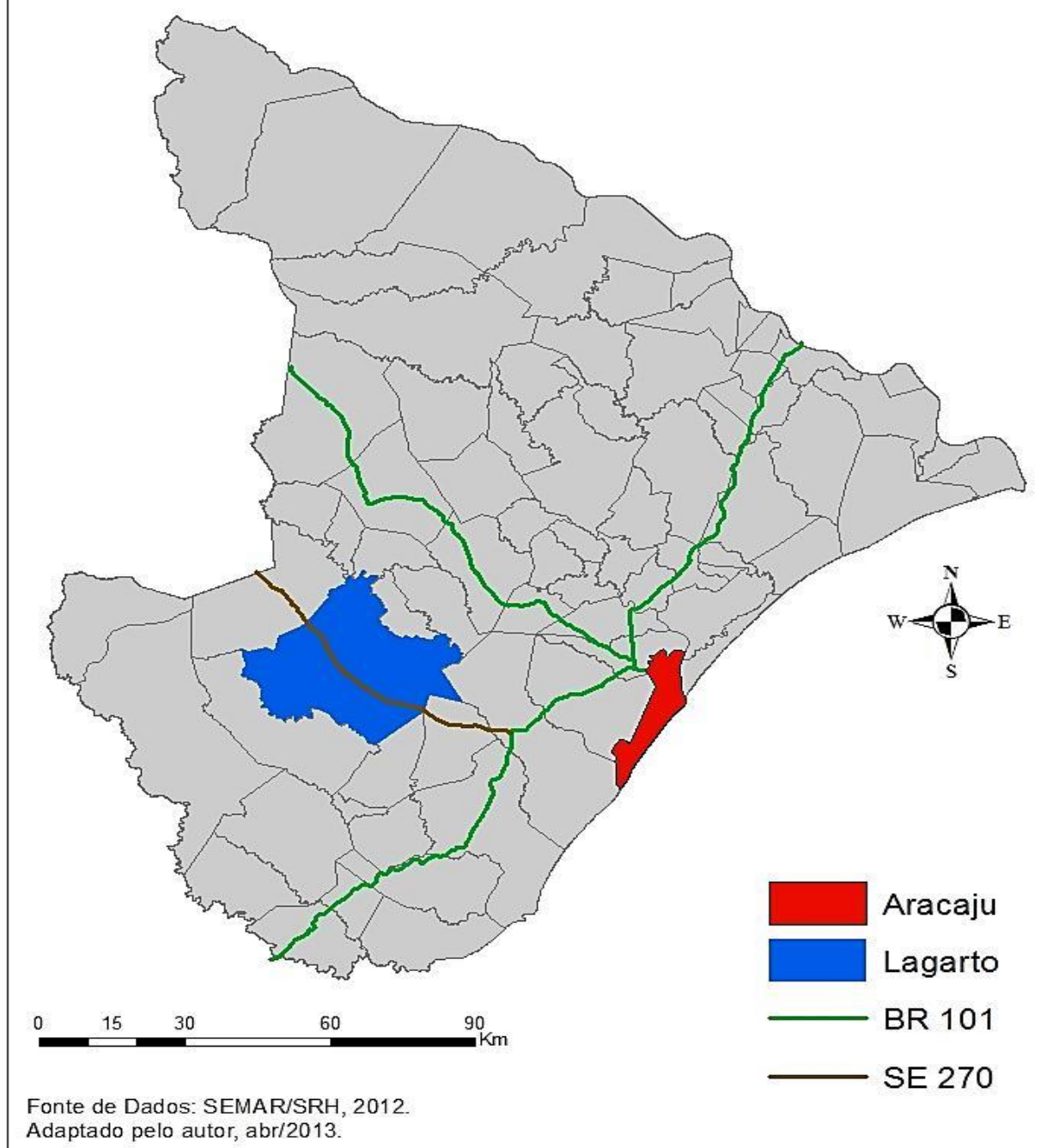


Figura 08 – Via de Acesso ao Município de Lagarto-Sergipe, a partir da cidade de Aracaju.

O município foi criado pela Lei Provincial nº 1.140 de 20.04.1880. Apresenta densidade demográfica de 97,84 hab./km². A população total, de acordo com o IBGE, (2010) é de 94.862 habitantes, com estimativa em 2015 de 102.257 habitantes. Com relação ao domicílio, observamos que 51,5% da população residem na área urbana, o que equivale a 48.867 habitantes, enquanto 48,5% residem na área rural e correspondem a 45.994 habitantes. Os homens perfazem um total de 46.489 habitantes – sendo que deste total, 23.143 (49,8%), vivem na zona urbana e 23.346 (50,2%), na zona rural -, e as mulheres de 48.372, com 25.724 (53,2%) vivendo na zona urbana e 22. 648 (46,8%) na zona rural (IBGE, 2010). Percebe-se que a maior parte da população do município é formada por mulheres, as quais correspondem a 51% da população, para 49% dos homens.

É possível constatar a presença mais acentuada das mulheres na área urbana, já os homens são maioria nas áreas rurais. Esta realidade pode estar associada, por um lado, ao grau de escolaridade dos homens e, por outro, às oportunidades de trabalho para as mulheres na área urbana, desde a condição de empregadas domésticas à atuação profissional na área docente. Tem-se também a contração de matrimônio como um componente a mais para justificar a presença das mulheres na área urbana.

Quadro 02 – Município de Lagarto – Sergipe - População residente, taxa de crescimento, taxa de urbanização e densidade demográfica - 1970 – 2010.

Ano	População residente			Taxa de urbanização	Densidade demográfica
	Total	Urbana	Rural	%	hab/km ²
1970	51.131	12.609	38.522	24,66	53,12
1980	58.320	19.328	38.992	33,14	60,59
1991	72.144	32.538	39.606	45,10	74,95
1996*	75.316	35.617	39.699	47,29	78,25
2000	83.334	40.527	42.807	48,63	85,91
2010	94.861	48.867	45.994	51,51	97,84

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1970 – 1991 – 2000-2010.

(*)IBGE Contagem da População 1996.

Percebe-se pelos dados do Quadro 02 que até a década de 2000 a população do município de Lagarto era de maioria rural. A superação da população urbana sobre a rural

só está expressa nos dados do Censo de 2010, algo muito recente e que está ligado à falta de ações governamentais para o desenvolvimento da agricultura e a saída da Coopertreze, concluindo sua atuação na condição de instituição instigadora e mantenedora de projetos agrícolas. Ao passo que o Estado também muda seu foco de atuação na área, a partir da década de 1990, antes incentivador das atividades agrícolas, começa a partir de então, a privilegiar o crescimento urbano com o financiamento da construção de casas populares e da infraestrutura urbana. O Estado ao deixar de auxiliar as associações e cooperativas agrícolas, contribui para que as mesmas entrem em crise.

Como disse acima, esse contexto é complexo na medida em que a configuração econômica do Município de Lagarto possui na agropecuária a base da economia do Município. Sendo que, aproximadamente, 75% da área dos estabelecimentos agropecuários são ocupadas por pastagem. O restante se distribui entre as lavouras permanentes e temporárias.

Assim, segundo dados do IBGE (2011), a produção agropecuária municipal apresentou na pecuária um volume total de 831.730 cabeças (Quadro 03), com destaque para as criações de bovinos, galináceos, ovinos, equinos, asininos, muares, suínos e caprinos. Na lavoura permanente destacam-se os cultivos de laranja, maracujá, mamão, banana, coco-da-baía. Segundo dados do IBGE (2011), a produção de laranja, um dos principais do município, atingiu 79.530 toneladas, representando, 70,4% da produção total, equivalente a 112.963 toneladas. Já na lavoura temporária tem-se como principais cultivos: amendoim, batata doce, fava, feijão, fumo, mandioca, milho, tomate. Com destaque para a mandioca com 95,3%, o milho com 2,5%, e o fumo com 0,6% da produção total de 163.358 toneladas (Quadro 04).

Quadro 03: Município de Lagarto - Sergipe –Pecuária/Principais Rebanhos, 2011.

Rebanhos	Pecuária	
	Quantidade (cabeças)	Percentual
Total	831.730	100
Bovinos	66.900	8,04
Equinos	6.900	0,85
Asininos	450	0,05
Muares	3.100	0,37
Suínos	3.380	0,4
Caprinos	1.350	0,16
Ovinos	13.000	1,56
Aves (pintos, frangos, galo)	650.100	78,16
Galinhas	78.300	9,41
Vacas Ordenhadas	8.250	1,0

Fonte: IBGE/2011.

Quadra 04: Município de Lagarto - Sergipe – Lavoura Permanente e Temporária/Principais Produtos, 2011.

Lavoura Permanente		Lavoura Temporária	
Produtos	Quantidade (toneladas)	Produtos	Quantidade (toneladas)
Total	112.225	Total	163.358
Laranja	79.530	Mandioca	155.800
Maracujá	24.781	Milho	4.200
Mamão	6.090	Fumo	1.040
Banana	1.824	Feijão	824
		Tomate	750
		Batata doce	540
		Amendoim	156
		Fava	48

Fonte: IBGE/2011.

Segundo dados do IBGE (2006), a estrutura fundiária do município de Lagarto conta com 7.868 estabelecimentos agropecuários os quais perfazem 68.622 hectares. Os estabelecimentos de 05 a 10 ha constituem 526 propriedades (6,69%), com área de 3.856 ha (5,62%). Já no grupo de área entre mais de 0 (zero) e menos de 5 hectares tem-se 6.341 estabelecimentos, correspondendo a 80,6% do número total, mas ocupam apenas 7.950 hectares, o equivalente a 11,6% da área total dos estabelecimentos agropecuários do município. O município ainda apresenta 0,52% de produtores de área, caracterizando uma malha fundiária expressivamente concentrada, o que requer a constituição de uma política de redistribuição de terras (Quadro 05).

Quadro 05 Município de Lagarto - Sergipe – Número de Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total 2006.				
Grupos de área total	Estabelecimentos		Área	
	Número	Percentual	Hectares	Percentual
Total	7.868	100,00	68.622	100,00
Mais de 0 a menos de 5 há	6.341	80,6	7950	11,6
De 5 a menos de 10 há	526	6,69	3.856	5,62
De 10 a menos de 20 há	547	6,95	7.796	11,36
De 20 a menos de 50 há	227	2,89	7.052	10,28
De 50 a menos de 100 há	77	0,98	5.524	8,05
De 100 a menos de 200 há	56	0,71	7.825	11,40
De 200 a menos de 500 há	35	0,44	11.322	16,50
De 500 a menos de 1000 há	13	0,17	8.722	12,71
De 1000 a menos de 2500 há	4	0,05	5.550	8,09
De 2500 ha e mais	1	0,01	X	X
Produtor sem área	41	0,52	0	0,00

Fonte: IBGE/2006.

Seguindo a análise e comparando os dados da malha fundiária municipal com os dados da malha fundiária apresentada a nível estadual, constatamos que a área não foge à regra, pois a composição fundiária do Estado de Sergipe, que possui 100.607 estabelecimentos agropecuários com área total de 1.482.437 hectares, apresenta 75.760 unidades inseridas no grupo de área com menos de 10 hectares, ou seja, 75,30% dos estabelecimentos que ocupam apenas 12,23% da área total, equivalente a 181.314 hectares. Enquanto o grupo de área de 1000 hectares ou mais, com apenas 82 estabelecimentos ocupam 10,2% da área total (Quadro 06).

Quadro 06 Estado de Sergipe – Número de Estabelecimentos Agropecuários por grupos de área total - 2006.				
Grupos de área total	Estabelecimentos		Área	
	Número	Percentual	Hectares	Percentual
Total	100.607	100,00	1.482.437	100,00
Menos de 10 há	75.760	75,30	181.314	12,23
10 a menos de 100 há	20.055	19,93	564.231	38,06
Menos de 100 há	95.815	95,24	745.544	50,29
100 a menos de 1000 ha	2.464	2,45	584.256	39,41
1000 ha e mais	82	0,08	152.637	10,30

Fonte: IBGE, 2006.

No tocante à Colônia Treze, observa-se que a mesma se constitui na área do município de Lagarto que possui o maior número dos pequenos estabelecimentos agrícolas com área variando entre 0,1 a 3 hectares, ou seja, integram as unidades rurais que se inserem no grupo de área entre mais de 0 (zero) e menos de 5 ha.

É possível correlacionar a estrutura da malha fundiária com o uso do solo agrícola no município de Lagarto. Observa-se no uso do solo uma especialização da função do solo do município de Lagarto no sentido de leste a oeste. Percebe-se no setor ocidental que o uso do solo é predominantemente ocupado com pastagem, havendo a criação do gado bovino e a criação de ovinos, com destaque para a raça Santa Inês. Na porção oriental têm-se a prática dos cultivos agrícolas. Nela se concentram as pequenas propriedades policultoras agrícolas, com destaque para a Colônia Treze (Figura 09).

Município de Lagarto - Uso da Terra, 2010.

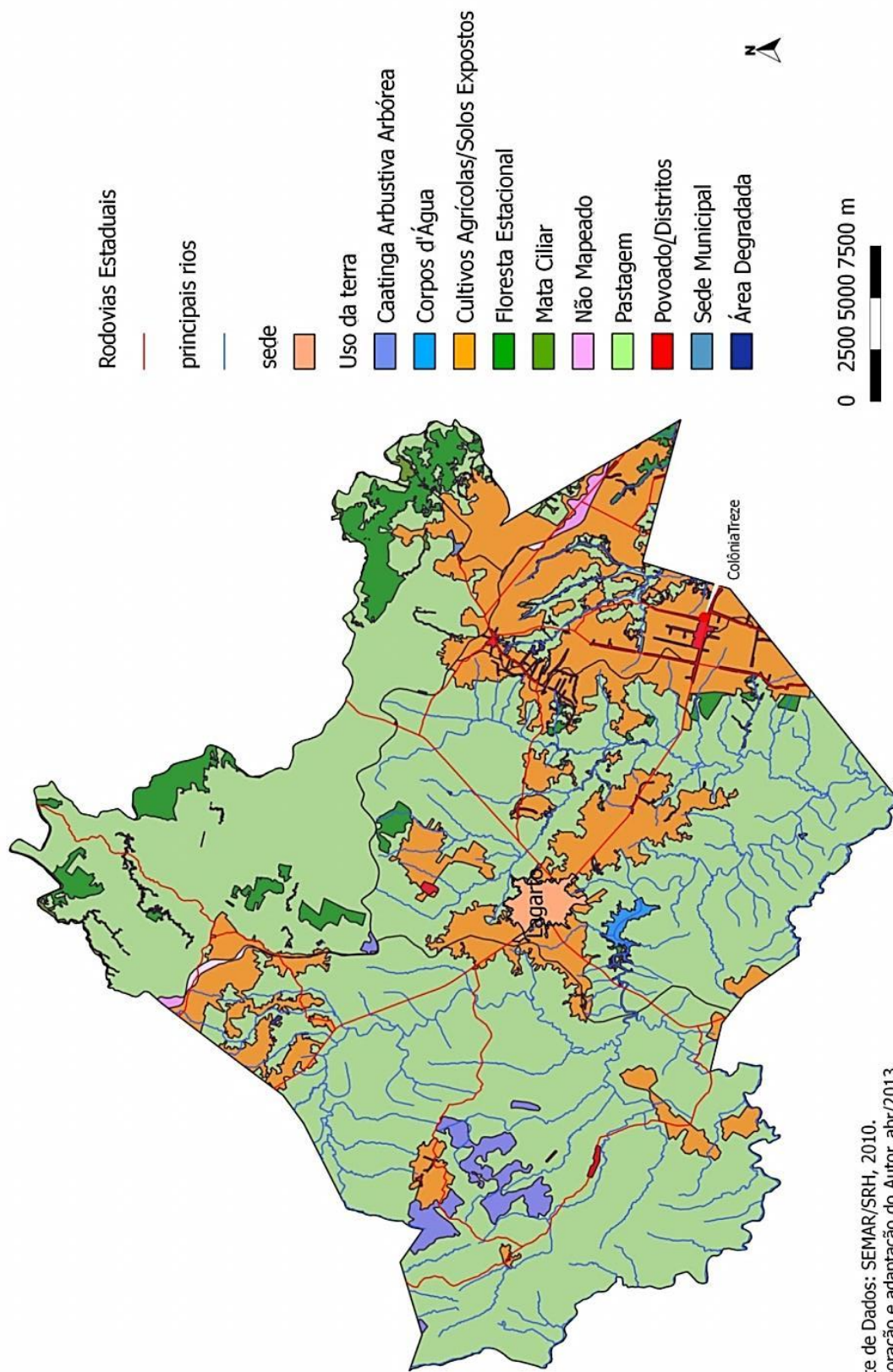


Figura 09: Lagarto/SE - uso do solo, 2010.

Percebe-se que o uso e ocupação da terra segue a tendência do arranjo fundiário característico do cenário estadual e nacional. Há uma concentração de terras nas mãos de poucos, prevalecendo as grandes fazendas para a criação de gado, principalmente da raça nelore, e ovinos, havendo, portanto, uma má distribuição de terras no espaço rural.

A utilização do espaço municipal de Lagarto ocorre a partir de quatro formas principais: as pastagens, os cultivos agrícolas/lavouras, matas ciliares e caatinga arbustiva arbórea. A condição da expansão das pastagens tem seu entendimento ao processo de formação do território sergipano, por ser a criação de gado a primeira atividade desenvolvida nesse espaço.

Nas áreas ocupadas por lavouras, constituídas por pequenas propriedades agrícolas, predomina o trabalho familiar e o trabalho assalariado temporário. Os cultivos de laranja, fumo, mandioca e, mais recentemente, da acerola e da pimenta, se destacam na região, alternados pela produção de feijão, milho, batata e hortaliças.

Assim, a região policultora do município de Lagarto, onde se localizam os três maiores povoados, Colônia Treze, Jenipapo e Brasília, tem em sua trajetória histórica a consolidação de uma área baseada no cultivo de produtos agrícolas em pequenas propriedades, cuja formação está margeada pelo enredo político e econômico das décadas de 1950 e 1960, através das políticas de colonização e de cooperativismo, abarcadas pelo Estado Desenvolvimentista. Tal período fez a região especializar-se na produção de gêneros agrícolas, que foram captados através da cooperativa com o aval do Estado.

Nos anos de 1950, a porção oriental de Lagarto passa a ser desbravada. Um local até então considerado de terras improdutivas. Um fator importante naquele momento foi a política de benefícios concedidos pelo governo para quem cedesse parte de suas terras para fins de colonização. A distribuição de terras na época era algo vantajoso, pois favorecia o colonizador com vários subsídios, orientados para o desenvolvimento de suas propriedades, bem como a facilidade de acesso ao crédito a juros mais baixos e à distribuição de insumos (LISBOA, 1999).

O grande contingente populacional na área se dá justamente com a chegada de pessoas para desbravar as terras, bem como pelo crescimento e desenvolvimento da Coopertreze. A atuação da cooperativa alavancou a economia e o padrão de vida dos

pequenos produtores rurais que chegavam à área, nos idos das décadas de 1960- 1980, como órgão que subsidiava e agregava valor aos produtos da região.

Assim, a Colônia Treze situada no referido município (Figura 10), está a uma altitude de aproximadamente 183 metros. O clima é semiárido e, por estar numa área de transição, o agreste, o Povoado Treze apresenta vegetação alternada entre a caatinga e a zona da mata. A média pluviométrica varia entre 781 a 1180 mm, com o tempo mais chuvoso entre os meses de maio a agosto. Na geologia, a região está situada na faixa de dobramentos sergipana.

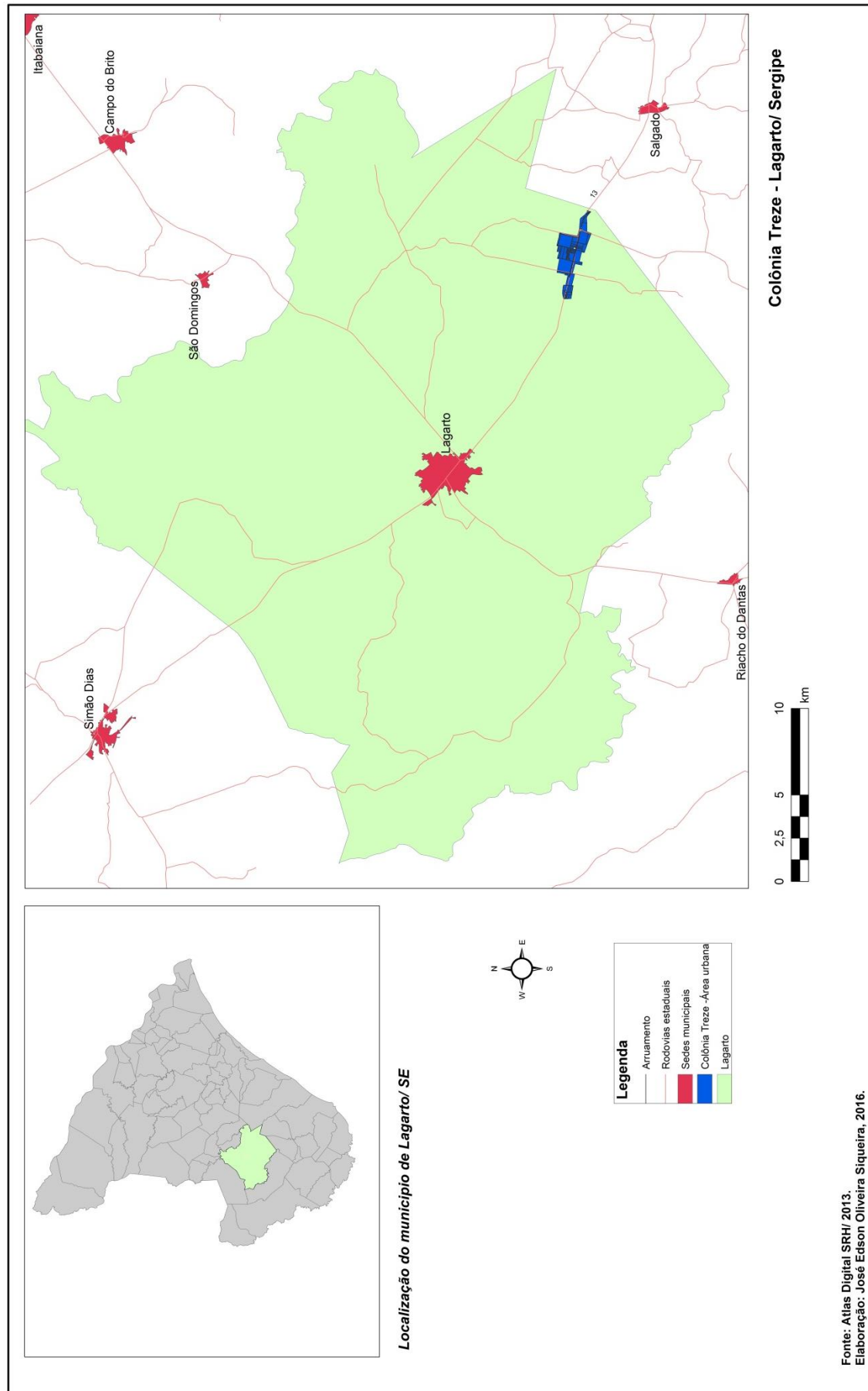


Figura 10 – Localização do Povoado Colônia Treze no Município de Lagarto-Sergipe.
José Edson Oliveira Siqueira, Abr./2016.

O nome Colônia Treze se originou por existir no local uma placa indicando o Km 13 da Rodovia Lourival Baptista, bem como apresentar a mesma distância, de 13 Km, para a sede municipal de Lagarto como também para o posto fiscal do Município de Salgado.

A população da Colônia Treze é composta por 8.975 habitantes, o que corresponde a 9,49% da população do município, segundo dados do SIAB/DAB/DATASUS (2010), perfazendo 36,19% de jovens (0 – 19 anos), 53,17% de adultos (20 – 59 anos) e os idosos (acima de 60 anos) constitui 10,64%. Levando em consideração a região de atuação e influência da Colônia Treze (com a Coopertreze), a população corresponderia a uma média de 17 mil habitantes. Isso considerando que vários outros povoados menores congregam, com a Colônia Treze, a região policultora do leste de Lagarto (Figura 11).

Colônia Treze - COOPERTREZE: área de abrangência, 1990.

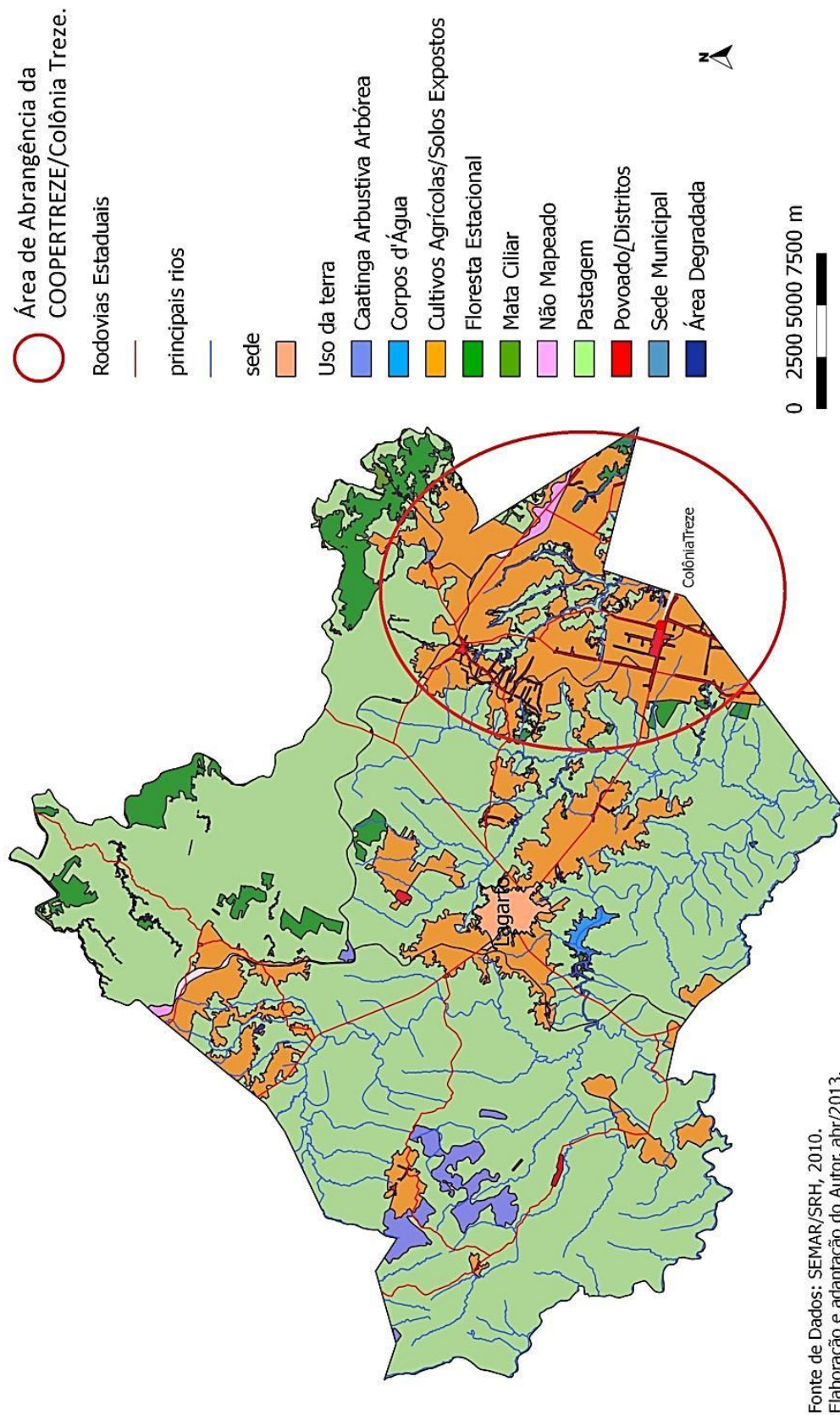


Figura 11: Colônia Treze – COOPERTREZE: área de abrangência em 1990.

Dentre as localidades que se situam nas adjacências da Colônia treze, estão: Porção, Rio da Vaca, Mangabeira, Mangue Grande, Novo Paraíso, Piçarreira, Juerana, Forges, entre outros, as quais possuem forte ligação com a Colônia, principalmente no acesso da população para a sede do município e outras cidades. O povoado ainda destaca-se por ser ponto de escoamento da produção agrícola e pelo fato de concentrar casas comerciais que abastecem a região. Outro dado importante é que se compararmos a população da Colônia Treze com a de municípios sergipanos, constataremos que o número de habitantes, no povoado, é expressivamente superior (Quadro 07).

Quadro 07 – Comparação entre a População do Povoado Colônia Treze e a População de 19 Municípios Sergipanos – 2011.

Ordem	Município/ localidade	População
01	Colônia Treze	8.975
02	Pedrinhas	8.833
03	Pirambu	8.369
04	Siriri	8.004
05	Brejo Grande	7.742
06	Muribeca	7.344
07	Santana do São Francisco	7.038
08	Pinhão	5.973
09	Cedro de São João	5.633
10	Feira Nova	5.324
11	Itabi	4.972
12	Divina Pastora	4.326
13	Canhoba	3.956
14	Cumbe	3.813
15	Santa Rosa de Lima	3.749
16	São Miguel do Alexo	3.698
17	São Francisco	3.393
18	Pedra Mole	2.974
19	Telha	2.957
20	Amparo do São Francisco	2.275

Fonte de dados: SIAB/DAB/DATASUS e IBGE, 2010.

Elaboração do autor, abril 2013.

O surgimento da Colônia Treze se dá em meio à criação de órgãos de desenvolvimento agrícola, através de programas de colonização, reservando para a agricultura a função de atender às expectativas do mercado, numa parceria entre os indivíduos, a Coopertreze e o Estado. A entrada da produção agropecuária na linha de circulação e consumo fez surgir uma relação entre o pequeno produtor e a cooperativa e desta com o Estado. Ao mesmo passo criava um sentimento de coletivismo entre os agricultores, e estes conseguiam manter sua propriedade. Isso ocorria por que a cooperativa

dava subsídios aos seus associados, como financiamento para a produção. A agricultura, junto com a cooperativa, eram os símbolos de maior significado para as pessoas da Colônia Treze, particularmente, entre os anos de 1960 e início de 1990.

Dentro dessa estrutura desenvolvimentista por que passava o Brasil, emerge a Colônia Treze cuja paisagem decorreu de um processo de busca pela valorização e desenvolvimento de produtos agrícolas. A área adquire uma finalidade, pois a terra passa a ter valor a partir da produtividade agrícola, estruturada dentro de um projeto de colonização. Essa estrutura tem nos lotes (sítios) a forma que adquire função social calcada na agricultura - a terra como lugar de moradia e de trabalho (Figura 12).



Figura 12 - Aspecto da Colônia Treze na década de 1970.

Fonte: Acervo Coopertreze. Sem data.

Assim, coloca Santana (1982), em 1959 o Sr. Antônio Martins de Menezes divide os primeiros lotes a dez pessoas, com extensão de 10 tarefas (3 ha) cada terreno, doados através de escritura pública. Em 1960, mais 80 agricultores foram beneficiados com lotes perfazendo um total de 90 colonos. Neste período, com o aval de Antônio Martins, o Banco do Brasil S.A. libera financiamento para a construção de casas e custeio das lavouras dos colonos. A produção agrícola apresentava como principal produto comercial o fumo (Figura 13) e a mandioca (Figura 14) como produção combinada de comércio e subsistência das famílias. Posteriormente, com a mudança no cenário sergipano,

relacionada à política de incentivo para a agricultura comercial, os colonos passam também a se inserir na produção da laranja (Figura 15).



Figura 13 – Plantação de Fumo na Colônia Treze, no Município de Lagarto – Sergipe/ 2016. Trabalho de campo, 2016.



Figura 14 – Plantação de Mandioca na Colônia Treze, no Município de Lagarto-Sergipe/ 2015. Trabalho de campo, 2015.



Figura 15 – Plantação de Laranja na Colônia Treze, no Município de Lagarto-Sergipe, em 2016. Trabalho de campo, 2016.

Em 1962, de acordo com Santana (1982), a Colônia Treze era constituída por 149 propriedades de colonos. Neste mesmo ano ocorreu uma tempestade que destruiu grande parte das casas e lavouras. Deste evento, surge a necessidade da criação de um órgão para administrar e criar políticas de desenvolvimento para a região. É nesse momento que o Estado, pela segunda vez, intervém no processo de formação e consolidação da colonização naquele lugar. Com o intuito de sanar os problemas da comunidade, um grupo, formado pelo INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) (atual INCRA– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e o CONDESE (Conselho de Desenvolvimento de Sergipe) (atual Secretaria do Planejamento), criou em 23 de setembro de 1962 uma sociedade cooperativa – a COOPERTREZE (Cooperativa Mista dos Agricultores da Colônia Treze LTDA) (Figura 16, 17 e 18).



Figura 16: Primeira Sede da COOPERTREZE, 1962.
Fonte: Memorial Coopertreze, 1982.



Figura 17: Primeira Etapa das Instalações do Prédio da Sede definitiva da Coopertreze.
Fonte: Memorial Coopertreze, 1982.



Figura 18: Segunda Etapa das Instalações da Sede Definitiva da Coopertreze.
Fonte: Memorial Coopertreze, 1982.

Com a cooperativa e o apoio do governo do estado, os colonos conseguiram reconstruir suas casas e a retomada da lavoura. A atuação do estado na região configurou-se no discurso de que a porção Centro-Sul de Sergipe não atendia às expectativas do mercado. Até aquele momento a maior parte da produção agrícola da região estava vinculada nas pequenas propriedades cuja ligação com o mercado era restrita ou quase inexistente.

Com a Coopertreze, a Colônia Treze consolida seu desenvolvimento, chegando a atuar no surgimento e desenvolvimento de outras colônias – como nos municípios de Salgado, Boquim e Riachão do Dantas, bem como contribuiu na participação dos tributos do município de Lagarto e do Estado. A cooperativa manteve ligações com alguns estados do Nordeste, no que diz respeito à produção de fumo, na criação estratégica de entrepostos em várias cidades produtoras do fumo e na construção de uma fábrica de beneficiamento do produto. Seu crescimento pode ser notado pela mudança e, posteriormente, ampliação da sede administrativa (Figuras 09, 10 e 11).

Com o crescimento econômico surgiu a necessidade de adequação das instalações da sede da cooperativa que comportasse a demanda da composição administrativa e operacional. Seu desempenho foi tão grande que, segundo alguns associados, chegou a ser a primeira empresa informatizada do estado de Sergipe.

No tocante ao cooperativismo, o mesmo surge na Inglaterra por volta de 1844. No Brasil aparece no início do século XX através da atuação do Padre Amstead, mas seu desenvolvimento se dá por volta dos anos 1940, quando se discute as diretrizes do Estado de Bem Estar Social, consociado no país com o Estado Desenvolvimentista. No estado de Sergipe, na compreensão de Santana (1982), ao destacar a importância e ascensão da COOPERTREZE, o Estado pode considerar a existência de duas fases distintas: antes e depois desta cooperativa.

De acordo com Kolming (2005), a Coopertreze surgiu em função das relações comerciais de produção do ciclo do capital em Sergipe, a partir da subordinação das pequenas propriedades. Sendo que a desintegração do campesinato se dá através da sua inserção à lógica de mercado, em consequência, por um lado, da perda da autonomia, e por outro lado, da absorção do lucro advinda da terra pelo capital. Na área em foco, verifica-se, empiricamente, e subsidiado por vários estudos, que a monopolização pelo capital da produção da laranja subordinou os colonos da comunidade Colônia Treze.

O pequeno produtor acredita na sua autonomia, pois é dono de sua terra e trabalha para si próprio, mas na verdade ele está submetido, mesmo que indiretamente ao capital, perdendo autonomia, na medida em que busca empréstimos para que sua produção obtenha uma qualidade aceitável para responder ao capital industrial que é o responsável pela compra de sua produção (KOLMING, 2005, p. 19).

A Colônia Agrícola do Treze, assim como a Coopertreze, faz parte de um mesmo processo de formação social calcado nos ditames do capital das décadas de 1950 e 1960. Se por um lado elas estão inseridas dentro de um modelo de grande ampliação do aparelho estatal, por outro lado buscam barrar os movimentos sociais em busca de melhores condições de vida. Neste último, tem-se a Revolução Cubana, a nível internacional, e as Ligas Camponesas, no cenário brasileiro e nordestino, como suas maiores expressões. Desse modo, a implantação de uma colonização na área foi motivada para atender aos interesses de uma produção direcionada para o mercado, ou melhor, a produção ali estabelecida advém do interesse estatal para atender a demanda de mercado. O produto para cultivo na área não foi escolhido como forma de sanar as necessidades básicas do colono, mas sim para atender aos interesses do mercado com produtos de exportação, a exemplo do fumo.

O cultivo para a exportação estimulado na Colônia Treze, ao passo que supre a necessidade de ampliação e crescimento da produção agrícola na área, também atende a prerrogativa de frear os levantes populares que buscavam melhores condições de trabalho e, posteriormente, reivindicavam o acesso a terra, como instrumento e garantia de uma melhor condição de vida no campo. Assim, coloca Santos apud Araújo e Santos (2010), as políticas públicas do Estado desenvolvimentista no Nordeste foram elaboradas e realizadas de forma a concretizar os interesses expansionistas do capital, o qual consegue atuar desde o setor agrícola à instalação de indústrias.

Uma das consequências do processo estabelecido a partir desse modelo de Estado, ou seja, do Estado Desenvolvimentista, foi a grande ampliação do aparelho estatal, com o surgimento de uma série de órgãos, programas e projetos de caráter regulatório das atividades produtivas, que desempenharam, durante décadas, um papel muito importante na vida econômica e na modernização do Brasil (SANTOS apud ARAUJO e SANTOS, 2010, p.228).

É inegável que o desenvolvimento econômico e social da Colônia Treze esteve por muitos anos atrelados ao sucesso da Coopertreze, a qual serviu de elo entre a Colônia e o mundo moderno, pois as decisões internas eram mediadas por órgãos externos, ou seja, era uma comunidade agrícola com articulações além-fronteiras.

O desenvolvimento da Colônia Treze interligado com a cooperativa condicionou à comunidade um direcionamento considerado moderno, visto que alguns equipamentos lhe forneceram aspectos singulares: Unidade de saúde, escolas, posto de gasolina, escritório, Banco do Brasil, farmácia, supermercado. As relações econômicas gravitavam em torno da Coopertreze de modo a criar um ambiente articulado, cujas decisões do desenvolvimento da comunidade apresentavam sentimento de cunho coletivo entre os indivíduos, com as ações ramificadas a partir da cooperativa.

Na década de 1970, DINIZ (*apud* LISBOA, 1999, p. 33) apontava para um nítido processo de modernização da agricultura que atingia o sul do estado de Sergipe, centrado no Município de Boquim e na Colônia Treze. Fatores como rede de circulação, energia, escolas, posto de saúde, hospitais e os instrumentos de produção davam à área um caráter diferenciado.

O sentimento de pertencimento ao lugar tinha um elo de interação entre os colonos e a instituição cooperativista que organizava desde a produção agrícola até as festas

comemorativas, como também a educação, saúde e profissionalização das pessoas, com cursos que abrangiam desde a culinária à agricultura.

A Colônia Treze surge em um período cuja ação governamental buscava desenvolver a região centro sul do estado de Sergipe, uma vez que era considerada apática ao sistema mercadológico, ou melhor, sua produção não atendia as expectativas e demandas do mercado. Dentro dessa lógica, o Estado inseria objetos do ideário embutido no Estado Desenvolvimentista, buscando, ideologicamente, contemplar o desenvolvimento social e econômico do mercado, fato contraditório e ao mesmo tempo combinado do capitalismo.

O Estado Desenvolvimentista no Brasil apresentava como principal lema a seguridade social através de políticas públicas de mercado, assegurando e discursando acerca da igualdade e bem estar social. Assim, o Estado Desenvolvimentista, além de promover políticas públicas de atendimento às necessidades da população, promoveu também a industrialização do país. Este fato difere dos países centrais, cuja industrialização foi realizada pelo Estado liberal.

Os anos que se seguem à década de 2010 são marcados pela ausência da atuação do sistema cooperativista – a COOPERTREZE, ou melhor, tem-se o esfacelamento de um grupo social cuja maior característica era baseada na instituição cooperativista. A atuação dos agentes modeladores do espaço, a partir de então, se processa com base em um novo reordenamento, onde se misturam o rural e o urbano. E o arranjo social, antes coletivo, se mostra fragmentado, em processo de transição para a formação de uma nova ordem, a do rural-urbano.

As transformações no espaço da Colônia Treze, nos últimos anos, se dão, justamente, com a saída da vida da comunidade da Coopertreze e da mudança da atuação do Estado na área. A Coopertreze retrai suas atividades como resultado advindo de crises sucessivas, associadas à interposição de um novo processo de reestruturação, a partir das desvantagens econômicas em se manter no espaço rural atividades agrícolas, comparando-as com a renda da terra urbana, o que tem contribuído para o que consideramos como o esfacelamento do espaço rural. Esfacelamento este que se dá a partir da mudança do uso social da terra. Na Colônia Treze esse uso da terra tem se mostrado favorável à urbanização, com o desenvolvimento do perímetro urbano e o desaparecimento de áreas

agrícolas, antes cultivadas, que passam a ser vendida para dar assento a instalação de conjuntos habitacionais e, por outro lado estimulou a difusão de loteamentos.

Durante a década de 2010 observa-se o desaparecimento de sítios na região central da Colônia Treze para a abertura de ruas, bem como o surgimento de mercadinhos, lojas, farmácias, escolas, além de bens e serviços voltados para suprir necessidades de consumo da população urbana, entre outros.

À medida que ocorrem essas mudanças, misturam-se valores culturais identitários de uma comunidade constituída por várias gerações, como em todo grupo social, cujo arcabouço de valores simbólicos construídos pelas primeiras gerações se mistura e caminha paralelo aos das novas, dando sentido e convivendo com valores novos e contraditórios ao uso agrícola da terra.

A contradição entre a relação do homem com a terra surge da “necessidade” de se desfazer da mesma para atender aos anseios motivados por uma perspectiva de alcançar algo maior, subjetivo à sua existência como colono/camponês, praticando atividades dispares à sua condição de agricultor, como por exemplo: pedreiro, comerciante, vigilante, trabalhador da indústria, entre outros. Com essa prática de transformação do seu instrumento de trabalho – a terra, o colono fica a mercê de um futuro incerto.

As transformações ocorridas com a modernização técnica da agricultura brasileira fizeram surgir cenários no meio rural e urbano que propiciaram uma maior aproximação dos equipamentos concernentes a esses lugares. A condição de existência do meio rural e, principalmente do pequeno produtor, está atrelada aos mecanismos e paradigmas estabelecidos pelo modo de viver urbano, pela lógica da dinâmica socioeconômica da cidade.

Com a modernização técnica, a agricultura tem no seu arranjo uma disparidade muito grande, colocando política, econômica e ideologicamente os atores sociais da zona rural, principalmente os pequenos agricultores, em patamares considerados inferiores. Tem-se que a alocação dos meios tecnológicos para a agricultura, esta inserida no pacote tecnológico do Estado, restringiu-se às grandes propriedades, deixando os inúmeros pequenos produtores de fora desse processo. Isso causou uma dependência da pequena propriedade cuja manutenção passa por vários entraves, mediante a não obtenção de

créditos junto aos respectivos órgãos, os quais destinam os investimentos para a agricultura mecanizada. Assim, o homem do campo busca várias maneiras para sobreviver e adaptar-se aos sobressaltos imputados pelo modo de produção capitalista.

As regras da produção capitalista fazem do homem do campo um agente em transformação, cuja relação com a terra recebe outros significados, pois a busca por atividades externas à agrícola lhe confere a condição também de um agente partícipe das mudanças do mundo capitalista para além do espaço especificamente rural. E nesse contexto, o meio rural encontra-se cada vez mais incluso no mundo moderno.

A Colônia Treze tem no seu processo de formação uma trajetória marcada pela multipolaridade de interesses, seja pela conveniência da doação de terras para ganho de benefícios governamentais (na sua origem); seja pela constituição do sistema cooperativista que serviu para o desenvolvimento dos pequenos produtores na área, ou ainda, para inserção da sua produção para o mercado, visto que até o momento a região centro sul do estado de Sergipe era considerada apática aos interesses do modo de produção capitalista, ou seja, era considerada uma região de produção estática, fugindo da lógica mercadológica do capital.

Para a entrevistada 02, a Coopertreze foi muito importante no desenvolvimento das famílias que adentravam à Colônia em busca de melhores condições de vida a partir do trato com a terra. O suporte dado pela cooperativa impunha na área a segurança da venda da produção e, assim, a sustentabilidade do grupo familiar mediante sua produção agrícola. Nesse sentido, a entrevistada vai dizer que:

No tempo da cooperativa era muito bom, a gente plantava e a cooperativa comprava tudo. A gente plantava fumo e começava a fazer já tinha dinheiro, era só levar pra cooperativa. Pegava o empréstimo e comprava os adubos e o trator era da cooperativa para limpar a terra. Tinha muita coisa a cooperativa, trator, caminhão, carro pequeno... e ainda tinha curso pros jovens, pras mulher. O pessoal da Emater-se trazia muito curso de culinária, de bordado, de artesanato, de tudo... tinha médico pros cooperado... era muito bom. Eu plantava fumo e em um ano trabalhando plantando fumo eu juntei dinheiro e comprei um terreno. Naquela época tudo que plantava dava dinheiro. Mas hoje a roça não dá mais nada, fumo não tem mais valor, a laranja pior, não vale mais a pena plantar. Aí depois que a cooperativa acabou não voltou mais como era antes. E as pessoas agora plantam, mas não dá mais pra viver só da roça e muitos jovens tão estudando... ninguém quer ir mais pra roça, também não tá dando mais dinheiro...e hoje todo mundo quer

tudo fácil, ninguém quer ficar o dia todo no sol trabalhando de enxada.
(Trabalho de campo, 2015).

Com as mudanças locais e a incorporação das novas gerações que chegam, surgem diversificadas conotações em relação aos costumes e percepção do lugar, principalmente no que se refere ao valor (função) dado ao solo/ terra. A terra passa a ser vista sob diferentes “olhares” no processo de formação da sociedade, bem como apropriada de acordo com os interesses (estrutura) de cada grupo, em cada momento histórico.

Já na década de 1990, com a chamada globalização, o mundo passa por uma mudança que condiciona a interligação entre os lugares. Difunde-se a ideia da interligação dos lugares e das pessoas, como se tudo e todos estivessem na mesma linha de desenvolvimento social e econômico.

A rede de informações atingiu quase todo o planeta, numa rápida mudança das relações, dos costumes e valores dos indivíduos e dos grupos, aproximando cada vez mais os lugares através dos meios de comunicações e transportes. Estes que tem se expandido englobando os vários lugares do planeta, consociando desde os materiais urbanos – supermercados, lojas, postos de gasolina, farmácias, escolas, clínica médica, entre outros – e os materiais rurais – casas de farinha, etc. Para tanto, a Colônia Treze sempre esteve em constante ordenamento guiada pelo sistema econômico e com forte tendência ao desenvolvimento urbano.

Diante disso, o espaço da Colônia Treze apresenta uma fase específica de mudanças, as quais envolvem a especulação da terra, num questionamento sobre o melhor e mais eficiente modelo de obtenção do uso e apropriação da terra. Tem-se o confronto entre a obtenção do lucro da terra a partir da realização de atividades e serviços agrícolas em contraposição à renda da terra urbana. A renda da terra advinda com a agricultura é contínua, incerta e baixa para os pequenos proprietários, enquanto a renda da terra urbana ocorre uma única vez para o colono que a vende, mas representa em termos monetários a obtenção de um valor que demandaria vários e longos anos de trabalho na atividade agrícola para conseguir acumular valor equivalente.

Diante deste contexto, tem-se uma metamorfose que nos leva a indagar quais são as atuais condições materiais para a sobrevivência dos camponeses/colonos na terra e quais as relações estabelecidas entre os símbolos urbanos, estes pertencentes às gerações atuais, e

os símbolos rurais de gerações passadas e, ainda, o surgimento de novos hábitos rurais, surgindo, assim, um entrelaçamento entre o novo e o velho (ANDRADE, 2002).

O pressuposto teórico é que os impactos advindos da ação do Estado geram transformações que levam a um reordenamento do espaço rural, e consequentemente favorece a expansão da malha urbana. Estado este que está montado nos limiares do neoliberalismo (Estado Neoliberal), “mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista” (HARVEY, 2011, p. 16).

Estes impactos são resultantes de um conjunto de fatores articulados que agem em diferentes dimensões: a ação advinda da ordem neoliberal (estrutura) e a financeirização da economia, forças que cada vez mais expropriam e/ou remodelam a terra pertencente ao pequeno produtor; a imposição de técnicas modernas de produção (consumo de tratores e máquinas, agrotóxicos, plantio monocultor de cultivos comerciais) implantadas nos agronegócios; o novo direcionamento adquirido pela máquina estatal na implementação de políticas públicas, através de instrumentos que cada vez mais aproxima o rural do urbano; a inserção de atividades antes externas ao ambiente – fabriquetas de doces, operários, diaristas etc. Tais componentes estimulam o valor – função - do uso da terra agrícola para deixar de ser o suporte para a sobrevivência do colono/camponês.

A terra como suporte econômico, cultural, social e político ressurgiu para os colonos/camponeses, não mais como um fim em si, mas como um meio para a permanência do pequeno agricultor no meio rural, pois o lançamento de nova roupagem - introdução de conjuntos habitacionais, lojas, farmácias, pavimentação das ruas, escolas, clínica médica, e técnicas e costumes modernos ao homem do interior, lhe proporciona outras formas de sobrevivência, tais como atividades de pedreiro, carregador em supermercado, empacotador, vigilante, sacoleiro, feirante, entre outros. Constitui-se em um conjunto de elementos que se congrega para a formação dos elementos vitais para a manutenção do espaço rural e a permanência do colono no campo.

Essa permanência se dá através de novas formatações, pois a reprodução do camponês não se dá mais somente do seu trabalho, da sua produção advinda do trato com a terra, mas também de atividades não agrícolas. As mudanças no mundo do trabalho

definem a função e o formato do trabalho camponês no campo e também nas imediações do rural/urbano.

A sobrevivência na zona rural segue de forma a injetar equipamentos urbanos à vida rural, numa articulação entre as velhas e as novas atividades agrícolas, como bem coloca SANTOS (2009). Esse entrelaçamento das antigas e novas ruralidades surge em comunhão com o novo reordenamento do espaço da Colônia Treze, ou seja, o espaço rural-urbano.

Essas mudanças fazem parte de um processo contínuo que passa pela capitalização dos meios de produção, no qual o Estado surge como personagem das novas relações e novos aparatos estabelecidos no lugar a partir da imposição do mercado mundial. Este tem promovido a articulação de instrumentos novos aos antigos costumes do lugar. Dessa forma, coloca SANTOS (2008, p. 226), o Estado exerce, pois, um papel de intermediário entre as forças externas e os espaços chamados a repercutir localmente essas forças externas. O Estado não é, entretanto, um intermediário passivo.

3.2 A decadência do modelo cooperativista em Lagarto/SE a partir das novas relações entre o Mercado e o Estado.

A Cooperativa almejava elevar os índices de desenvolvimento humano a partir de sua inserção no mercado nacional e mundial. No entanto, sua base de sustentação esteve vinculada à monocultura de um produto comercial – o fumo, em detrimento da variedade de produtos alimentícios, os quais poderiam favorecer a dinâmica econômica tanto da cooperativa quanto dos cooperados. Ocorre que com a produção monocultora, a Coopertreze ficou dependente do setor industrial à medida que comprava ferramentas e adubo, ficando a mercê da oscilação dos preços da indústria e da agroindústria, mesmo quando inicia o cultivo da laranja e passa a fornecer a mesma como matéria-prima para o beneficiamento de sucos na região. Com isso, a cooperativa necessitou elevar e melhorar sua produção a fim de ser mais competitiva e conquistar mercado.

É nesse momento de transição das relações entre Estado, mercado e sociedade que o cooperativismo, base para o desenvolvimento agrícola da Colônia Treze, esfacela-se e

entra em decadência. Esse processo está vinculado a crises diversas, desde aquelas ligadas a fatores locais aos internacionais. No tocante aos fatores internacionais, tem-se a crise do petróleo na década de 1970 que elevou o preço do produto e gerou inflação em todo o mundo, criando desemprego e barrando o crescimento econômico mundial. Em nível local ocorreu uma série de fatores que barraram o bom andamento da Coopertreze, a começar por ela ser uma instituição composta por pequenos produtores rurais, com pouca experiência dentro de um mercado cada vez mais competitivo, bem como o fato da laranja, principal cultivo da região na época, ter sido um produto altamente sensível às oscilações do mercado externo e aqui ser produzida por camponeses que tinham perfil distante do necessário para o mercado. A esses fatores somaram-se: a insuficiência de projetos que beneficiassem a agricultura; a falta de investimentos governamentais; a perda sucessiva de receita; o envelhecimento dos pomares (no caso da laranja); más administrações; concorrência com grandes empresas privadas que passaram a surgir na região; instabilidade nos preços dos principais produtos cultivados na Colônia – fumo e laranja; crise financeira do país; elevadas taxas de inflação e juros altos (GOIS, 2002).

Conforme Kolming (2005), a dependência da agricultura cresceu em relação ao capital industrial, comercial e financeiro, quando o camponês passou a ser inserido nas linhas de créditos através de empréstimos bancários para sua produção. Ocorre que grandes empresas conseguem ampliar sua competitividade e contribuíram para arruinar a cooperativa, que é constatada pela chamada “crise da laranja” na região. Hoje, observa-se a integração entre indústrias alimentícias e plantações através da agroindústria, sendo as empresas agroindustriais proprietárias das terras ou controladoras da produção, através da apropriação da renda da terra, num expressivo processo de territorialização do capital.

Nesse processo permeado pela decadência da cooperativa, o pequeno produtor rural passa a perder o elo de maior motivação – a Cooperativa. Houve também a queda da produção e a falta de acesso ao crédito junto aos bancos, que se deu no momento em que o Estado, permeado pela crise da dívida⁵, iniciada na década de 1980 e agravada nos anos de

⁵ Nos anos de 1980, com a acentuada crise fiscal e financeira do setor público brasileiro, os planos de desenvolvimento regional, iniciado na década de 1970, foram deixados de lado. O governo naquele momento redirecionou suas ações para vencer a inflação e controlar os gastos públicos. Sendo que os anos que segue a década de 1990 os problemas só se agravaram com a crise da dívida e aumento do endividamento do setor público. Lisboa enfatiza que: até a década de 1990, os governos tiveram que enfrentar a crise da dívida e o crescente endividamento do setor público. Nesse cenário, os planos nacionais e regionais de desenvolvimento iam sendo sufocados pelas negociações com os credores externos e internos, ao mesmo tempo, além das

1990, tivera que redirecionar sua atenção para vencer a inflação e reduzir os gastos públicos. Assim, a baixa produtividade, por falta de instrumentos e materiais para trabalhar, leva ao endividamento junto aos órgãos financiadores. A terra passa a ser vista, por muitos, como um problema. Pois já não se tem mais o controle sobre a produção, a garantia de preço dos produtos foi perdida, a figura do atravessador e das indústrias que se instalam na região causa insegurança e dependência.

A atuação do Estado tem relação estreita com o movimento do mercado. A oscilação entre essas duas esferas, de ordenadores das relações sociais, se deu de acordo com as exigências do processo econômico produtivo. Desse modo, temos no século XX um cenário onde Estado e mercado se intercalam no direcionamento da relação entre a sociedade e a dinâmica do capital, expressa pelos meios de produção. Se até a Primeira Guerra Mundial a maioria das nações viveu sob a tutela dos Estados liberais, cuja atuação desses Estados pouco intervinha nas relações entre os cidadãos, tivemos, após a Primeira Guerra, um Estado que passa a controlar todo o processo produtivo, reorientando a figura do mercado como ordenador das relações sociais.

A oscilação entre o Estado e o mercado, na condição de condutores da dinâmica da sociedade, suscitou novos rearranjos e novas percepções sobre o movimento da própria sociedade. Ocorre que, na virada da década de 1970 para a década de 1980, o mundo passou a conhecer uma estrutura calcada na combinação entre o Estado e o Mercado na condição de agentes reguladores da economia e da sociedade, nominalmente denominado de Estado Neoliberal. Tal organização se deu devido ao esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico e social suscitado pela forte intervenção do Estado no chamado Estado de Bem Estar Social (COELHO, 2009).

A fragilidade do almejado Estado de Bem Estar Social – no Brasil Estado Desenvolvimentista -, fez ressurgir a emergência dos ideários liberais, como forma de sanar os problemas econômicos e resgatar o crescimento para o mundo. Só que o mundo naquele momento não era o mesmo vivido pelo Estado liberal, o cenário já havia mudado. O termo globalização, enquanto mundialização do capital, trouxe consigo a perspectiva política e ideológica da constituição de novas formas de relações entre as nações, de modo

dificuldades de financiamento do poder público, a redefinição do papel da União no desenvolvimento econômico dos estados e regiões, no transcorrer da reforma do Estado, foi decisiva para a fragilização das perspectivas de elaboração de políticas de desenvolvimento regional (LISBOA, 2007, p. 135).

a suscitar nas relações de produção a implantação da cultura de massa e o maior poder de atuação dos órgãos supranacionais e das grandes corporações, norteadores da economia mundo.

O mundo naquele momento, final da década de 1980 e início da década de 1990, passava por uma transição, de uma economia fechada e protegida para uma economia aberta e competitiva. E o Estado que se formava - o Neoliberal, previa a intervenção do Estado, mas uma intervenção com limites, diferente de uma intervenção total do Estado em todas as esferas da vida social, econômica e político-ideológica. A intervenção proposta no formato do Estado liberal deveria ser específica para algumas esferas, as quais permitissem o movimento do capital com livre trânsito, sem restrições. Neste sentido, a intervenção do Estado poderia ocorrer no mercado de trabalho; no mercado de capitais; no mercado de bens e serviços, pelo fato destes não se constituírem em mercados autorreguláveis (COELHO, 2009).

A configuração que se processa na Colônia Treze, nos últimos dez anos, a destitui da forma pela qual ela foi planejada. Moldada pelo projeto de colonização e pelo sistema de cooperativismo, na sua origem, a Colônia segue de modo a injetar novos símbolos ao seu espaço que já não se articula apenas com os instrumentos e objetos do meio rural. A interação entre velhos e novos costumes fazem do Povoado Treze um lugar carregado de novos significados, cujo personagem e agente de maior atuação é o Estado, o qual se reveste de nova roupagem, denominada de neoliberal, para administrar as novas expectativas do mundo globalizado.

A conciliação entre Estado e Mercado no neoliberalismo traz a discussão de um processo de produção calcado no lucro cada vez maior das empresas e na atuação do Estado como mediador entre sociedade e mercado. O Estado se coloca como mantenedor das políticas sociais, com o discurso de direitos de cidadania e instrumentos de igualdade, e interventor em determinadas esferas das relações econômicas, como o mercado de trabalho, mercado de capitais e na manutenção e fortalecimento das fronteiras, adequando, assim, o território para atuação do capital. Para as políticas de habitação, o Estado se fez singular para a implementação, visto ser este o interlocutor indispensável na conciliação entre a ação dos órgãos supranacionais e a sociedade. Ações estas que se dão desde a

disponibilização de títulos públicos; regulação financeira; reordenamento territorial e adequação da legislação para atender aos anseios capitalistas.

Entendemos, entretanto, que a ação do Estado é resguardada pela lógica de mercado, este não tem o poder de regular ou de controlar a economia, pois, para os capitalistas:

Diferentemente do mercado, a ação estatal, seja como produtor de bens e serviços, seja como regulador entre os agentes econômicos, seria danosa. Economicamente, ela deformaria o sistema de preços – o principal indicador das necessidades econômicas da sociedade – criaria monopólios, eliminando a soberania do consumidor e, desse modo, deixaria de punir a ineficiência. No plano político a ação do Estado criaria privilégios para alguns e dependência para muitos. Os cidadãos acostumar-se-iam ao paternalismo do Estado, e assim deixariam de desenvolver sua capacidade de iniciativa para resolver seus próprios problemas. E quanto aos serviços públicos, eles não seriam valorizados por seus usuários, uma vez que não seriam eles que o pagariam. (BOITO apud CARINHATO, 2008, p. 38).

Cenário este estruturado com a hegemonia do capitalismo, a partir da década de 1990 diante da derrocada do socialismo, cujo mundo passa a vivenciar uma nova organização econômica, política e cultural. Pois, o processo de mundialização do capital traz uma nova configuração do capital mundial e novos mecanismos de captação de lucro, através de novo desempenho e regulação. Assim,

quando se fala em mundialização do capital (ou quando se dá um contexto mais rigoroso ao termo inglês de “globalização”), está se designando bem mais do que apenas outra etapa no processo de internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação. (CHESNAIS, 1996, p. 12)

Novas relações internacionais se firmam de modo a criar um modelo de sistema que direcionam a vida social. A flexibilização e as políticas de liberalização fizeram com que o capital recuperasse o poder de expandir-se e ocupar espaços em diversas partes do mundo.

A expansão do capital, montado na organização e dominação das grandes corporações se fez de modo feroz, captando recursos materiais e humanos para o seu desenvolvimento, mas não extinguiu a existência dos Estados nacionais.

Segundo Chesnais (1996, p. 18), ao capital não interessa todo o planeta, mas somente parte dele, mesmo que suas ações e preceitos atinjam todo o mundo. A territorialização das ações do capital reserva aos grupos sociais e aos espaços por ele escolhido a condição da função de partilha e benefícios advindos do seu processo de acumulação, e por outro lado tem sobrepujado seus interesses em detrimento do enfraquecimento da soberania dos Estados nacionais, os quais se mantêm como base de sustentação à atuação do sistema.

Nesse sentido, afirma Santos (2008), o Estado assume um papel importante no fortalecimento das fronteiras, um papel no qual ele não pode (ainda) ser substituído. A cada dia o Estado é levado a ampliar seu papel e intrometer-se cada vez mais em diversos domínios. O Estado tem papel fundamental no desenvolvimento do país, ao passo que cria condições para a entrada de novas tecnologias e de novos investimentos através da criação de infraestrutura necessária; é propagador de uma ideologia de modernização, de paz social e de falsas esperanças que ele está bem longe de transferir para os fatos.

O Estado surge, segundo Harvey (2005), dentro da própria sociedade diante dos antagonismos das classes, como forma de manter a ordem. Só que esse Estado torna-se a máquina que irá dominar essa mesma sociedade, sendo o suporte necessário para a ampliação do capital, numa posição de mantenedor da ordem.

O Estado nasce das contradições entre os interesses individuais (particulares) e os da comunidade. Sua função, no plano retórico da ordem burguesa, deveria estar atrelada ao atendimento dos interesses coletivo, sucumbindo bem estar comum e em favor dos diversos grupos e classes, só que seu direcionamento e atenção estão na pauta das demandas da classe dirigente, dominantes, dos senhores latifundiários – os capitalistas. O Estado, nesse sentido, é usado como instrumento de dominação de classe. Ele está organizado em instituições que também acumulam poder, que lhe conferem uma autonomia relativa, como por exemplo, os guardas na rua que tem o poder de ordenar o trânsito e aplicar multas (Harvey, 2005).

A continuidade do Estado enquanto instituição social se faz mediante o amparo de termos imputados no discurso ideológico da classe dominante: propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito. O que corresponde à máxima discursiva das relações sociais de troca sob o capitalismo, cujo trabalho torna-se uma mercadoria passível de renda,

constituindo, assim, também uma propriedade privada – do trabalhador-, a ser explorada pela classe dirigente. E nesse sentido Harvey (2005) vai enfatizar que o Estado tem que garantir o bom funcionamento do sistema, desempenhando o papel de mantenedor do cumprimento das normas sociais para a estabilidade do capital, através da proteção dos mecanismos de acumulação, da eliminação das barreiras para a mobilidade do capitalismo e do trabalho, da estabilização do sistema monetário, entre outros.

O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo. (HARVEY, 2005, p. 85)

Assim, a ação do Estado pode se dar de forma a criar novas feições ao espaço, podendo haver mudanças de sua natureza e, ainda fazer pouco caso sobre a variação de certos fluxos, mesmo que indiretamente e *a posteriori* (SANTOS, 2008). Nesse sentido, o nível de organização do espaço depende das atribuições que o Estado pode reservar para si. Lembra-nos o autor que as repercussões da ação do Estado sobre a reformulação do espaço interno são marcadas tanto pelo caráter contingente da sua intervenção, como pelo movimento intrínseco ao espaço.

A máquina do Estado que tem o poder de criar situações de reestruturação espacial, pode, segundo Correa (1989), atuar como grande industrial, aquele agente que tem a capacidade de consumo do espaço e de localizações específicas, sendo também proprietário fundiário e promotor imobiliário. Enfim, o Estado atua como um regulador do uso do solo e é também alvo dos chamados movimentos sociais. Assim, ao implantar, por exemplo, um conjunto habitacional numa área, até então rural, ele está (re) organizando o espaço, ao mesmo tempo em que interfere no uso das terras das áreas próximas, modificando sua estrutura.

3.3 O local como escala de reprodução territorial do capital

As transformações no meio rural dão novas formas aos objetos, e com isso cria uma atmosfera social de mudanças no comportamento e hábitos da população. Desse modo, a paisagem natural passa por alterações e até mesmo é substituída por novas paisagens.

Consignado com a era das transformações preestabelecidas pela globalização, o mundo segue a encurtar o tempo entre os lugares, integrando-os e consolidando as relações sociais. O rural passa a ser visto, paulatinamente, não mais apenas como o espaço da produção agropecuária, mas como fonte de desenvolvimento e capacidade de organização, principalmente nesse novo momento, em que as políticas públicas buscam diversificar as fontes de captação e geração de renda para o campo.

Assim, são as ações estabelecidas pelo Estado que fazem do rural um espaço em conexão com o desenvolvimento capitalista, cujo processo se dá a partir de políticas emanadas pelos órgãos supranacionais que se territorializam nos diversos lugares. Nesse sentido, a territorialização conceitua-se como um processo de apropriação de uma dimensão do espaço estabelecido a partir de interesses. Para Correa (1994), a constituição do território não está diretamente ligada à posse da terra, mas ao poder que instituições ou grupos estabelecem de acordo com seus interesses. Nesse sentido, destaca ainda que a apropriação de um dado segmento do espaço pode ou não se dar a partir de sua propriedade – da terra -, mas do controle efetivo, constituindo, nesse caso, um conceito vinculado à geografia política e geopolítica.

Correa observa que o território está estreitamente ligado ao entendimento do conceito de espaço, uma vez que a constituição do território requer uma compreensão da organização espacial, e esta é revestida da dimensão política. Etimologicamente, território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação (CORREA, 1994, p. 251).

No Plano Nacional de Ordenamento Territorial do Ministério da integração Nacional⁶ de 2006 a constituição do território surge como um espaço delimitado onde se exerce um domínio, resguardando também a ideia de produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para o desenvolvimento de sua prática. Enquanto espaço de poder, destaca Haesbaert (2005) que o território se conjuga entre a apropriação – caracterizado pelas marcas do vivido, denota o valor de uso e se apresenta de forma mais simbólica -, e a dominação – característica por seu valor de troca, é mais funcional e se apresenta de forma mais concreta.

Assim, Haesbaert (2005) diz que o território entrelaçado entre as relações de dominação e/ou de apropriação sociedade/espço, se faz mediante um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica. O território se constitui numa delimitação do espaço que não é genérico, mas sim um espaço-processo, socialmente construído, apropriado e dominado, cujas relações sociais são referidas enquanto relações de poder.

Quando fazemos a leitura da política de habitação e sua espacialização, observamos que o conceito de território apontado por Milton Santos (2005) se coloca como mais viável para a nossa análise, à medida que esse autor chama atenção para o aspecto dos usos diferenciados dessa parcela do espaço que fica à mercê dos agentes interessados na sua apropriação.

O capital produz territórios, à medida que desenvolve práticas espaciais visando sua conquista/apropriação e uso, ou seja, estabelece sua territorialidade quando vai definindo relações sociais e de produção no lugar. Esta ideia de dominação/apropriação pelo poder do capital se estabelece no momento que, ao abrir novos espaços para a sua acumulação/reprodução, o capital os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins. (SANTOS, 2012, p. 143)

Nesse sentido, apropriar-se de um espaço nem sempre prediz a tomada material no sentido estrito da palavra, mas na sua forma mais sutil e dominante de angariar recursos locais para a sua acumulação. Ou melhor, nem sempre é preciso um agente ir até determinado espaço para conseguir captar lucro para o capital. Dentro dessa lógica é que podemos entender a territorialização das políticas públicas de habitação no espaço agrário

⁶ Documento base para a definição da Política Nacional de Ordenação Territorial. Foi produzido em agosto de 2006, por um grupo de trabalho da Universidade de Brasília em parceria com o Ministério da Integração Nacional.

do Povoado Colônia Treze no município de Lagarto. Pois a condição mestra não está assentada na entrada de corporações do setor imobiliário na área, mas na injeção de condições, a partir da ação do Estado, para que os próprios indivíduos, pequenos proprietários agrícolas, se sintam pressionados e infestados pela discursiva do rendimento fácil e carência de moradias para entrarem na lógica do arrendamento residencial.

Assim, o conceito de território, como espaço a ser usado, como no dizer de Milton Santos, cabe nessa pesquisa, pois as relações estabelecidas no espaço em questão se firmam a partir de uma dialética de disputas de espaço para o controle, em que a política pública de habitação será o aporte à captação do lucro com a mudança no/do uso do solo. O território usado é constituído de objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. E esse território, hoje, com a globalização, se articula com o mundo, congregando um conjunto indissociável de lugares contíguos e de lugares em rede, formando o espaço banal que é analisado a partir da confluência entre o espaço local e o espaço global, dentro de um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante que atinge os lugares (SANTOS, 2005).

O território, segundo Santos (2009), só pode ser entendido a partir da ênfase à categoria poder. Este como fator exercido por pessoas ou grupos de pessoas que exercem sua influência sobre um pedaço do espaço, sem, necessariamente, se apossar do mesmo. Poder e território são termos independentes, mas que se congregam na consolidação do entendimento do território.

O espaço é condição basilar para a constituição do território, mas o mesmo só passa pelo processo de territorialização quando a ele é atribuído um valor através do trabalho e, para o capitalismo, essa condição só é possível mediante a transformação do solo em mercadoria. Tal processo impacta na escala local, cujo arcabouço se concretiza através de políticas estabelecidas, na maioria das vezes, pelos órgãos supranacionais (Banco Mundial e FMI) que buscam angariar as potencialidades locais para o sistema mundo. O lugar se estabelece, nesse processo, como base para a captação de lucro. Assim, Carlos observa que:

...o lugar tem a dimensão de realização de um processo na articulação local/global – enquanto quadro de uma referência pragmática do mundo. Nesta direção, a ordem global busca impor em todos os lugares sua

racionalidade; mas este processo é profundamente desigual e contraditório... (CARLOS, 2002, p. 171)

Nas discussões sobre as mudanças que se dão no lugar tem-se que as relações estabelecidas no mesmo, antes tão isoladas e intrínsecas ao grupo social, dá espaço para novos valores, mas sem deixar de expressar os velhos hábitos. Pois o lugar cada vez mais se constitui numa articulação entre o local e o mundial, como bem coloca Carlos:

...o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. (2007, p.14)

Os lugares é o lugar o palco das práticas e dos acontecimentos mundiais. Sendo que cada lugar guarda em si a sua singularidade, ou seja, o lugar em constante interconexão com o mundo torna-se diferente dos demais. No dizer de Carlos,

É no plano do lugar que é possível, por exemplo, entender a racionalidade homogeneizante inerente ao processo de acumulação que não se realiza apenas produzindo objetos e mercadorias, mas liga-se, cada vez mais, à produção de um novo espaço, de uma divisão e organização do trabalho, de modelos de comportamento que induzem ao consumo revelando-se como norteadores da vida cotidiana (CARLOS, 2002, p. 173).

A produção e reprodução de novos espaços faz parte do processo de capitalização das áreas, congregando novas formas e funções à dinâmica local. Forma, função, estrutura e processo, propostas por Milton Santos, são categorias que, de acordo com o autor, constituem e explicam o espaço. Espaço este que constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação (SANTOS, 2008).

O espaço é estruturado mediante os arranjos impostos pelo jogo de interesses capitalistas, que só podem ser compreendidos se analisados na perspectiva espaço-temporal, com adaptações que se verificam nos níveis regional e local, congregando fatos do passado e do presente.

Assim, mediante as mudanças no espaço, é imprescindível a análise dos interesses que melhor retratam a sua dinâmica. A dinâmica espacial é produto do movimento do capital e da sociedade, impondo mudanças às formas preexistentes. O que ocorre é a mistura de formas novas e velhas, criando novas formas mais adequadas para cumprirem novas funções, ou para se adequarem às formas velhas, como no dizer de Santos,

...sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas. (SANTOS, 2008, p. 67)

Dessa maneira, destaca Harvey (2005), a geopolítica do capital prediz a criação de infraestruturas sociais para sustentar o modo de circulação do capital. E tais estruturas provocam transformações no espaço e nos objetos nele existente, os quais devem se adequar à condição de mercadoria. Nisso, os nichos sociais, econômicos e políticos passam por rearranjos, condição para a permanência e manutenção do sistema-mundo.

Um exemplo claro foi a mudança na lei fundiária do município de Lagarto – com o Projeto de Lei nº 57 de 20 de junho de 2013, que criou as áreas de expansão urbana -, como condição para a implantação das políticas de habitação e continuidade das investidas do setor imobiliário na região. Sobre esse tipo de situação, Harvey (2005) vai dizer que o empreendedorismo urbano é sustentado na ideia de “cidade como corporação coletiva”. Há aqui um entendimento de como o capital se apropria das singularidades dos lugares. Na especificidade da nossa área de estudo observa-se que dentro desse arranjo de produção do espaço pelo capital, a região policultora de Lagarto, cuja estrutura social, cunhada no desenvolvimento econômico e social do país, favoreceu o surgimento de um cenário calcado no processo de colonização no espaço rural. A forma – lotes agrícolas – tem uma função social - a terra como local de trabalho; da produção agrícola; do viver em coletividade.

Essa estrutura perdurou até o início da década de 1980, quando a falta de investimentos para o setor agrícola desarticulou o modo de viver da/na terra, enquanto meio de sobrevivência do agricultor. Assim, seguido da desvalorização do preço dos produtos agrícolas (laranja e fumo), da queda na produtividade e da falta de incentivo, soma-se a decadência da Coopertreze, uma vez que o Estado deixou de dar suporte à instituição, deixando o pequeno produtor a mercê do mercado. Uma vez que a década de 1990, período de maior expansão do neoliberalismo, os governos se voltaram para o atendimento aos ditames desse novo modelo de Estado, cujo Brasil embarcou com as privatizações.

Nesse contexto, os Estados nacionais passaram a se aterem e a deterem maior subordinação às regras do mercado mundial. E a partir da crise de 2008, ocorrida no coração da economia capitalista mundial, o mundo foi colocado em uma condição de unicidade, homogeneidade, para a/na resolução da crise. Assim, a questão imobiliária foi colocada para o mundo como meio para a saída da crise, imprimindo às nações maior subordinação ao poder dos órgãos supranacionais. Destaca-se nessa direção, que, após o ataque de 11 de setembro de 2001 e o envolvimento na guerra do Iraque e do Afeganistão, a economia norte americana mostrava-se fragilizada. Com isso, alguns países passaram a investir nos Estados Unidos e os bancos passaram a criar cartas de crédito com o intuito de aumentar o poder de consumo da população, enfatiza Harvey (2011).

O governo norte americano passou a incentivar a construção civil como meio de estimular a economia com o aumento dos postos de emprego e, consequentemente, aumentar o poder aquisitivo dos trabalhadores para a compra da casa própria. Só que a grande leva de empréstimos e a aquisição de bens estagnaram e logo gerou um montante inflacionário (GASPARIN, 2011). Os juros tornaram-se altíssimos, fazendo com que o valor dos imóveis caísse. Muitas pessoas passaram a não pagar as parcelas do empréstimo e abandonaram as casas.

No Brasil esse setor da economia foi fortalecido em meio às políticas públicas, suscitando dos cofres públicos montantes de dinheiro para movimentar as grandes corporações (construtoras, imobiliárias, bancos), a partir dos interesses dos órgãos supranacionais. Tal configuração se deu através de estratégias de controle social, modeladas em discursos de desenvolvimento territorial, circunscrito às potencialidades locais.

A escala local tem ganhado força na captação de lucro nos programas de desenvolvimento econômico, principalmente no que se refere à atuação do Estado, este que se diz mínimo no neoliberalismo, mas que congrega as ferramentas de regulação da sociedade para a atuação do sistema econômico vigente. Em relação a essa questão, nota-se que:

...O Estado mínimo (para o social, não para o apoio ao setor privado) neoliberal reformula as escalas, para sintonizá-las com a desregulação dos mercados e a mercantilização de todos os aspectos da vida e, ao mesmo tempo, prioriza novas escalas, já não mais a nacional ou a

regional, mas sim a local, que sirvam de arena privilegiada de acordo com as novas regras do jogo. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 236)

Esse processo vem ocorrendo desde a década de 1980 no Brasil, quando há uma estagnação da economia brasileira, que perdeu a capacidade de planejamento para o atendimento social, uma vez que ele tem que assumir a dívida das empresas que investiam em tecnologia após a crise do petróleo na década de 1970.

Os anos 1990 iniciam um período que o Brasil passa ao processo de privatizações, símbolo maior do Estado Neoliberal. Nessa direção, Lisboa (2007), chama atenção para o panorama em que o Brasil estava envolvido e destaca que o cenário era de crise do Estado, inaugurando:

um período de transição com a ruptura do padrão de financiamento do setor público e a perda por parte do Estado de definir interesses regionais que possam fortalecer as regiões e minimizar suas diferenças. Ao mesmo tempo, fortalece-se o discurso da presença necessária da sociedade civil, esta que é chamada para administrar suas próprias demandas (LISBOA, 2007, p. 148).

Nessa direção, a autora observa ainda que:

O destaque é para o território enquanto ator do desenvolvimento. Entra em vigência um modelo que visa o uso do território em decorrência dos seus potenciais. Trata-se de entender as interconexões entre o local (a comunidade) e o global (o supranacional) trazendo para o centro dos interesses econômicos a valorização do potencial de cada território. Os lugares são tornados territórios pelo capital e passam a apresentar a alternativa encontrada pelo capitalismo para suprir as suas demandas, por sua vez, a descentralização transfere para a sociedade civil (contraditoriamente, retira dela) a responsabilidade pela eficácia desse território (LISBOA, 2007, p. 148).

Nos últimos anos, particularmente pós-crise de 2008, sente-se um clima de subordinação dos Estados nacionais em detrimento ao poder exercido pelos órgãos supranacionais de regulação do mercado mundial. O Banco Mundial tem proporcionado projetos de atuação local.

Esse processo se deu com a hegemonia do capitalismo a partir da década de 1990, cujos organismos multilaterais de financiamento – o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) – se consolidam como intermediadores das relações entre os governos e os mercados de capitais, se colocando como as instituições capazes de reduzir a pobreza, combater o analfabetismo e aplicar políticas econômicas rentáveis e

competitivas. Tal situação se fundiria com a promoção do desenvolvimento sustentável a partir das potencialidades locais, conjuntura estabelecida mediante a gestão local para a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento.

Esse novo rearranjo surge dentro do Estado neoliberal, cuja sociedade civil passa a assumir um papel importante para o desenvolvimento nas chamadas políticas de desenvolvimento territorial, calcadas no sustentáculo estatal que tem a função de norteador/ orientador das políticas emanadas pelos órgãos supranacionais.

O Estado cada vez mais se torna mínimo dentro desse processo, mas sem deixar de ter sua importância e atuação para a expansão e consolidação dos moldes capitalistas. O suporte maior passa a ser a sociedade organizada para promover seu desenvolvimento. A condição de poder, dentro dos novos arranjos estruturantes do capital, com direcionamento a partir dos órgãos supranacionais, legitima a potencialidade dos grupos sociais a partir dos arranjos locais (LISBOA, 2007).

Nesse sentido, as políticas públicas implantadas no Brasil nos últimos anos nada mais são do que projetos estruturados pelos órgãos supranacionais que inflamam no seio da sociedade o discurso do desenvolvimento social para a minimização das desigualdades sociais. E um bom exemplo são as políticas de habitação que são traçadas como forma de obtenção de uma sustentabilidade do desenvolvimento do capitalismo diante das crises porque passa.

Lisboa (2007) pondera que ao mesmo tempo em que o Estado vai se tornando mínimo, os órgãos supranacionais com suas políticas vão creditando à sociedade civil as iniciativas pelo seu próprio desenvolvimento. O Banco Mundial, desde 1990, vem se atendo a cinco áreas para o financiamento: redução da pobreza, ajuste fiscal sustentável, retomada do crescimento, crescente efetividade do desenvolvimento e melhor administração dos ativos ambientais. Todos esses pontos se resumem à questão da redução da pobreza, este como carro chefe das políticas disseminadas pelo Banco Mundial aos governos nacionais.

É interessante observar que existe uma supremacia, ou pelo menos uma busca pelo poder por parte dos órgãos supranacionais, principalmente do Banco Mundial, sobre os Estados nacionais. Uma busca que passa pela relativização do que é um Estado nacional

soberano. Soberania esta que é transferida aos setores internacionais – os polos de poder de decisão.

O Estado-Nação se põe a mercê das decisões dos órgãos externos que sobrepujam seus interesses, ou melhor, o interesse do grande sistema econômico mundial, em detrimento à organicidade nacional. Assim, o poder interno se reduz diante das decisões externas, com centralidade no Banco Mundial, que se coloca como instituição chave para a consolidação do processo produtivo mundial que tem como arranjo estrutural o discurso do desenvolvimento territorial. O desenvolvimento passa pela captação das potencialidades locais como forma de congregar ao sistema mundo a condição global de atuação do capital para a sua concretização enquanto sistema hegemônico.

É a partir do lugar que as ações se tornam concretas e se firmam dentro do processo de captação e consolidação do sistema capitalista de acumulação de riqueza através do lucro. Nessa análise pode-se perceber e mensurar a diferença espacial, enquanto lógica da atuação desigual e combinada do capital.

As políticas públicas têm se pautado em termos ligados ao desenvolvimento rural, que na verdade nada mais é do que a busca pela captação do lucro a partir das potencialidades locais. E neste planejamento do desenvolvimento territorial estão inclusas a atuação de agentes a nível nacional (governo federal), local (planejamento rural), regional (influência de instituições latino-americanas) e internacional (Banco Mundial).

Por meio da manipulação das forças de mercado, o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio se constituem na burocracia reguladora do sistema capitalista mundial, que aproveita a desregulação financeira e a fragilidade macroeconômica dos países pobres para imiscuir-se na gerência do país, através dos programas de ajuste estrutural. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 302)

Lisboa (2007) entende que a mundialização do capital se faz paralela à imposição de um Novo Direito Internacional calcado nos interesses das grandes corporações, órgãos acima dos Estados nacionais. Tal Direito é gerenciado pelos órgãos supranacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio – OMC) que sobrepujam a concretização da expansão do capital. E para tanto, o capital cada vez mais cria artifícios e projetos para a garantia da acumulação, apropriando-se de

territórios onde possa captar lucro a partir de suas potencialidades ou implantar ações de acordo com seus interesses.

A territorialização do capital se faz em meio ao processo de globalização que traz a redução do tempo de deslocamento, o avanço na informação e homogeneidade dos problemas ambientais. Toda essa conjuntura se dá em meio ao avanço da ciência e tecnologia, permeado pela maior integração entre os lugares, promovida pela sofisticada rede de comunicação e transportes que faz com que haja um fluxo cada vez maior de mercadorias, pessoas e informações. Em meio a essa força de interligação dos diversos cantos do mundo surge uma nova forma de atuação calcada no sistema capitalista que busca cada vez mais congregiar os lugares ao seu projeto de acumulação, cujos órgãos se destacam como promotores do desenvolvimento universal, sobrepondo-se à organicidade dos Estados nacionais, resvalando, assim, os ditames do Novo Direito Internacional.

As instancias internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC administram este denominado Novo Direito Internacional e, de modo invisível, também os governos locais. O espaço de decisão permanece desafiado por relações que expressam o jogo de forças inerentes aos interesses das novas instituições de poder e aos interesses da sociedade. (LISBOA, 2007, p. 140)

A mundialização do capital desestrutura os arranjos locais tradicionais, reorganizando-os ao seu modelo. As estruturas dos lugares são criadas e desfeitas de forma muito rápida a partir de ações que territorializam os espaços para atender a função que a ele foi determinado pelo sistema mundo.

De acordo com Lisboa (2007), a ação dos órgãos supranacionais se fortalece após o fim da Guerra Fria, com a hegemonia do capitalismo implementando o Novo Direito Internacional, cujo princípio básico está montado na economia de mercado. A flexibilização passou a tomar conta do setor produtivo e da financeirização da economia, numa desregulamentação das economias nacionais em detrimento da economia mundo calcada nas grandes corporações transnacionais. Os lugares passam a ser tidos como basilares à condição mundializada do capital que territorializa suas ações. O território nessa nova lógica de expansão do mercado para a acumulação surge como agente propício às investidas do capital.

CAPÍTULO 03

4 Capital Financeiro: rebatimentos da Política Habitacional na Colônia Treze

– Lagarto/SE.

Nesse capítulo, fazemos a discussão da dinâmica territorial da financeirização com as políticas de habitação debatendo na organização socioespacial da região agrícola da Colônia Treze. Esse cenário implica em novos arranjos produzidos pela apropriação de terrenos para a instalação de novas ruas, conjuntos habitacionais, condomínio fechado, alterações na legislação municipal, no uso social da terra, e em novas relações de trabalho no local.

De lugar de produção agrícola, a partir das pequenas propriedades, passa a espaço da articulação imobiliária, símbolo do capital financeiro, para alimentar os vazios deixados pela crise e amenizar, no pensamento dos interlocutores do sistema, os efeitos da crise. A moradia ganha centralidade pela necessidade de imputar os diversos lugares à lógica mercadológica. O meio rural da Colônia Treze, nesse contexto, entra no movimento antagônico do capital.

4.1 Conjuntos Habitacionais na Colônia Treze: (re) organização socioespacial.

As mudanças estruturais da Colônia Treze se dão no momento em que o sistema econômico mundial sofria mais um dos sintomas de sua crise. O montante de crédito disponível no mercado dava sinais de que era possível sanar a crise e ainda alavancar riqueza a partir do sistema habitacional. A construção das moradias, como uma necessidade universal, entra como aporte para a captação de lucro, permitindo a expansão do setor imobiliário nos diversos lugares como forma de inserir as diversas classes sociais ao circuito do capital.

Na Colônia Treze o projeto de implantação do Residencial Pista da Granja, em 2007, trouxe novo olhar à região diante da especulação de que a terra para fins habitacionais traria maior valor e, assim, lucro a partir de loteamentos. É importante frisar que antes desse conjunto já havia na área uma tendência ao crescimento urbano, mas em ritmo lento comparado àquele momento.

O projeto para implantação do conjunto se deu a partir da Associação dos Moradores da Colônia Treze, que, através da contribuição dos seus associados, comprou o terreno para a construção de 65 casas. Segundo moradores do Conjunto Santa Luzia, o valor para a compra do terreno e as taxas pagas à prefeitura para regularização do mesmo, através da Associação, ficaram entorno de R\$ 1.800,00 (Trabalho de campo, 2016). Em seguida, enquadrados dentro do Programa Casa Nova Vida Nova, a construção passou à responsabilidade do governo federal, que financiou as casas junto à Caixa Econômica Federal, e a infraestrutura ficou sob responsabilidade do governo estadual.

Os beneficiados com o projeto tinham que atender aos seguintes requisitos: comprovar baixa renda (até um salário e meio, valor da época), não possuir casa, não ter carteira assinada e está enquadrado em programas sociais – Bolsa Família. A aquisição da casa foi 100% gratuita, o único pagamento foi para a compra do terreno pelos sócios e não sócios. Todos os imóveis foram entregues com escritura pública, ou seja, a concretização do empreendimento só foi possível a partir do atendimento de todos os requisitos preestabelecidos, assim informou o ex-presidente da Associação dos Moradores da Colônia Treze, responsável pela instituição na época. Veja-se, a título de ilustração, o que diz o entrevistado:

A construção das casas do conjunto na Pista da Granja atendeu a tudo que a lei pediu. E foi muito bom para quem tinha casa. As casas foi 100% gratuita, os beneficiados pagaram apenas o terreno pela Associação. A casa tem dois quartos, um banheiro, uma sala e uma cozinha. Mas o terreno dá para, depois, a pessoa crescer a casa, pois ele mede 8X18 (oito metros de largura e dezoito de comprimento). E todos tem escritura.

O início das construções se deu em 2007, com previsão para entrega em 2009, mas as casas só foram entregues em 2011, por problemas com a construtora inicial que desistiu do empreendimento por problemas estruturais da instituição (Trabalho de campo, 2016).

À época, o Programa não distinguia os espaços enquanto rural e urbano, restringindo-se a formulação do projeto para atender a carência de habitação, mesmo que fosse implementado em forma de conjunto habitacional. Isso acarretou problemas, uma vez que despertou no imaginário dos pequenos proprietários rurais a busca pela renda rápida da terra, uma vez que o valor agregado ao solo para fins de moradia se valorizava com a construção dos conjuntos. Assim, muitos colonos passaram a lotear seus sítios o que levou a intervenção judicial, com embargos dos terrenos em processo de loteamento. Veja-se, a

título de ilustração, o que diz o entrevistado 03, representante da Associação dos Moradores da Colônia Treze:

Quando foi construída as casas do Conjunto Santa Luzia o Programa das casas não distinguia o que era rural e que era urbano, os conjuntos era feito na zona urbana e na zona rural. Depois que veio o Programa Minha Casa Minha foi separado e foi mudado, aí teve a separação com a criação de critérios para a implantação do Programa. Aí criou o Minha Casa Minha Vida Rural e o urbano. (Trabalho de campo, 2016).

O embargo das construções se deu devido a área ser destinada à produção agrícola, não podendo ser loteada para fins de urbanização. Mas como o local já estava em processo de desmonte de sua estrutura, pelo menos ao que se refere a sua zona central, a promotoria pública do município de Lagarto enquadrou o poder executivo e legislativo municipal para resolver a questão. E a solução foi a criação da área de expansão urbana no povoado, mediante a Lei N. 57/2013. O que possibilitou não só a continuidade dos loteamentos – aqueles regularizados segundo as normas da legislação municipal -, mas também a possibilidade de financiamento de imóveis junto aos órgãos financiadores, visto à regulamentação fundiária de terra rural para urbana. Nesse sentido, enfatiza Correa (1989),

A passagem da terra agrícola para terra urbana, no entanto, é mais complexa, envolvendo diferenciais de demanda de terras e habitações, de direção em que esta transformação se verifica e das formas que ela assume. Estes diferenciais atuam mais ou menos de modo combinado (CORREA, 1989, p. 17).

Essa nova configuração no espaço do povoado Colônia Treze, embalsamado nas políticas de habitação, tem, assim, suscitado ações das associações em busca de aprovação de seus projetos para a aquisição de moradia. Esse quadro tem demonstrado que o papel das associações tem sido remodelado, ampliado, como uma entidade de intermediação entre a sociedade e as ações governamentais. Ou melhor, vai se consolidando como um órgão que articula/media as políticas compensatórias, inflamando no seio da sociedade discursos de cunho social. Ao mesmo tempo, vai atendendo também aos interesses da reprodução de lucros para o capital financeiro, à medida que atende às necessidades mais imediatas da população que precisa de moradia e que depende de financiamento ou da política pública que também utiliza o financiamento para ter sua necessidade básica de residir atendida.

Atualmente, outra entidade, a Associação Educacional de Esporte e Judô Comunitário, tem delineado suas ações em angariar projetos de conjuntos habitacionais, disponibilizado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, de âmbito federal. A entidade de direito privado, que tem como objetivo estimular e propiciar o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito do esporte, lazer, moradia, produção, saúde etc, foi fundada em 1994 (Trabalho de campo, 2016). Segundo o entrevistado, o Sr. Alexandre, um dos colaboradores da associação, foi em 2007 que a entidade começou a articular a possibilidade de beneficiar a comunidade com a aquisição da casa própria, dentro dos requisitos que caberia à população de baixa renda. Só que na época ainda não era o PMCMV, mas dentro das discussões das políticas territoriais em busca do desenvolvimento, que a época se fazia pelo Programa Casa Nova, Vida Nova.

A Associação adquiriu uma propriedade para angariar (Figura 19 e 20), dentro das políticas territoriais, casas populares. Em 2011 o projeto foi embargado por causa da lei Federal Nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979 (Parcelamento do Solo), pois a promotoria⁷ de justiça do município de Lagarto entendeu que não existia uma legislação que permitia o parcelamento da terra nas áreas rurais. Nesse interim a inscrição do projeto foi cancelada, o que levou as associações do município a se reunirem para pressionarem o poder executivo a criar a lei de parcelamento da terra em áreas rurais. Só em 2013, com a criação das áreas de expansão urbana no município é que houve a reativação do projeto, agora já dentro do PMCMV. Sendo que houve alterações, já que a partir daquele momento a área já se enquadrava no âmbito do setor urbano.

⁷ Os loteamentos foram embargados pelo promotor de justiça Antônio Cesar Leite de Carvalho da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Lagarto, situado à Rodovia Lourival Batista, Km 36 Centro-Lagarto, 49400-000. Fórum Des. Epaminondas Silva de Andrade Lim. Com as seguintes funções: Atribuições para atuar nas áreas relativas ao Controle e Fiscalização do Terceiro Setor; ao Patrimônio Público e à Previdência Pública; à Defesa da Ordem Tributária; ao Meio Ambiente Natural, Artifici. (disponível em: <http://www.mpse.mp.br/EnderecoInterior.aspx>, junho/2016).



Figura 19 – Terreno comprado pela Associação Educacional de Esporte e Judô Comunitário para alocação de um novo conjunto habitacional – 2016.
Fonte: Trabalho de Campo, 2016.



Figura 20 – Terreno comprado pela Associação Educacional de Esporte e Judô Comunitário para alocação de um novo conjunto habitacional (Terraplanagem) – 2016.
Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Assim, a legislação do Município de Lagarto, na sua Lei 476/2012 – Divisão territorial, diferencia área de expansão urbana de área rural. No artigo 6º, inciso II, define área de expansão urbana (AEU), como porção espacial não parcelada e passível de parcelamentos, para fins urbanos. Já no inciso III descreve área rural (AR) como remanescente não integrante da área urbana e da área de expansão urbana e não passível de parcelamento para fins urbanos, exceto os núcleos urbanos dos povoados assim definidos

em lei. Na Lei 201/2006 – Urbanismo, no artigo 3º discute as obras de parcelamento do solo realizadas no município de Lagarto, ensejando, dentre uma das suas classificações a de loteamento, no inciso I, que define como subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas ruas de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das ruas existentes.

Assim, percebe-se que a própria legislação que regula o uso do solo municipal também dá margem a mudanças a depender dos interesses envolvidos. Os interesses do capital se sobressaem à dinâmica e organização dos lugares. Este altera as configurações territoriais de acordo com suas necessidades para a concretização do seu processo de acumulação de riqueza. Assim, o município de Lagarto é sobrepujado pelo capital financeiro, através da política habitacional, sendo levado a modificar sua lei, com a criação de áreas de expansão urbana, para atender a lógica mercadológica do setor financeiro imobiliário.

Em 2015, os recursos do PMCMV-02, para faixa de pessoas de baixa renda, se esgotaram, o empreendimento passou a ser tramitado para que o financiamento da construção das casas e da infraestrutura do conjunto fosse feito pelas próprias pessoas cadastradas (Anexo - folder do res. Carajás). O problema que surgiu foi que o valor das parcelas ficaria oneroso, o que emperrou o prosseguimento do projeto. Com o PMCMV-03, liberado pelo governo já em 2016, novos recursos foram disponibilizados para o grupo de pessoas de baixa renda, o que fez com que, novamente, a Associação redirecionasse o projeto para o PMCMV - baixa renda. O projeto ainda não saiu do papel, mas foi aprovado, está no aguardo da liberação dos recursos pela Caixa Econômica Federal, para o segundo semestre de 2016.

No que se refere aos loteamentos particulares, a legislação, a partir da lei que delimita a área de expansão do povoado, é bem clara e impõe normas que vão desde a legalização do parcelamento da terra e a apresentação do projeto para a prefeitura até a liberação pelo órgão de administração ambiental, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais). Sendo que o poder executivo municipal somente dá licença a inicialização das construções no novo loteamento após a execução das obras de infraestrutura pelo proprietário do lote ou pela prefeitura quando este não conseguir cumprir o que manda a lei em um prazo pré-determinado.

As figuras 21 e 22 mostram exemplos de loteamentos particulares em processo de liberação após embargo judicial, antes ocupados por sítios de laranjas (Anexo - João e Maria – loteamento particular embargado por não ter concluído a parte de infraestrutura).



Figura 21: Área destinada ao Loteamento João e Maria na Pista do Cemitério – Colônia Treze – Lagarto/SE, 2016.

Fonte: Trabalho de campo, 2016.



Figura 22: Modelo padrão de casa para o loteamento João e Maria na Colônia Treze, 2016.

Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Assim, uma vez liberado o projeto, pela prefeitura, o loteador deverá disponibilizar terrenos à prefeitura no valor que corresponde aos custos com a infraestrutura básica. Percebe-se que, ao mesmo tempo em que o poder executivo e legislativo de Lagarto atende à demanda do grande capital financeiro, também se exclui da responsabilidade de prover políticas de infraestrutura básica para a população. Sendo, pois, mais uma das estratégias de reprodução do capital financeiro na região, a partir da chancela do poder público, uma vez que força o dono do imóvel, o qual está sendo loteado, a financiar a infraestrutura junto aos bancos. Custo este repassado aos compradores dos lotes no valor da compra, seja a compra a dinheiro ou financiado. Veja-se, a título de ilustração, o que diz o entrevistado 04, proprietário de um loteamento particular:

Eu vendi alguns lotes, mas gastei o dinheiro com tanta papelada para regularizar o terreno - a prefeitura bota pra lá com tanta taxa e ainda tem a espera da liberação do IBAMA. Aí gastei o dinheiro e agora eu não tenho como dar a infraestrutura pronta, e a prefeitura só dar dois anos para concluir que vai vencer em junho de 2017. Ai para levar em frente o loteamento tô pensando em agregar o terreno a uma imobiliária, porque ai ela faz tudo – constrói, financia -, e eu recebo o valor dos terrenos vendidos sem ter quebra de cabeça. Se não dê certo tem a outra saída que é deixar, entre 18 e 22 lotes, vai depender do valor dos terrenos, para a prefeitura, ai ela constrói e infraestrutura e eu vou vendendo os lotes depois. (Trabalho de campo, 2016)

Ainda, dentro dessa categoria de conjuntos particulares surge o primeiro projeto de condomínio fechado no povoado, o Arco-Íris (Figura 23 e 24). Assim, em entrevista ao loteador, o mesmo afirmou que resolveu retirar a plantação de laranja e lotear porque o processo de crescimento do Treze fez com que seu terreno se posicionasse na região central do Treze. A princípio se pensou em arruamento convencional, mas observando a expansão urbana da Colônia resolveu projetar para um condomínio. Partindo dessa decisão seguiu os passos para montagem e liberação legal do projeto: contratação de um engenheiro; envio do projeto para o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e depois para a ADEMA (Administração Estadual de Meio Ambiente) para obter licença ambiental; partindo para a prefeitura a qual pede que anexe os projetos de drenagem, pavimentação, iluminação pública, arborização e padrão mínimo das casas (Pesquisa de campo, 2016).



Figura 23: Projeto do Arco-Íris Condomínio Residencial (fechado) na Colônia Treze, 2016.
Fonte: Cedida por Alexandra Santos Pacheco Bispo, 2016.



Figura 24: Planta baixa do Arco-Íris Condomínio Residencial (fechado) na Colônia Treze, 2016.
Fonte: Cedida por Alexandra Santos Pacheco Bispo, 2016.

Para a entrevistada as pessoas estão buscando cada vez mais morar próximo ao centro e estão se desligando das práticas agrícolas, mesmo das funções mais simples no trato com a terra, como, por exemplo, as pequenas hortas nos quintais das casas. De modo geral, percebe-se que os loteadores não atentam para a relação entre o rápido crescimento urbano da Colônia Treze e a expansão da construção civil, advinda da atuação do capital

financeiro nesse setor, que consequentemente resultou na criação da área de expansão urbana na localidade para atender suas prerrogativas (Pesquisa de campo, 2016).

Nas reflexões de Caldeira (1997), essa característica imputada através dos condomínios fechados é algo condizente ao espaço urbano que se consolida a partir da segregação socioespacial. Algo que se consolida com a mercantilização do solo urbano, principalmente, no proveito dos setores imobiliários para a geração de lucro. E nos últimos anos, com o aumento da violência, o meio urbano tem se concretizado enquanto espaço da reclusão, do isolamento dos indivíduos em suas residências, fortalecendo a lógica dos condomínios fechados.

Os “enclaves fortificados” se apresentam como espaços privados, fechados e monitorados (CALDEIRA, 1997). Assim, o discurso da violência fortalece a condição da segregação das cidades, uma vez que cria espaços privilegiados e espaços marginalizados. Assim, o discurso da segurança, a partir do isolamento se faz como se este fosse a solução para os problemas sociais e urbanos. No tocante, Caldeira (1997) destaca que,

Com o crescimento da violência, da insegurança do medo, os cidadãos adotam novas estratégias de proteção, as quais estão modificando a paisagem urbana, os padrões de residência e circulação, as trajetórias cotidianas, os hábitos e gestos relacionados ao uso das ruas e do transporte público. Na verdade, o medo do crime acaba modificando todos os tipos de interação pública da cidade. (CALDEIRA, 1997, p. 158)

E no que se refere a enclaves fortificados, enfatiza que

São propriedades privadas para uso coletivo, são fisicamente isolados, seja por muros, espaços vazios ou outros recursos arquitetônicos; estão voltados para dentro, e não para a rua; são controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão. (CALDEIRA, 1997, p. 159)

Percebe-se, assim, que a lógica dos condomínios fechados, o qual se inscreve à nova realidade da Colônia Treze, é algo circunscrito ao movimento dos centros urbanos já consolidados, cujo enredo se dá em meio às disparidades socioeconômicas provocados pelo próprio sistema mundial do capital que cada vez mais causa disparidades em todo o mundo.

Caldeira (1997) enfatiza que, nos últimos anos, o movimento urbano, no que se refere ao mercado imobiliário, se dá através dos anúncios, montados no mito de um “novo conceito de moradia” que articula imagem de segurança, isolamento, homogeneidade,

instalações e serviços. É a ideia do isolamento como primaz para a segurança e o bem estar familiar, convivendo com iguais em áreas com toda a infraestrutura necessária, dispare à realidade do entorno. Algo que escamoteia a real situação do grupo social e o mundo ao seu redor. É outro mundo dentro de um mesmo espaço – segregado.

É nesse tocante que a legislação consegue cumprir com a sua real função social. Pois, dentro do contexto das prerrogativas que atentam para as normas requeridas pela lei, no quesito loteamentos particulares, a Lei 201/2006, de urbanismo do município de Lagarto, no seu artigo 48, relata que o proprietário do loteamento deverá executar a infraestrutura básica: escoamento das águas pluviais; iluminação pública; rede de esgoto sanitário; abastecimento de água potável; rede elétrica pública; e domiciliar; assentamento de meios-fios e pavimentação das ruas; locação de ruas; quadras e lotes; movimentos de terras etc. No que se refere ao não cumprimento das obras de infraestrutura básica relata a lei:

Art. 49 - Como garantia para execução das obras de loteamento, o Município de Lagarto, por meio da SMOTMAU e da Procuradoria Geral do Município, exigirá do proprietário a caução, por hipoteca, do número de lotes de terreno cujo valor total, à época da aprovação do projeto, seja equivalente ao custo estimado das obras exigidas para o loteamento, de modo a garantir o cumprimento da realização das obras de que trata o artigo 48, deste Código. § 1º - A caução de que trata o 'caput' poderá ser efetuada em moeda corrente, depositada em conta de poupança, aberta exclusivamente para tal finalidade, que ficará bloqueada até liberação por parte do Chefe do Executivo Municipal. § 2º - Poderá alternativamente à caução por hipoteca ou depósito prévio em moeda corrente, ser efetuada doação em pagamento ao Município em número de lotes necessários à execução das obras de infraestrutura de que trata o artigo 48, deste Código, podendo o Município vender os referidos lotes ou mantê-los como integrante do patrimônio público, assegurada à realização das obras pelo Município de Lagarto, no prazo de até 180 dias (cento e oitenta dias) contados da data de registro do instrumento público de doação. § 3º - Para fins de apuração do custo de obras, poderão, em substituição às planilhas orçamentárias de que trata a alínea ·o·, inciso li, do artigo 21, deste Código, ser utilizadas as planilhas orçamentárias praticadas pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP, caso fique constatado pela SMOTMAU que as planilhas orçamentárias apresentadas pelo proprietário do loteamento estão sub-dimensionadas. § 4º - A caução poderá ser liberada à medida que as obras exigidas sejam concluídas, nos seguintes termos: I. 50% (cinquenta por cento) quando concluídos os serviços e obras de terraplanagem, de colocação de meio-fio e sarjetas e de construção da rede de escoamento de águas pluviais; li. 50% (cinquenta por cento) restantes após a conclusão dos demais serviços exigidos; Ili. O disposto no inciso li, § 4º, do art. 49, deverá ser restituído em até 30 (trinta) dias úteis. (LAGARTO, 2006)

Diante do exposto percebe-se que a política habitacional, um dos campos do capital financeiro, tem atingido e metamorfoseado os diversos lugares de forma a satisfazer suas prerrogativas, desfazendo, parcial ou totalmente, as características e condições primordiais de existência dos grupos sociais. Como forma de controlar e manter o sistema no seu curso e, ainda, sanar as crises da sua própria (des)estrutura, o capital busca envolver as diversas classes sociais no seu processo de exploração, expropriação da força de trabalho, para garantir seu processo de acumulação de riqueza.

Na Colônia Treze, o fenômeno habitacional, em processo, ainda não traz bases consolidadas dos seus resultados, no tangente as distorções que podem ocorrer com o avanço dessa política. Percebe-se, através das entrevistas, que as pessoas que se desfizeram dos seus terrenos para fins de loteamento, buscaram outras formas de renda familiar dispares à realidade agrícola, dentre os quais inclui-se a compra de casas na cidade de Lagarto e em Aracaju, para proveito de aluguel; montagem de ponto comercial (materiais de construção, lojas de roupa, de calçados, armarinhos, sorveterias, entre outros); especialização em cursos pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) na busca por um trabalho assalariado; etc. Há ainda a condição dos aposentados que na condição de idoso não pode mais trabalhar e como os filhos estudaram, já não querem o trabalho braçal da agricultura. Importante destacar a fala da entrevistada 05, ao frisar que:

Eu acabei arrancando o sítio de laranja porque não dá mais nada, pouco dinheiro, e meus filhos já tão com seus empregos, nenhum quer trabalhar na roça e eu já to aposentada, ai eles me aconselharam vender ai to vendendo os chão de casa. Mas foi melhor porque já tem uma rua lá atrás do meu sítio e ai as pessoas tavam levando as laranjas ai quando eu ia vender tinha pouca e o preço da laranja não vale mais nada. (Trabalho de campo, 2015)

Com relação às pessoas beneficiadas com as casas do Programa Minha Casa Minha Vida, temos como amostragem o conjunto Santa Luzia, na denominada Pista da Granja. Dos moradores 90% são provenientes da zona rural, 35% mantém a maior parte da renda familiar proveniente da agricultura, mas 65% são de atividades não agrícolas (agente de saúde, caminhoneiro, comerciante, técnico em enfermagem, agente administrativo, pedreiro, e trabalhador da indústria). Tal característica mostra que há uma mudança no perfil do trabalho das pessoas na Colônia Treze, havendo certo distanciamento da produção agrícola. Já das 65 casas, 20% estão com placa de venda, 10% estão fechadas. Esse fato

comprova o depoimento das pessoas entrevistadas ao afirmarem que muitas pessoas que foram beneficiadas, não necessitam, ou pelo menos já possuíam imóveis, mas acabaram recebendo por que mantinham relações políticas com gestores locais, que facilitaram a aquisição mesmo quando não apresentavam os requisitos requeridos.

4.2 As novas condições no espaço da Colônia Treze a partir da imposição do capital financeiro.

A nova dinâmica do espaço da Colônia Treze se dá de forma a introduzir, cada vez mais, equipamentos urbanos ao meio rural. Tem-se que os colonos passam a ser guiados pela prerrogativa da renda rápida da terra. As pessoas, em um processo contínuo, estão vendendo os seus sítios para lotear. Essa prática gera um processo de reordenamento espacial calcado no esfacelamento da produção agrícola da Colônia Treze. O quadro 08, demonstra a queda da produção de laranja em Sergipe e em Lagarto. Assim, se por um lado tem havido a baixa na produtividade agrícola, por outro a tendência do mundo moderno faz surgir novas áreas urbanas a partir das políticas de habitação, calcado no capital financeiro. Essa constatação pode ser observada com os dados provenientes do cadastramento no banco de dados da CERCOS⁸ (Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro-Sul de Sergipe Ltda.), empresa permissionária para o fornecimento de energia, localizada no povoado Colônia Treze, cujo aumento das unidades beneficiadas com energia elétrica tem aumentado nos últimos anos: até 2006 o quantitativo de casas atendidas era de 4.991; em 2010 era de 5.851; e até julho de 2016 esse número contava

⁸ A CERCOS - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda., foi fundada em 01 de janeiro de 1971 na Cidade de Simão Dias. Porém, na década de 70 só existia energia elétrica em uma pequena parte do Povoado Colônia Treze e era mantida pela Prefeitura Municipal de Lagarto. No entanto, com o desenvolvimento das atividades agrícolas da Colônia Treze, surgiu a ideia de se criar uma organização que fornecesse linhas de energia elétrica para facilitar o desenvolvimento das atividades rurais. Para isso a COOPERTREZE – Cooperativa Mista de Agricultores do Treze, que na época era administrada pelo senhor Raul Pereira, com uma verba do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e alguns acordos políticos interferiram e viabilizaram a transferência da CERCOS, que estava inoperante em Simão Dias. No dia 10 de outubro de 1976, foi realizada na Cooperativa a primeira Assembleia Geral da CERCOS na Colônia Treze, onde foi eleita a primeira diretoria, que teve como presidente José Carlos de Santana, atualmente presidida pelo Senhor Aroldo, tendo 40 colaboradores formando seu quadro funcional e atendendo aproximadamente 25.000 habitantes da localidade. A CERCOS é uma organização sem fins lucrativos, que tem como finalidades, operar restritamente o fornecimento de Energia Elétrica, desenvolvendo as ações de distribuição de energia elétrica e beneficiando o desenvolvimento de patrocínios para festejos culturais da Colônia Treze.

com 7.380 estabelecimentos atendidos, sendo que destes, 288 são pontos comerciais e 24 são indústrias (Trabalho de campo, 2016).

Quadro 08: Comparativo da Produção de Laranja em Sergipe e em Lagarto (toneladas), 2010-2014.

Discriminação	2010	2011	2012	2013	2014
SERGIPE	-	822.468	821.940	626.440	614.227
LAGARTO	76.650	79.530	77.130	60.970	-

Fonte: Emdagro – Acompanhamento Conjuntural da Citricultura, 2014.

Adaptação: José Edson Oliveira Siqueira, 2016.

Com essas mudanças ocorridas nos últimos dez anos, com a expansão da área urbana, o povoado Colônia Treze apresenta um crescimento populacional que lhe proporciona uma maior dinamicidade espacial, que vão desde o desmonte de sítio para novos arruamentos, a construção de novos conjuntos habitacionais, a duplicação da principal via de acesso (Rodovia SE 270) (Figuras 25, 26, 27 e 28) e a implantação de novos serviços: mercadinhos/mercearias (06), farmácias (04), clínica médica (02), posto de gasolina (02), loja de materiais de construção (06), vidraçaria (03), esquadria (04), escolas públicas (03), escolas particulares (02), óticas (02), oficinas mecânicas (10), lojas de confecções (10), loja de calçados (01), pontos bancários (02 do BANESE e 01 da CAIXA), posto de saúde (01), loja de móveis (02), Universidade Aberta do Brasil (Universidade Federal de Sergipe), além de salões de beleza, clínica de estética, fabriqueta de doces, fábrica de artefatos de cimento, serrarias, fábrica de confecções, entre outros.



Figura 25 – Sítio no Povoado Treze vendido para loteamento urbano - 2014.
Fonte: José Edson Oliveira Siqueira - Trabalho de Campo, 2014.

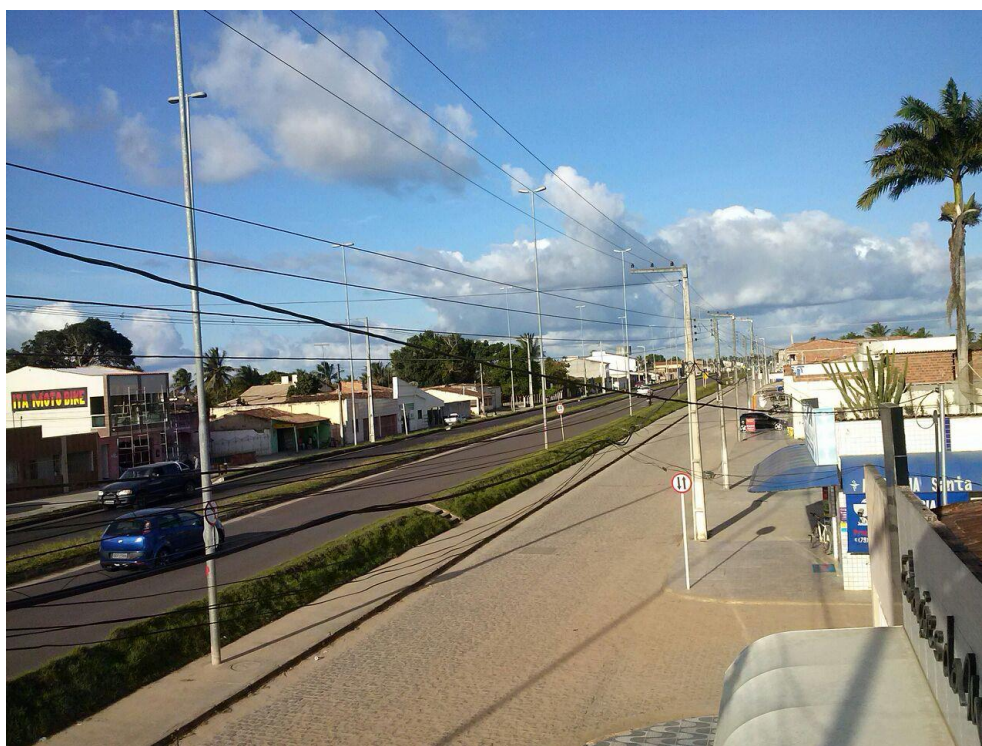


Figura 26 – Vista parcial da Avenida Antônio Martins de Menezes na Colônia Treze
– Lagarto-Sergipe – 2016
Fonte: Trabalho de campo, José Edson Oliveira Siqueira, 2016.

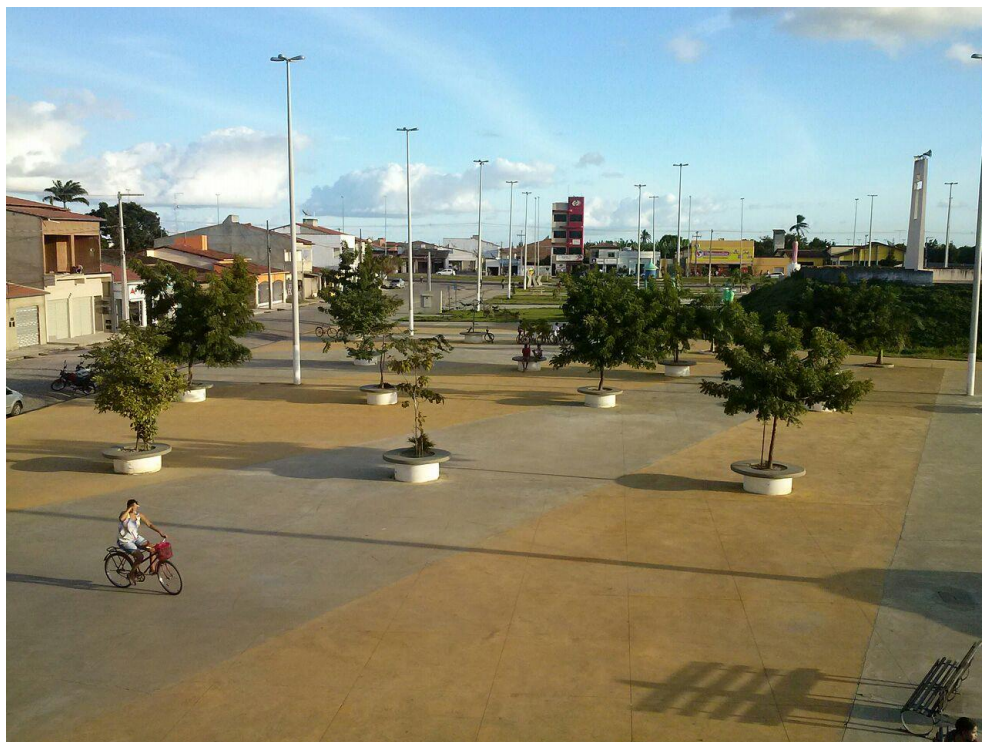


Figura 27 – Vista parcial área central e da Praça da Colônia Treze – Lagarto/Sergipe – 2016
Fonte: Trabalho de campo, José Edson Oliveira Siqueira, 2016.

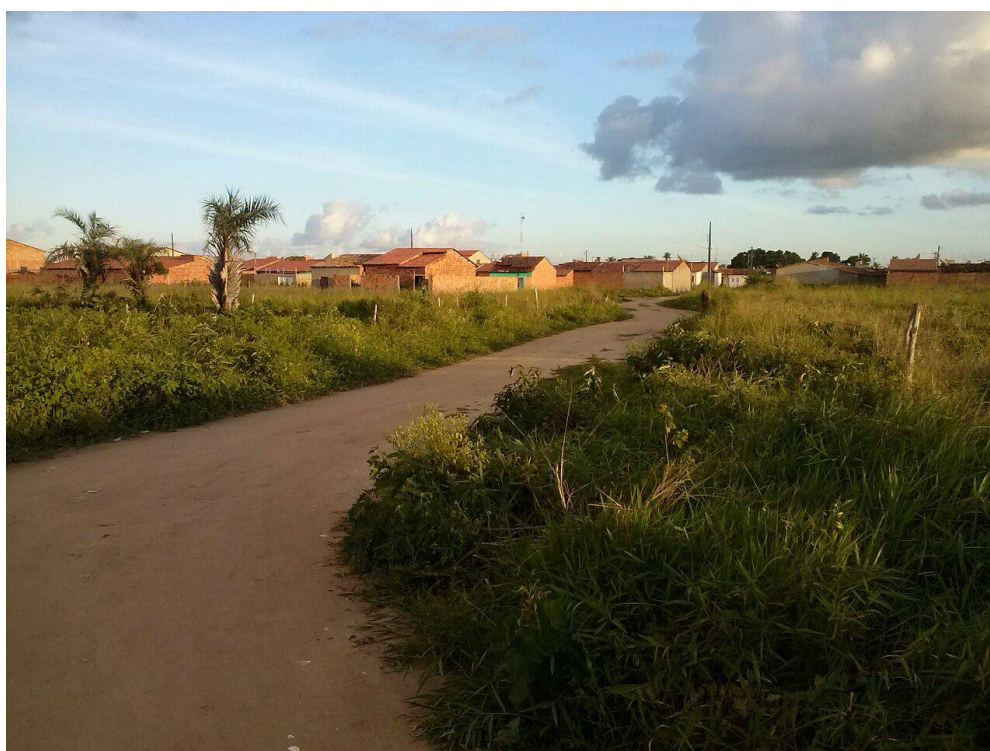


Figura 28 - Aspectos da Expansão da Malha Urbana sem infraestrutura na Colônia Treze em Lagarto/Sergipe. 2016.
Fonte: Jose Edson Oliveira Siqueira - Trabalho de Campo, 2016.

Diante das transformações conferidas nos últimos dez anos, há uma preocupação em explicar a dimensão das relações políticas e socioeconômicas desenvolvidas nesse território.

A complexa ação do Estado se processa, considerando as três esferas político-administrativas, nos níveis: municipal, estadual e federal. Na Colônia Treze essa mobilidade se congrega com os novos arranjos espaciais, cujo reordenamento se dá desde a implantação de Programas de auxílio à renda familiar, como a bolsa família – a nível federal- à construção de casas populares, melhorias de pavimentação e de iluminação pública com benefícios do poder estadual; e a criação de outras infraestruturas (praças, creches, escolas, pavimentação, posto de saúde etc.), pelo poder municipal.

A área em foco integra fenômenos que escapam seus limites territoriais, tratando-se de processos estruturais que envolvem alterações mais profundas. Por isso, o trabalho em questão não compreende os fenômenos enquanto produto meramente local, mas sim produzido na interconexão escalar entre a singularidade histórica e a materialidade das relações mundializadas em curso. Assim, a caracterização da área, sua estrutura e as novas formas fornecem subsídios para a identificação dos estágios de sua alteração. Nas figuras a seguir (29, 30, 31 e 32) têm-se aspectos da nova configuração do povoado, moldado às bases urbanas. As características se acentuam desde a duplicação e urbanização da Avenida Antônio Martins de Menezes ao surgimento e crescimento da feira-livre para comercialização de produtos advindos de municípios circunvizinhos e da região, o que antes era cultivado pelos colonos.



Figura 29 – Aspecto da Colônia Treze – Município de Lagarto/SE, 2016.
 Fonte: Trabalho de campo, 2016.
 José Edson Oliveira Siqueira.



Figura 30 – Aspectos da Feira Livre no entorno do antigo prédio da Coopertreze, no Povoado Colônia Treze no Município de Lagarto/Sergipe. 2014.
 Fonte: José Edson Oliveira Siqueira, 2014.



Figura 31 - Avenida Antônio Martins de Menezes no Povoado Colônia Treze – Município de Lagarto/Sergipe, em 2014.

Fonte: José Edson Oliveira Siqueira. Trabalho de campo, 2014.



Figura 32 - Avenida Antônio Martins de Menezes no Povoado Colônia Treze-Município de Lagarto/Sergipe, em 2014.

Fonte: Vilânio João dos Santos, 2014.

A política habitacional tendo como característica o valor de troca, influi, consequentemente no valor/preço monetário da parcela da terra. Percebe-se uma supervalorização (dinheiro) do solo para fins de construção civil. Na área pode-se constatar valores inversamente desproporcionais: terreno para a construção de casas medindo 170 m² (aproximadamente 8 X 22 m) está avaliado entre R\$ 20.000,00 a R\$ 30.000,00; acima de 400 m² (10 X 40 m) variam entre R\$ 45.000,00 a R\$ 50.000,00; na mesma área se encontram terrenos ocupados por plantações, medindo entre 16.000 m² (1,6 hectare) num valor aproximado de R\$ 75.000,00, e 32.000 m² equivalendo entre R\$ 130.000,00 a 150.000,00 (Trabalho de campo, 2015).

O valor do solo destinado à construção de casas é alto para os padrões locais e representa uma renda imediata. Enquanto o valor (preço) dado às áreas ocupadas pela produção agrícola é desvalorizado, condição esta que subjuga o camponês a se desfazer da terra e submeter-se ao regime expropriador do mercado.

Isso mostra que a política habitacional se coloca como base para a expansão do capital financeiro, o que tem promovido modificações nas relações de trabalho no espaço agrário da Colônia Treze, município de Lagarto, bem como colocado a terra na condição de mercadoria às investidas do capital. A força de trabalho na área tem se direcionado, cada vez mais, à disposição do setor secundário da economia, aumentando, assim, o exército de reserva para a indústria, principalmente, para o grupo Maratá.

Os indivíduos do local, principalmente os jovens, têm buscado alternativas de trabalho fora da propriedade agrícola. O trabalho assalariado na indústria e no comércio tem sido a alternativa encontrada pelos indivíduos para a permanência no lugar.

Considerações Finais

A política habitacional circunscrita ao capital habitacional faz parte de uma das estratégias do capital em busca da sua reprodução, enquanto sistema econômico que se mantém a partir do lucro, extraído da mais-valia. Esse cenário é intensificado após a crise de 2008, cujos reflexos atingiram a economia dos países em todo o mundo.

Como forma de sanar os percalços da crise, foi direcionada aos Estados nacionais a incumbência de implantar em seus territórios políticas de habitação, a partir da imposição do Banco Mundial, com o discurso de que era para eliminar o déficit de moradias da população, bem como fortalecer a empregabilidade, situação que acaba por convencer as pessoas que é um bom negócio. Mas, na realidade, a premissa de que essa política é social, não é. Primeiro porque não existe um planejamento governamental de conhecimento/estudo das necessidades reais de cada grupo social e/ou lugar.

Na zona rural esse fator é ainda mais complicado, ao passo que o discurso da necessidade por habitação vem acompanhado pelo baixo rendimento a partir da agricultura, que fortalece ainda mais a questão da empregabilidade. A produção agrícola das pequenas propriedades sempre sofre com a sazonalidade, cuja baixa na renda familiar em épocas de estiagem requer maiores esforços dos indivíduos para se manterem na terra. Assim, o avanço da construção civil se coloca como favorável a esse deslocamento da atividade agrícola ao assalariamento. Só que, assim como a agricultura, o setor civil também sofre sua “sazonalidade”, ou melhor, suas temporalidades, momentos de avanço e de recuo.

Assim, a implantação do setor imobiliário se faz para atender ao capital financeiro, que se faz mediante a disposição de títulos de crédito à população para aquisição da casa própria. Ou, como ocorre na Colônia Treze, através da captação de títulos públicos do FGTS para a construção dos conjuntos habitacionais para pessoas de baixa renda, a partir da concessão do Estado, que acaba por favorecer o setor da construção civil e alimentando capital financeiro que tem como representação os bancos.

Esse processo acaba por valorizar a terra, que passa a ter valor urbano - que é mais elevado do que as terras rurais. Na sociedade moderna, enfatiza Moraes (1987), a valorização espacial ocorre com maior complexidade, ou melhor, está diretamente ligada aos interesses dos grupos sociais diante da condição econômica, causando maior diferenciação entre os espaços.

A Colônia Treze, palco da política habitacional, vive um momento de incertezas que de um lado pode lançar os colonos em um novo processo de reorganização como pode servir para encerrar um capítulo na história do Município de Lagarto, no momento em que a Coopertreze e a Colônia Treze deixam simultaneamente de existir na condição de espaço de produção e reprodução de alimentos e de camponeses, podendo passar apenas a ser um

registro do passado recente daquela área, tornando-se exclusivamente terra de morada, cujo capital financeiro consegue atuar livremente a partir da adequação da legislação a seu favor.

Tal contexto passa o entendimento do processo de mundialização do capital e os sucessivos momentos de maior embate de sua crise estrutural. Nesse interim, o setor imobiliário tem sido alicerce emblemático na/para a continuidade da dinâmica capitalista.

De espaço de atraso, o meio rural é colocado no plano de desenvolvimento e expansão do capital. Todo o processo de desenvolvimento econômico esteve sempre montado no processo de captação da força de trabalho para o assalariamento e, conseqüentemente, para a acumulação do lucro para o capitalismo. Nega-se a terra como meio de produção, como forma de desenvolvimento, ela não é vista a partir da sua utilidade, da sua importância fundamental, mas a partir do que se pode dela extrair.

Se desenvolvimento é a produção de riqueza para uma classe social, temos aí o desenvolvimento desigual. No capitalismo a terra ganha valor de troca, quando o produto adquire um preço, passando à condição de mercadoria. É assim que a terra na Colônia Treze, com o setor imobiliário, ganha novo valor, dentro do sistema de valorização, de valor de uso para valor de troca, enquanto produto a ser comercializado.

Nota-se que a falácia imputada pelo capital financeiro, a partir das políticas de habitação, de que esta veio para resolver as questões de moradia – déficit habitacional-, nada mais é do que estratégia de inflamar, por meio do Estado, no seio da sociedade as ações do capital para o seu processo de reprodução. Essa questão de eliminar a carência por moradia, fortalecida pelas questões da empregabilidade para convencer a sociedade, se compara ao discurso da década de 1990, quando do processo de privatização, a partir do fortalecimento das regras do Estado Neoliberal, quando se colocava para a população que a venda das empresas estatais traria benefícios: menores gastos com o setor produtivo, melhoria das condições de atendimento em saúde e educação, entre outros. Assim, o Estado se punha como verdadeiro interlocutor a favor da classe que detém o poder, aquela que domina os meios de produção e a economia.

A política habitacional, símbolo do capital financeiro em meio à crise, tem causado mudanças na estrutura organizacional do lugar que vão desde: mudança na legislação

municipal, com a criação da área de expansão urbana - para atendimento aos ditames do capital fictício imobiliário; valorização fundiária, uma vez que o valor da terra urbana se sobressai à terra rural; maior poder de atuação dos órgãos financiadores – bancos, montado nas cartas de crédito e, para a área essa condição foi possibilitada com a criação do perímetro urbano em 2013, visto que antes, com a área rural, não era possível tal financiamento; alteração no perfil do trabalho das pessoas - menor ligação com a terra agrícola e maior dependência do setor secundário e terciário. Nessa relação dos indivíduos e o trabalho é visível o maior contingente de jovens se direcionando ao trabalho assalariado na indústria, bem como no comércio.

Referências

- ALENTEJANO, P. R. R. **Pluriatividade:** uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999, p.148-173.
- ANDRADE, M. C. de. **Espaço Agrário Brasileiro:** velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo, nº 12, 2002, p. 11-19.
- ANTONELLO, I. T. **A Metamorfose do Trabalho e a Mutação do Campesinato**. São Cristóvão/SE: NPGeo, UFS, 2001.
- ARAÚJO, H. M. e SANTOS, N. D. dos (Orgs). **Temas de Geografia Contemporânea:** teoria, método e aplicações. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.
- BERNARDELLI, M. L. F. da H. **Contribuições ao Debate sobre o Urbano e o Rural**. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. (orgs). *Cidade e Campo: relações e contribuições entre urbano e rural*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BRUNHOFF, S. **Finança, capital, Estados**. In: *A Finança Capitalista*. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.
- CAMPOS, P. R. **O preço da terra urbana e moradia de baixo custo**. In: MENDONÇA, J. G. e COSTA, H. S. M. (Orgs). *Estado e Capital Imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Enclaves Fortificados:** a nova segregação urbana. In: http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/81/20080626_enclaves_fortificados.pdf
- CARCANHOLO, M. D. **Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo**. In: http://ocomuneiro.com/nr15_08_marcelocarcanholo.html
- CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARVALHO, E. C. F. de. **A Crise Estrutural do Capital Segundo o Filósofo Húngaro István Mészáros e seus reflexos na educação**. In: *Revista Urutágua*. Nº. 17, ISSN 1519-6178. Paraná, 2009. p. 40-50.
- COELHO, R. C. **Estado, governo e mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2009
- CORREA, R. L. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, M, SOUZA, M. A. de e SILVEIRA, M. L. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 251-256.
- CORREA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. **Territorialidade e corporação: um exemplo.** In: SANTOS, M, SOUZA, M. A. de e SILVEIRA, M. L. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 251-256.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamá, 1996.

_____. **A Proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital.** In: A Finança Capitalista. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

DAGNINO, R. P. **Planejamento Estratégico Governamental.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

DUMÉNIL, G. e LÉVY, D. **A finança capitalista: relações de produção e relações de classe.** In: A finança capitalista. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Alameda, 2010.

GASPARIN, G. **Entenda como a crise de 2008 influenciou a vida dos brasileiros.** São Paulo, 2011. In: <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/09/entenda-como-cri-se-de-2008-influenciou-vida-dos-brasileiros.html> em: 10/09/2013

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed – São Paulo: Atlas, 1999.

GOIS, I. F. de. **Coopertreze: das glórias do passado aos descaminhos do presente.** Monografia – PQD/UFS, Polo Regional de Lagarto. Lagarto, 2002.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço.** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

KOLMING, F. V. **Camponês: um velho/novo sujeito nos tempos da globalização.** São Cristóvão: UFS, Núcleo de Pós-graduação em Geografia, 2005 (Dissertação de Mestrado)

LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital.** Tradução Maria Helena Rauta e Marilene Jamur. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **O Direito à Cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Os Movimentos do Pensamento.** In: Lógica formal/ lógica dialética. 5 ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1991. p. 90-130.

LIMA, J. R. de. **Do Torrão da Vida à Marcha Forçada Rumo ao Apito das Gaiolas de Pedra: mobilidade do trabalho e a dialética campo-cidade no município de**

Ribeirópolis/SE. Dissertação (Mestrado em Geografia), NPGeo/UFS, São Cristóvão/SE, 2012.

LIMA, L. G. **Território e as políticas de (re) ordenamento territorial: um esboço**. In: SANTOS, A. R. dos e GONÇALVES, C. U. (orgs.). Para dialogar na geografia. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. p. 99-121.

LEI Nº 10.257. **ESTATUTO DA CIDADE**, 2001.

LISBOA, J. B. de. **Associativismo no campo**: das relações em redes ao espaço da socialização política (um estudo da Coopertreze e das associações comunitárias em Lagarto e Salgado). Aracaju: NPGeo-UFS, 1999. Dissertação (Mestrado em geografia).

_____. **A trajetória do discurso para o Nordeste**: políticas públicas na (dis) simulação da esperança. São Cristóvão, 2007. Tese (Doutorado em geografia), PPGeo/UFS.

MARTINS, C. M. P. **Treze pode ser sinônimo de riqueza**: Coopertreze – uma proposta de reestruturação. Rio Claro, SP: UNESP, 1998 (Tese Doutorado).

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (Des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Pudente/SP, 2006.

MENDONÇA, J. G. e COSTA, H. S. M. (Orgs.). Estado e Capital Imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital** : rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1. ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, A. C. R. e COSTA, W. M. **Geografia Crítica – a valorização do espaço**. Editora Hucitec. São Paulo, 1987.

MORAES, A. C. R. **Território na perspectiva de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013. 130p.

OLIVEIRA, A U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 4ed. São Paulo: Editora Ática. USP, 1995.

Prefeitura Municipal de Lagarto. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Lagarto**, 2005.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

RODRIGUES, D. E. e FERREIRA, I. M. **Modernização da Agricultura e os Reflexos na Agricultura Familiar**. Curitiba: XII Jornada do Trabalho, 2011.

ROYER, L. de O. **Financeirização da Política Habitacional**: limites e perspectivas. São Paulo: USP/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009 (Tese de Doutorado).

RUCKERT, A. A. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: BRASIL. **Para pensar uma política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

SALLES, H. da M. **Gestão Democrática e Participativa**. Florianópolis, Departamento de Ciências da Administração, UFSC/ Brasília, CAPES: UAB, 2010.

SANTANA, W. de. **Memorial Coopertreze: 20 anos de historia 1962-1982**. Aracaju: OCESE, 1982.

SANTOS, C. M. dos. **Ruralidades Agrícolas e não Agrícolas em Lagarto (SE)**. São Cristóvão: UFS, NPGeo, 2009 (Tese Doutorado).

SANTOS, G. J. dos. Políticas Públicas do Estado Desenvolvimentista Brasileiro para o Vale do São Francisco Sergipano. In: ARAUJO, H. M. e SANTOS, N. D. dos (Orgs). **Temas de Geografia Contemporânea: teoria, método e aplicações**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. p. 227-261.

SANTOS, J. de L. **A Força do Território e o Novo Paradigma de Desenvolvimento: uma resposta aos desdobramentos da crise?** In: COSTA, J. de J. (et al.). **Questões Geográficas em Debate**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012. p. 139-152.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **O Retorno do Território**. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6, nº. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 251-261.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, M. J. L. dos. **Os Primórdios da economia da Colônia Treze – Lagarto**. Lagarto, 2002, 103p. PQD-UFS. Polo Regional de Lagarto/SE.

SANTOS, G. J. dos. Políticas Públicas do Estado Desenvolvimentista Brasileiro para o Vale do São Francisco Sergipano. In: ARAUJO, H. M. e SANTOS, N. D. dos (Orgs). **Temas de Geografia Contemporânea: teoria, método e aplicações**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. p. 227-261.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. In: _____. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 205p. p. 179-190.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. São Paulo: USP, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2010 (Tese de doutorado).

SIQUEIRA, J. E. O. e SANTOS, N. D. dos. **A Ação do Estado na (Des) Organização do Espaço Rural da Colônia Treze-Lagarto/Sergipe/Brasil**. Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Belém/PA: Editora Açaí, 2011.

_____. **Resignificando o Lugar:** a feira-livre em comunidades rurais. Anais do Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte/MG, 2012.

SOARES, L. A. A. O Enfoque Sociológico e da Teoria Econômica no Ordenamento Territorial. In: SOARES, L.A et al(Orgs.). **Ordenamento Territorial:** coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.

SOBARZO, O. **O Urbano e o Rural em Henri Lefebvre**. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. (orgs). Cidade e Campo: relações e contribuições entre urbano e rural. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1 Acessado em: 17/04/2013

www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=c&p=PA&v=214&z=t&o=11 Acessado em: 20/04/2013.

APÊNDICE



Aluno: José Edson Oliveira Siqueira
Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.
Coorientadora: Profa. Dra. Núbia Dias dos Santos

**Questionário para o representante da Associação Educacionais de Esporte e Judô
Comunitário – Colônia Treze-Lagarto/SE.**

- 1 – O que é a Associação Educacionais de Esporte e Judô Comunitário?
- 2 – Quando foi fundada a Associação e qual é o principal trabalho desenvolvido?
- 3 – Quais as características dos sócios? (o perfil)
- 4 – Como se deu a inserção da Associação no Programa Minha Casa Minha Vida?
- 5 – Como era antes o trabalho da Associação e o que mudou com a inserção do Programa MCMV?
- 6 – Qual o papel da associação no Programa Minha Casa, Minha Vida?
- 7 – Qual o principal requisito para ser contemplado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (tem que ser obrigatoriamente associado ou outras pessoas podem ser contempladas)?
- 8 – Como se deu a aquisição do terreno para a implantação do Programa MCMV?
- 6 – Quais os impasses para a concretização do Programa MCMV?
- 9 – O tamanho das casas é adequado para as famílias viverem dignamente?
- 10 – Como se dá a adequação da infraestrutura?
- 11 – As pessoas beneficiadas podem perder a moradia, ou seja, existem normas que os beneficiados têm que atender para continuar com a casa?
- 12 – Há algum favorecimento político para a aquisição das moradias?



Aluno: José Edson Oliveira Siqueira
Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.
Coorientadora: Profa. Dra. Núbia Dias dos Santos

**Questionário para as pessoas beneficiadas com as casas do Programa de
Arrendamento Residencial – Colônia Treze-Lagarto/SE.**

1. Como conseguiu a casa através do Programa Casa Nova Vida Nova?
 2. A estrutura da casa é suficiente para se ter uma vida com dignidade?
 3. Como se deu a aquisição do terreno? Quanto pagou? E como foi realizado o pagamento deste?
 4. Quanto tempo durou para a entrega das casas?
 5. Houve favorecimento político para conseguir a casa do Programa Casa Nova Vida Nova?
 6. A Infraestrutura é adequada? (os serviços de rede de esgoto, calçamento da rua, iluminação, etc.)
 7. Antes de conseguir a casa pelo Programa Casa Nova Vida Nova, vivia na zona urbana ou na zona rural? () Zona Urbana () Zona Rural
 8. É ex-morador de aluguel ou possuía outro imóvel? () Aluguel () possuía imóvel
- Outros: _____
9. Existem casas no conjunto habitacional que não tem moradores? Que são vendidas ou postas para aluguel?
 10. Até que ponto as pessoas beneficiadas foram as que realmente necessitavam das casas?
 - 11 – A principal fonte de renda da família advém?
() Agricultura
() Comércio
() Autônomo (costureira, pedreiro, feirante etc.)
() Trabalhador da indústria
() Funcionário Público. Qual? _____
- Outros: _____

ANEXOS